



INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - IFMG - *CAMPUS* OURO BRANCO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT

Sandra Pereira Santos Miranda

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral**

Ouro Branco

2025

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral**

Dissertação apresentada junto ao curso de Mestrado Profissional em Educação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e ao macroprojeto: Organização de currículo integrado na EPT.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Xavier da Penha

M672e Miranda, Sandra Pereira Santos

Educação financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral. / Sandra Pereira Santos Miranda – 2025.
123f.:il.col.

Orientador: Pedro Xavier da Penha.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2025.

.

1. Educação financeira. 2. Educação Profissional e Tecnológica. 3. Omnilateralidade.
I. Penha, Pedro Xavier da. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco. III. Título.

CDU: 35.073.052



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Campus Ouro Branco Diretoria de Ensino

Coordenação Curso Mestrado PROFEPT do Campus Ouro Branco

Avenida Afonso Sardinha, número 90 - Bairro Minas Talco - CEP 36494-018 - Ouro Branco -
MG

- www.ifmg.edu.br

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO MESTRADO
PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA - IFMG

Realizou-se, no dia 26 (vinte e seis) de junho de 2025, com início às 14h (quatorze horas), por videoconferência e transmissão pelo canal pelo canal do YouTube do ProfEPT/IFMG, a **defesa de dissertação** da Mestranda **SANDRA PEREIRA SANTOS MIRANDA** n o **Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica** (ProfEPT - IFMG), como requisito para a obtenção do título de mestra. A dissertação apresentada para apreciação pela Banca Examinadora intitula-se "**Educação financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de constituição do indivíduo omnilateral**". A **dissertação** foi considerada APROVADA.

O **produto educacional**, cartilha educativa virtual: "Sem Aperto: Guia Educativo Interativo para Educação Financeira" foi VALIDADO pela Banca Examinadora e considerado APROVADO.

A Banca Examinadora foi constituída pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Pedro Xavier da Penha (IFMG -Orientador)

Profa. Dr^a. Marinette Santana Fraga

(UFJF) Prof. Dr. Cleiton Martins

Duarte da Silva (IFMG) Prof. Dr. José

Fernandes da Silva (IFMG)

Profa. Dr^a. Heleniara Amorim Moura (IFMG - Suplente)

Certifico que a defesa realizou-se com a participação por videoconferência dos

membros Profa. Dr^a. Marinette Santana Fraga, Prof. Dr. Cleiton Martins Duarte da Silva e Prof. Dr. José Fernandes da Silva, e que, depois das arguições e deliberações realizadas, cada participante da banca afirmou estar de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora, redigido nesta ata.

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, após lida e assinada pelo orientador, será encaminhada à Coordenação do ProfEPT – IFMG para registro acadêmico na documentação da mestranda.

Ouro Branco, 26 de junho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Xavier da Penha, Professor**, em 26/06/2025, às 19:29, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2350358** e o código CRC **CA95670D**.

23712.000663/2024 - 89

2350358v1

AGRADECIMENTOS

Como não poderia ser diferente, primeiramente agradeço a Deus! Por tudo, e por tanto. Agradeço pelas vitórias conquistadas, pelos desafios superados e por sua infinita misericórdia que nos mantém fortalecidos nas adversidades e confiantes no caminhar. “Tudo posso naquele que me fortalece”. Fl 4:13. A paixão pelos estudos me trouxe até aqui e estive sempre cercada de pessoas que me incentivam a trilhar esse caminho que tanto significa para mim. Às minhas filhas, os maiores presentes, a maior honra e melhor alegria da minha vida! Pessoas lindas, com as quais tenho o prazer de partilhar minha jornada, que sempre me motivam e me instigam a buscar novas formas de enxergar o mundo. Ao meu esposo, que entendo a importância que o estudo ocupa na minha vida, me apoiou nessa jornada. Ao meu pai e minha mãe, minha eterna gratidão. Aos meus irmãos que suportaram me ouvir falar do mesmo assunto nos últimos 2 anos, porque o mestrado fez isso comigo! O vocabulário será sempre insuficiente para falar sobre o amor pois ele transborda na vida e não cabe em palavras. Aos amigos, colegas de trabalho e a todos, que de qualquer maneira me ajudaram a trilhar esse percurso, meu muito obrigada! De forma especial, ao meu orientador Pedro, que sem hesitar assumiu minha orientação, minha eterna gratidão!

Aos fantásticos colegas e professores do Profept IFMG Ouro Branco, Turma 2023, minha admiração por serem tão dedicados à causa de uma educação que seja respeitada e validada como determinante para o avanço da sociedade em termos éticos e sociais.

Muitas foram as pessoas que trilharam comigo esse percurso, que na mesma proporção de dificuldade, trouxe um conhecimento importantíssimo do mundo da educação. Seria impossível completar essa jornada sem ter sido transformada pelo aprendizado construído.

“Sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade” Raul Seixas.

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.

Paulo Freire

RESUMO

Levando em consideração a importância da educação financeira no contexto atual como conhecimento necessário para promover hábitos financeiros saudáveis, a presente pesquisa buscará responder a seguinte questão norteadora: Quais os conhecimentos em Educação Financeira são necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica? Para alcançarmos a resposta ao questionamento proposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos: a) compreender os conceitos elementares de planejamento financeiro na concepção dos estudantes; b) identificar a concepção dos estudantes sobre os conhecimentos de educação financeira considerando consumo, crédito e investimento; c) desenvolver um produto educacional em formato de Guia Educativo que proporcione a aprendizagem e incentive a prática da educação financeira emancipadora. Como metodologia, realizou-se uma pesquisa aplicada e descritiva, recorrendo-se à abordagem qualitativa, cujos dados foram coletados em entrevista semiestruturada com estudantes do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco. Esses dados, por sua vez, foram interpretados à luz da Análise de Conteúdo em suas três fases: pré-análise, exploração e inferência teórica. Os resultados da pesquisa validaram o pressuposto de que os estudantes não possuem um conhecimento em educação financeira capaz de promover decisões autônomas e críticas. Os estudantes declararam saber pouco em relação à questão, o que pode levá-los a tomar decisões equivocadas, em consequência da escassez de conhecimento sobre o assunto, prejudicando a sua tomada de decisão. Essa ausência de conhecimento está refletida no endividamento da população brasileira, que usa o crédito como forma de inclusão na sociedade de consumo. Por fim, como produto desta dissertação, foi construído um Guia Educativo de educação financeira para subsidiar os estudantes na ampliação do conhecimento sobre o tema.

Palavras-chave: Educação Financeira, Educação Profissional e Tecnológica, Omnilateralidade.

ABSTRACT

Taking into account the importance of financial education in the current context as necessary knowledge to promote healthy financial habits, this research will seek to answer the following guiding question: Which knowledge in Financial Education is necessary to promote the integral human formation for students of Professional and Technological Education? In order to find an answer to the proposed question, we established the following objectives to be achieved: a) understand the elementary concepts of financial planning as conceived by students; b) identify students' conception of financial education knowledge considering consumption, credit and investment; c) develop an educational product in a guide format that provides learning and encourages the practice of emancipatory financial education. As a methodology, we carried out applied and descriptive research, using a qualitative approach, whose data were collected in questionnaire and semi-structured interviews with students from Integrated High School at IFMG Ouro Branco *Campus*. These data, in turn, were interpreted in light of Content Analysis in its three phases: pre-analysis, exploration and theoretical inference. The research's results validated the assumption that students do not have knowledge of financial education capable of promoting independent and critical decisions. The students stated that they knew little about the issue, which can lead them to make wrong decisions, as a result of the knowledge lack on the subject, harming their decision-making. This knowledge lack is reflected in the indebtedness of the Brazilian population, which uses credit as a means of inclusion in the consumer society. Finally, as a product of this dissertation, an interactive guide on financial education was created to support students in the expansion of knowledge on the subject.

Keywords: Financial Education, Professional and Technological Education, Omnilaterality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Bases para planejamento financeiro	38
Figura 2 - Educação financeira sob a perspectiva da formação humana integral	52
Gráfico 1- Conceito de educação financeira na visão dos estudantes	58
Gráfico 2- Conhecimento que os estudantes declaram possuir para gerenciar seu ..	58
Gráfico 3- Origem do conhecimento adquirido em educação financeira	60
Gráfico 4- A educação financeira sob a perspectiva do ambiente familiar	61
Gráfico 5- A criticidade do estudante frente ao apelo midiático de incentivo ao consumo	62
Gráfico 6- O comportamento de consumo do estudante e o meio ambiente.....	63
Gráfico 7- A influência das taxas de juros no orçamento das pessoas	64
Gráfico 8- Comportamento de consumo: à vista ou à prazo	65
Gráfico 9- O conhecimento do estudante sobre algumas modalidades de investimento	66
Gráfico 10 - Comportamento do estudante na constituição de investimentos, como meta para realização de projetos futuros	67
Gráfico 11- Avaliação da qualidade técnica do guia: imagem, elementos gráficos, hiperlinks	80
Gráfico 12- Abordagem de planejamento financeiro	80
Gráfico 13- Abordagem de consumo.....	81
Gráfico 14- Abordagem de crédito	81
Gráfico 15- Abordagem de investimento	82
Gráfico 16- Avaliação geral do guia	82
Gráfico 17- Abordagem da relevância da educação financeira e a formação humana integral	83
Gráfico 18- O guia como possibilidade de fortalecimento do conhecimento em educação financeira na EPT	83
Gráfico 19 - O guia e a compreensão crítica e autônoma em educação financeira ..	84
Gráfico 20 - Facilidade de acesso navegação do guia.....	84
Quadro 1 - Tipos de investimentos prefixados e pós-fixados	48
Quadro 2- Modalidades de Investimento em Renda Fixa	48

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BACEN	Banco Central do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
EMI	Ensino Médio Integrado
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)
IF	Instituto Federal
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
I-SFB	Índice de Saúde Financeira do Brasileiro
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SFN	Sistema Financeiro Nacional
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Tema	16
1.2 Problema	17
1.3 Objetivo geral	17
1.4 Objetivos específicos	17
1.5 Pressupostos	17
1.6 Justificativa	18
2 LENTE TEÓRICA	21
2.1 A EPT e a criação dos Institutos Federais	21
2.2 Educação financeira	31
<i>2.2.1 Planejamento financeiro</i>	39
<i>2.2.2 Consumo</i>	41
<i>2.2.3 Crédito</i>	44
<i>2.2.4 Investimento</i>	46
3 PERCURSO METODOLÓGICO	51
3.1 Classificação da pesquisa	51
3.2 Participantes da pesquisa	53
3.3 Aspectos Éticos	54
3.4 Instrumentos de coleta de dados	55
4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS	57
5 PRODUTO EDUCACIONAL	72
5.1 Apresentação do problema e objetivo do produto educacional	72
5.2 Descrição do contexto de desenvolvimento e validação do produto educacional	74
5.3 Lente teórica: principais conceitos que embasaram o tema do produto educacional	75
5.4 Eixos estruturais do Guia	78

5.4.1 Eixo Conceitual	78
5.4.2 Eixo Pedagógico	78
5.4.3 Eixo Comunicacional	78
5.6 Avaliação do produto educacional	79
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	96
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PARA RESPONSÁVEIS POR PARTICIPANTES MENORES DE 18 ANOS, INCAPAZES, NÃO ALFABETIZADO OU IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	99
APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	102
APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	104
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO	106
APÊNDICE F - TERMO DE CIÊNCIA DE QUESTIONÁRIO ANÔNIMO	110
APÊNDICE G - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS	114
APÊNDICE H - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)	115
APÊNDICE I - TERMO DE CONFIABILIDADE E SIGILO DA EQUIPE DE PESQUISA.....	118
APÊNDICE J - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	119

1 INTRODUÇÃO

Minha história sempre foi permeada pelo prazer de aprender, quer seja via aprendizado pessoal, aquele que se obtém ao longo da vida, construído nas nossas trajetórias individuais e coletivas, quer seja por meio do conhecimento acadêmico e empírico. Nesta perspectiva, ler sempre foi uma das minhas atividades favoritas e, portanto, um processo contínuo de construção intelectual que marcou as minhas escolhas em vários momentos e que, certamente, me ajudou a alcançar muitos dos objetivos aos quais me propus.

Como uma metáfora aos óculos de Miguilim, história contada por João Guimarães Rosa em seu livro *Manuelzão e Miguilim*, que pode enxergar o mundo ao seu redor com nitidez quando, pela primeira vez, colocou os óculos e ficou maravilhado com tudo o que viu, também nós assim nos sentimos quando as lentes do conhecimento nos proporcionam a oportunidade de enxergar as novas possibilidades e os caminhos que, sendo desvelados, nos mostram como é maravilhoso o processo de aprendizado. É um constituir-se continuamente, aprimorando e sendo capaz de fazer (re)leituras até então inacessíveis sem aquele conhecimento.

Profissionalmente, em 1993 fui aprovada em concurso para trabalhar no Banco do Brasil, e hoje, com 31 anos de carreira na instituição, atuando com investimento, crédito e outros produtos bancários, considero ter agregado ampla experiência acerca do setor financeiro. E como dito anteriormente, a ampliação do conhecimento é uma busca incessante em minha vida.

Sou graduada em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e um dos meus desejos era dar continuidade ao percurso acadêmico e realizar o curso de mestrado. Contudo, esse sonho, por vários motivos, foi sendo postergado, até surgir a possibilidade de ingressar no ProfEpt - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG). Foi assim que, no ano de 2023, a partir de muita dedicação e estudo, obtive a aprovação no processo seletivo para este Programa de Pós-Graduação. Ainda que, inicialmente, tenha me questionado se realmente conseguiria levar a termo esse sonho, inspirei-me fortemente em uma canção do cantor e compositor Raul Seixas, que na música Prelúdio, destacava: '*Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só. Mas sonho que se sonha junto é realidade*'.

O 'sonhar juntos' indica uma ação coletiva, muito presente no fazer bancário ainda hoje, mesmo diante de profundas alterações advindas das grandes mudanças tecnológicas. Portanto, a atuação profissional me levou a conhecer um sem número de pessoas e a ter contato sobretudo com as questões relacionadas ao seu comportamento financeiro, como também a problematizar algumas das questões que envolvem tal comportamento. Foi a partir dessa percepção que, alinhando o conhecimento profissional com a oportunidade de pesquisar o campo no qual atuo, optei pelo tema da Educação Financeira como objeto de estudo, tendo consciência de sua importância e de como ainda se mostra incipiente a autonomia das pessoas em relação ao gerenciamento de suas vidas financeiras.

No Brasil, dados do ano de 2023 do estudo 'Relação com Dinheiro', divulgados pelo Serasa, uma empresa brasileira privada, referência em análises e informações para decisões de crédito, revelam que sete em cada 10 pessoas costumam optar por pagamentos parcelados, sendo que 38% das aquisições desse tipo é feita com cartão de crédito de terceiros; o parcelamento de compras por hábito é uma realidade para 25% dos entrevistados, e 24% afirmam que dividem as contas para conseguir comprar mais; já 23% das pessoas afirmam que preferem pagar valores diluídos ao longo do tempo (Serasa, 2023).

O levantamento demonstrou, ainda, que a busca por crédito no Brasil é alta: 52% dos consumidores haviam procurado essa alternativa no ano anterior, sendo que as opções mais procuradas foram o cartão de crédito (53%); o empréstimo pessoal (48%) e crédito consignado (21%). Dentre os principais objetivos dessas operações estavam pagar dívidas (35%); limpar o nome (21%) e pagar despesa inesperada (19%) (Serasa, 2023).

Os dados divulgados pelo Serasa evidenciaram um contexto que requer uma compreensão sobre as razões e motivações que levam a população a um nível bastante elevado de endividamento. Suspeita-se que tal situação econômica indique a necessidade de ampliação na sociedade da discussão acerca da importância de uma educação financeira, que possa fortalecer uma postura crítica e reflexiva sobre os processos de endividamento.

A organização e o planejamento financeiro, enquanto objetivos e metas para os indivíduos, podem proporcionar liberdade de escolha, em substituição a uma vida financeira ditada pela pressão consumista do capitalismo. Perissé (2014, p.41) alerta que, de acordo com a visão sociológica da economia neoliberal, é possível viver com

empréstimos sucessivos e administrar as dívidas contraídas; contudo ele se contrapõe a esse fundamento, afirmando que “é na vida cotidiana das pessoas comuns, vivendo com ansiedade e medo muitas vezes, é que podemos perceber as consequências sociais de uma educação financeira deficiente”.

A Educação Financeira, como processo emancipatório e capaz de propiciar autonomia nas decisões de consumo, de crédito e de investimento, tem grande relevância na sociedade atual, extremamente direcionada ao consumo inconsciente, que leva os indivíduos a situações de endividamento e comprometimento da saúde financeira. Bona (2021) aponta que “o desenvolvimento das habilidades financeiras envolve dois componentes: o técnico-financeiro e o comportamental” (Bona, 2021, p;10-11). Para o autor, isso significa que muita coisa é técnica e precisa ser aprendida; porém, outra parte significativa dessa habilidade está relacionada ao comportamento da pessoa.

Assim, o contexto desse cenário e a minha experiência como bancária possibilitaram o recorte da pesquisa no ProfEPT, no campo da Educação Financeira, com o intuito de problematizar e trazer a questão central do debate proposto neste estudo: ‘Quais são os conhecimentos em educação financeira necessários para a promoção humana integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?’ Tal questionamento deve-se ao fato de que a ausência de conhecimento em relação ao referido tema expõe as pessoas a fragilidades em suas decisões financeiras, pois, não possuindo o conhecimento adequado, elas podem agir equivocadamente tanto em constituição de reserva financeira quanto em situações de endividamento, como evidencia Carneiro (2019).

Na abordagem de Bauman (2022), considerando o modelo imposto pelo capitalismo, caracterizado pelo consumo inconsciente para o prazer imediato, torna-se uma questão crucial conhecer a lógica desse sistema social e econômico para reverter esse comportamento, a fim de praticar um consumo diferente, com cuidado e consciência. Nesse sentido, Bona (2021) traz a importância de saber estruturar um planejamento financeiro que conceda tranquilidade financeira e verdadeira liberdade de escolha, para que as pessoas possam se libertar da ordem hegemônica do capitalismo, que dita o prazer imediato como regra irrefutável.

Também Moreira (2021b) enfatiza que todos nós gastamos esforços e recursos financeiros na direção errada, fazendo uma leitura errada do mundo. Para esse autor, ainda que sem perceber passamos a ser vítimas de um sistema que direciona

vontades e emoções, visando manter as coisas como elas são; dessa forma, estamos sempre lutando pelas bandeiras erradas e usando recursos limitados para trazer pouco ou nenhum benefício direto para a nossa vida.

Costa (2022) argumenta que os indivíduos, independentemente da situação financeira em que estejam inseridos, ao longo da sua vida decidirão sobre questões relacionadas ao consumo e à gestão de seus recursos financeiros. Na perspectiva desse autor, o comportamento financeiro inadequado tem o poder de impactar negativamente no bem-estar não somente desse indivíduo, como também de todo o seu grupo familiar, normalmente por longos períodos. Portanto, a Educação Financeira se reveste de grande importância, pois o sujeito, durante toda a sua vida, pode sofrer impactos em função das decisões tomadas por ele ao longo do tempo.

Considerando a relevância do tema, torna-se necessária a ampliação da discussão sobre as questões relacionadas à Educação Financeira, inclusive nos espaços escolares, com a inserção de conteúdos sobre finanças nesses ambientes. Conforme destaca Costa (2022), o debate sobre o papel da Educação Financeira no âmbito da educação profissional e tecnológica encontra respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que prevê que a modalidade da educação profissional e tecnológica possui, também, “a finalidade de aproximar e desenvolver o estudante para se inserir no mundo do trabalho, unificando educação e o trabalho” (Costa, 2022, p.21).

Na perspectiva de uma mudança comportamental, a Educação Financeira tem grande importância, seja no nível coletivo quanto no individual. Do ponto de vista do sistema financeiro, das grandes questões nacionais e coletivas, relacionadas ao capital, a existência de uma população economicamente educada e consciente é de suma relevância para a manutenção da solidez e da eficiência do mercado financeiro. Em nível individual, ela é fundamental para proporcionar aos sujeitos qualidade de vida e liberdade de escolha nas suas decisões financeiras, que impactam sobremaneira todo o percurso de vida dos indivíduos e, portanto, se constitui como pilar de sustentação para uma condição de formação do sujeito, que proporcione a ele conhecimento e informação para lidar com tais questões.

Considerando que a Educação Financeira emancipatória pode ser uma ferramenta essencial para o rompimento de uma lógica imposta pelo sistema capitalista que, por sua vez, molda nossos modos de vida, acredita-se que seja necessário, desde muito cedo, que esse tema passe a permear a educação de

crianças e jovens. Nesse sentido, é importante também que ele componha o currículo e o processo de aprendizagem dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, como parte e possibilidade concreta de constituição do indivíduo omnilateral, ou seja, com capacidade crítica e consciência da integralidade de suas ações em todas as dimensões que o constituem, a fim de capacitar os educandos a tomarem decisões autônomas em relação a comportamentos financeiros saudáveis.

Portanto, neste estudo, a proposta da Educação Financeira em uma perspectiva de formação humanista e integral, inserida nos propósitos da EPT, é central para o alcance dos objetivos deste trabalho. Assim, ao longo deste estudo, foram envidados todos os esforços no sentido de alinhar o conhecimento do tema ao debate relativo à condição de se construir autonomia e escolhas financeiras saudáveis. Espera-se, dessa forma, contribuir para o fortalecimento da constituição do indivíduo omnilateral, cujo desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, abarque conhecimentos que o auxiliem a interpretar a realidade, resultando em uma prática que possa, inclusive, remodelar um processo real de perspectiva social e econômica.

A partir desta contextualização, a construção desta dissertação ficou assim estruturada: o primeiro capítulo traz esta Introdução, com a apresentação da abordagem inicial; o tema no qual se ancorou a proposta da pesquisa; o problema; os objetivos gerais e específicos; os pressupostos e a justificativa. Na sequência, o segundo capítulo apresenta a lente teórica que embasou este estudo, trazendo os subtemas e autores que subsidiaram as discussões propostas. A seguir apresenta-se o percurso metodológico que embasou a pesquisa e posteriormente o capítulo referente ao produto educacional.

1.1 Tema

O tema desta dissertação - *Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral* – traz uma abordagem emancipatória na perspectiva da formação dos indivíduos, ao considerar a relevância dos conhecimentos em finanças. A inserção dessa temática na educação profissional e tecnológica do seu alunado pode contribuir para a libertação de processos capitalistas e para a formação consciente em relação às decisões financeiras na vida pessoal e profissional desses sujeitos.

1.2 Problema

A partir do tema abordado nesta pesquisa, o seguinte questionamento foi proposto: Quais os conhecimentos em Educação Financeira são necessários para a promoção humana integral dos estudantes da EPT?

Buscando elucidar a pergunta acima citada, foi elaborado um objetivo geral e três objetivos específicos, elencados na sequência.

1.3 Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo foi de investigar os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco.

1.4 Objetivos específicos

Visando atingir o resultado pretendido no objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) compreender os conceitos elementares de orçamento e metas no planejamento financeiro na concepção dos estudantes;
- b) identificar a concepção¹ dos estudantes sobre os conhecimentos de educação financeira, considerando consumo, crédito e investimento;
- c) elaborar o produto educacional, no formato de Guia Educativo, que contribua para a formação em educação financeira dos estudantes.

1.5 Pressupostos

As leituras e pesquisas acerca do tema proposto neste trabalho, realizadas inicialmente para a sua efetivação, demonstraram que há uma lacuna na

¹ Grosso modo, o termo “concepção” pode ser interpretado como sendo algo que se refere às ideias, visões, ou modelos que um indivíduo ou grupo possui sobre um determinado assunto, fenômeno ou conceito. As concepções geralmente são o resultado de experiências, aprendizagens e interações com o mundo, e podem ser conscientes ou inconscientes, formais ou informais. Neste trabalho, utiliza-se o termo concepção de acordo com a conceituação proposta por Guimarães (2010): Concepção é [...] em linguagem corrente, o que a pessoa pensa sobre determinada coisa, qual seu entendimento sobre ela, qual é a forma como a vê ou encara; ou seja, de que modo a pessoa concebeu algo, qual a elaboração mental que realizou. À noção de concepção, pode-se associar um sentido de construção ou criação de algo (Guimarães, 2010, p.83-84).

disseminação do conhecimento relativo à Educação Financeira no contexto escolar. Contudo, os estudantes, quando inseridos no âmbito de aprendizagem do conteúdo, demonstram interesse em compreender mais sobre o assunto, como ficou evidenciado por Gonçalves e Neves (2021), ao afirmarem que “a totalidade dos estudantes consideraram importante a inclusão da Educação Financeira na escola. [...] os alunos demonstraram interesse no tema, inclusive em aprofundar os estudos” (Gonçalves e Neves, 2021, p.12). A disseminação de conhecimento nessa área está proposta dentro da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) bem como dentro da perspectiva de integração curricular por transversalidade trazida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC); porém essas duas ações ainda não atingiram, de forma efetiva, o objetivo proposto, pois de acordo com Sousa; Lobão e Freitas (2023):

Embora os docentes afirmem ter compreensão sobre a importância da integração curricular, através do ensino transversal e interdisciplinaridade dos conteúdos escolares e de terem conhecimento sobre a nova BNCC, observou-se uma ausência de sua participação em projetos ou outras atividades de ensino que integrassem a educação financeira no âmbito do ensino médio integrado (Sousa; Lobão; Freitas, 2023, p.14).

Tomando por base as evidências acima, complementadas também por outras leituras, apresentou-se, na proposta deste estudo, o pressuposto de que os estudantes da Educação Profissional e Tecnológica não tenham o conhecimento necessário à prática de uma Educação Financeira que promova a sua formação humana integral.

A seguir, são apresentadas as justificativas que fundamentam a relevância desta pesquisa, do ponto de vista social e acadêmico.

1.6 Justificativa

A evolução da sociedade contemporânea em todas as áreas do conhecimento decorre, sobretudo, das mudanças tecnológicas surgidas principalmente a partir das últimas décadas do século XX. Tais mudanças desafiam a capacidade e a criatividade dos indivíduos, que precisam se adaptar às novas situações e modalidades presentes na vida moderna. Dessa forma, torna-se essencial que a sociedade esteja preparada para enfrentar e se inserir em ambientes e modos de viver em constante transformação.

Neste novo modelo de viver e atuar em um mundo marcadamente capitalista, com forte apelo ao consumo, os sujeitos são bombardeados diariamente com conteúdos sobre a aquisição frenética de bens e serviços. Conforme argumenta Bauman (2008), a vocação consumista se baseia sobretudo em desempenhos individuais; assim, o consumo nessa sociedade é considerado coisa permanente e universalmente acessível. Dessa forma, adquirir bens e serviços se tornou algo extremamente simplificado, e a facilidade em consumir leva as pessoas, muitas vezes, a perder o controle dos gastos e, em consequência, acumular dívidas.

Autores como Vieira, Lins e Da Silva (2020) defendem que essa realidade está relacionada à falta de conhecimento sobre a Educação Financeira, tendo em vista que muitas pessoas não possuem o hábito de controlar seus gastos, não tendo a dimensão exata das entradas e saídas de seus recursos. Nesse contexto, admite-se que a Educação Financeira pode ajudar a que as pessoas desenvolvam habilidades que possam dar suporte a elas nas suas tomadas de decisões, levando à implementação de uma boa gestão das finanças pessoais.

A importância social desta pesquisa ancora-se no fato de que há uma percepção generalizada de que a Educação Financeira é um pilar importante na constituição da qualidade de vida dos indivíduos, uma vez que o recurso financeiro em si é o vetor por meio do qual é possível executar objetivos pessoais e profissionais. Contudo, importa alertar que a Educação Financeira não se trata somente de ajudar as pessoas a lidarem com suas finanças, mas principalmente em entender que os processos econômicos são, sobretudo, questões de natureza social. Assim, buscar formar pessoas com maior senso de responsabilidade e compromisso com o futuro faz parte, também, da construção de um projeto de sociedade responsável e inclusiva.

Conforme destaca Macedo Júnior (2013), no modelo de sociedade vigente possuir capital é fundamental para se viver com qualidade, pois o dinheiro é visto como sinônimo de felicidade e bem-estar. Portanto, tem grande relevância na vida das pessoas a administração adequada dos seus recursos financeiros, a fim de que elas planejem e conquistem seus objetivos ao curto, médio e longo prazo. Considerando que quando possui Educação Financeira, a pessoa pode melhorar suas escolhas e construir uma melhor qualidade de vida, torna-se necessário que, para isso, o indivíduo possua habilidade de planejar seu orçamento e executá-lo, de forma a buscar construir uma vida financeira saudável.

Entendendo que educar financeiramente uma pessoa reside na capacidade de fornecer a ela os elementos teóricos necessários para a tomada de decisões nos aspectos práticos da vida cotidiana, reveste-se de especial importância investir na formação dos indivíduos desde a educação básica, preparando-as para que, na fase adulta, elas saibam identificar suas necessidades, planejar sua vida e alcançar os seus objetivos financeiros. Destaca-se, nessa perspectiva, a importância do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas capazes de possibilitar uma melhor compreensão acerca da relevância da Educação Financeira no currículo escolar, bem como proporcionar estratégias e ferramentas que possam ser utilizadas em propostas de ensino-aprendizagem na área.

Com base no exposto justifica-se, do ponto de vista acadêmico, a investigação para o presente estudo, que visa contribuir e incentivar para a prática da Educação Financeira, visando ao fortalecimento do aprendizado acerca do referido tema. A compreensão dos conceitos elementares do planejamento financeiro, e a concepção dos estudantes sobre os conhecimentos de Educação Financeira no que tange ao consumo, ao crédito e ao investimento podem ser aspectos de grande relevância nesse processo de aprendizado, essencial e duradouro. Conforme destacam Ferreira e Castro (2020), embora a família seja a base inicial da Educação Financeira dos estudantes, na maioria das vezes ela não detém suficiente conhecimento sobre o assunto para repassar aos filhos. Dessa forma, a escola, como espaço de formação, pode ser um fundamental apoio no processo de desenvolvimento de jovens e adultos financeiramente educados.

Por fim, ressalte-se, ainda, que a proposta enfatizada neste estudo buscou, ao seu final, a elaboração de um produto educacional no formato de Guia Educativo, que contribua para a divulgação de informações relativas à Educação Financeira, dentro da perspectiva de formação humana e integral, missão precípua dos Institutos Federais.

No capítulo 2, é apresentado o referencial teórico utilizado, trazendo os autores e as teorias que subsidiaram as discussões propostas neste estudo.

2 LENTE TEÓRICA

No intuito de evidenciar e facilitar a compreensão do tema investigado, a lente teórica foi dividida em dois tópicos: A Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais, sob a ótica de autores como Frigotto (2018), Manacorda (2017), Moura (2013), Ramos (2014), Oliveira (2020), entre outros; e Educação Financeira, cujo tópico foi subdividido em Planejamento financeiro, consumo, crédito e investimento à luz de autores como Bauman (2022), Bona (2021), Carneiro (2019), Moreira (2021a), Perissé (2014), Santos (2014), entre outros, explicitando os fundamentos sobre os quais a pesquisa se embasa.

2.1 A EPT e a criação dos Institutos Federais

A educação profissional no Brasil tem os primeiros indícios de sua origem em 1909, considerando como marco inicial o Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, que criou nas capitais dos estados da República escolas de aprendizes e artífices, voltadas para o ensino profissional primário e gratuito, de cunho assistencialista, dirigidas aos pobres e desvalidos de fortuna (Brasil, 1909). Desde então, a educação profissional passa por processos de dualidade oferecendo, via de regra, educação propedêutica para as elites e educação profissionalizante para a classe trabalhadora.

Várias foram as transformações na educação profissional em seu processo histórico, quase sempre direcionadas aos interesses e ideologias dos grupos sociais e políticos dominantes, tendo o poder do capital ditado, de forma recorrente, os caminhos a serem trilhados, como evidencia Moura:

o metabolismo do capital faz com que, em geral, o movimento da educação proporcionada à classe trabalhadora tenha coerência interna dentro das três esferas de governo, de modo que o pêndulo pende para o tipo de formação que interessa às necessidades imediatas do capital (Moura, 2013, p.717).

Essa dualidade na educação brasileira traz em seu interior a condição de ensino a que se destina o projeto político de alijar o trabalhador, o quanto mais for possível, da educação. Nesse sentido, de acordo com Ramos (2017), “na sociedade de classes, o direito ao pleno acesso à educação ficou restrito às elites, sendo que a cada aproximação da classe trabalhadora à educação, algum limite se impôs” (Ramos, 2017, p.35).

Kuenzer (2001), ao tratar do ensino médio dentro da perspectiva dos que vivem do mundo do trabalho, aponta os desafios e as possibilidades de constituição de um novo modelo de educação que supere a dualidade e se proponha de fato a superar a divisão social e técnica do trabalho, advinda das relações de classes que, historicamente, determinaram a exclusão de uma grande massa do acesso à educação e à formação profissional, no sentido de uma formação de qualidade.

Trata-se da busca de uma igualdade que não está dada, mas do avanço possível na contramão da exclusão. Nesse sentido, a autora acima citada relaciona a dualidade estrutural à forma como a sociedade expressa a relação entre capital e trabalho, enfatizando que uma nova concepção de ensino médio só será possível quando levada a termo a partir das condições reais de sua implementação, cuja relevância do ensino médio está em atender a demanda do jovem, tanto em sua inserção no mundo do trabalho, quanto na continuidade dos estudos, extirpando a concepção, até hoje validada, de um ensino médio que apenas inclui os já incluídos.

Assim, para a autora, seria necessário proporcionar:

as mediações necessárias para que os menos favorecidos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo da vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural (Kuenzer, 2001, p.43).

Ela reforça que a universalização do Ensino Médio é um direito, como também uma dívida social acumulada historicamente, devendo a escola representar, para os que vivem do trabalho, a condição de trânsito em todas as áreas do conhecimento, propiciando ao aluno a capacidade de compreensão da realidade e, conseqüentemente, de rompimento com as condições excludentes. Para a autora, a educação capacita o pensamento teórico da realidade e, a partir dessa capacitação, a atuação para transformá-la. Nesse sentido, ela reforça a diferença entre prática, que apenas repetindo atitudes gera a permanência das condições; e a práxis, como processo contínuo, por meio do trânsito entre teoria e prática, analisando a condição material elevada no nível do pensamento, capaz de produzir novo conhecimento e, assim, transformar realidades (Kuenzer, 2001).

O conhecimento a ser atingido em uma educação transformadora, conforme proposto pela autora, baseia-se em cinco parâmetros de destaque, quais sejam: 1) o conhecimento vem da práxis. É imprescindível a “inserção do aluno na prática social de sua comunidade, para que ele possa dimensionar a possibilidade de transformação

a partir do conhecimento, do compromisso político e da organização” (Kuenzer, 2001, p. 82). 2) O conhecimento de fatos e fenômenos está intrinsecamente vinculado a uma totalidade concreta. Ou seja, ao se isolar um fato para estudo, e retorná-lo à constituição do todo, cria-se uma compreensão da relação entre parte e totalidade, e aqui se coloca a importância da inter e da transdisciplinaridade. 3) O conhecimento, sua produção e ou apropriação demandam, como ponto de partida, o domínio ao nível do aluno sobre o assunto, promovendo o trânsito do que é simples para o que é complexo, do que é conhecido para o desconhecido, permitindo assim a ocorrência de “processos que conduzam à construção de significados e ao desenvolvimento das capacidades cognitivas complexas através não só da aprendizagem de conhecimentos, mas do exercício do método científico” (Kuenzer, 2001, p.83). 4) O conhecimento exige método que seja capaz de definir a trajetória entre concreto e abstrato, lógico e histórico. As dimensões lógica e histórica se complementam no sentido de que pela historicidade se compõe o processo de desenvolvimento do conhecimento em tempo real, perpassado por contradições e complexidade, caótico e não linear compreendendo o momento em que se investiga. Já o processo lógico traz racionalidade, ordena os fatos devolvendo coerência ao processo histórico, representando, assim, o momento da exposição, ou seja, investigar por meio do processo histórico e sistematizar o pensamento lógico, como método para a produção do conhecimento, sendo que o desenvolvimento dessa capacidade é que conferirá especificidade ao ensino médio, enquanto etapa final da educação básica. 5) O conhecimento deverá promover a capacidade de autonomia, redirecionando o jovem para um novo patamar, distante daquele em que as normas são apenas obedecidas, a partir da criticidade e do convencimento da necessidade de elas existirem, deixando de lado o que é ultrapassado e dando dinamicidade à sociedade, em contraposição à repetição inquestionável dessas normas, situação que gera o imobilismo conservador.

Permeadas pela dualidade, as várias reformas, contrarreformas e decretos executados no percurso histórico da educação no Brasil, constituem um movimento que, eventualmente, tenta uma aproximação entre ensino propedêutico e técnico, e em outra circunstância distancia - e até mesmo separa - essas possibilidades de ensino. Nesse embate, a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que se constitui como instrumento de criação dos Institutos Federais - IFs - trouxe a expectativa de atendimento do anseio por uma educação integral no país:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (Brasil, 2008).

Dentre vários aspectos, a relevância da criação dos IFs é notória, ao trazer a condição do ensino integrado e ao inserir a modalidade *multicampi*. Oliveira (2020) evidencia a concepção dos Institutos Federais como:

assentada em um ideário de integração que possibilite a formação plena do indivíduo, recusando a dualidade que sempre caracterizou a Educação Profissional no Brasil. Assim, procura atender a uma formação holista e flexível, voltada mais para o mundo do trabalho e menos para a formação de ofícios (Oliveira, 2020 p.35).

O acesso à educação no nível técnico e superior proporcionado pela estrutura *multicampi* a regiões até então desprovidas dessa realidade, evidencia a importância dos Institutos Federais que, partindo de 144 unidades em 2006, alcançou 659 unidades na Rede em 2018. Como ressaltado por Oliveira (2020), “configurando-se hoje como importante e abrangente estrutura de acesso à educação, que acaba exercendo, também, um significativo papel no desenvolvimento das comunidades locais em que se encontram” (Oliveira, 2020, p.36).

Assim, observa-se na criação dos Institutos Federais um passo concreto para o estabelecimento de uma nova condição de educação, cabendo aqui ressaltar, como Marx (2012) evidenciou, “que cada passo do movimento real é mais importante que uma dúzia de programas” (Marx, 2012, p.20). Assim, a educação profissional e tecnológica – EPT - apresentada como a proposta a ser efetivada nos IFs, trouxe para o contexto do Ensino Médio Integrado (EMI) a possibilidade de formação do ser humano que, crítico de sua realidade, constitui-se integralmente dentro dos campos do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Ramos (2014) observa que “como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a uma sociedade política (Ramos, 2014, p.86).” Nesse sentido, Marx (2008) *apud* Ramos (2014) ressalta que o projeto dos IFs corrobora o pensamento de Marx, que já indicava a necessidade de uma educação pautada em três pilares: mental, física e tecnológica.

No intuito de abarcar essa proposta de formação integral, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Técnica de Nível Médio (DCNEPTNM), estabelecidas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, apontam dentre seus princípios:

trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular; articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico; indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem; indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular (Brasil, 2012).

Os princípios destacados preconizam uma integração entre teoria e prática, que passa impreterivelmente pelo desafio de um currículo que vise possibilitar ao aluno uma educação para sua emancipação, formação humana integral e constituição do indivíduo omnilateral, inserida na proposta da EPT. Saviani (2016) aponta o trabalho como princípio educativo e como referência para a determinação dos conteúdos que devam compor o currículo. Três significados citados pelo autor justificam a centralidade dessa modalidade de trabalho, sendo eles: a historicidade do desenvolvimento social que determina o modo de ser da educação; o preenchimento de exigências específicas visando a participação no trabalho socialmente produtivo; e, por fim, “integrando à educação uma modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico” (Saviani, 2016, p. 76).

No contexto do Ensino Médio o autor propõe a politecnia, definida como sendo “a especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” concluindo que “sobre as bases da relação explícita entre trabalho e educação se desenvolve, portanto, uma escola média de formação geral (Saviani 2016, p.80). Dessa forma, evidencia-se ainda que tal objetivo está distante dos currículos que visam conferir competências, no sentido de formar para a produção mecânica, demandada pelo mercado de trabalho. O autor defende que, ao contrário disso, a organização curricular deve partir da organização da sociedade, compreendendo seus mecanismos e possibilitando acesso ao conhecimento de forma

crítica, sendo necessário aliar a base científica ao crivo da reflexão filosófica e da expressão artística e literária. Para ele, “somente assim será possível além de qualificar para o trabalho, promover igualmente o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania” (Saviani, 2016, p.83).

No que tange ao item de interdisciplinaridade como possibilidade de integração em contraposição à fragmentação do conhecimento, há, na proposta freiriana, a educação como potencialidade para um aprendizado crítico, que permita o desenvolvimento do conhecimento para além do que está posto, em busca do atingimento de uma nova condição do saber. De acordo com Freire (2022), “nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (Freire, 2022, p. 28). Constituir um currículo que permita essa condição de aprendizado, torna-se, portanto, um desafio posto, uma vez que atualmente o que se encontra em voga é a educação para o mercado de trabalho, regida pelo sistema capitalista, baseada no desempenho, em contraposição à proposta freiriana de educação para constituição de sujeitos críticos.

Considerando o currículo integrado, Santomé (1998) salienta que a possibilidade de sua organização em conteúdos que, por sua vez, ultrapassem o contorno de disciplinas, abarcando também o contexto e levando ao manejo de referenciais teóricos e habilidades de diferentes disciplinas, os alunos poderiam

Desvelar as questões de valor implícitas nas diversas propostas ou soluções disciplinares, permitindo constatar com maior facilidade dimensões éticas, políticas e socioculturais que as visões exclusivamente disciplinares tendem a relegar a um segundo plano (Santomé 1998, p.26).

O autor acima citado complementa, ainda, que sendo a condição humana permeada por diversas dimensões, torna-se evidente a necessidade de compreensão dessa diversidade dentro de um contexto multidimensional. Assim:

A complexidade do mundo e da cultura, leva a desentranhar os problemas com múltiplas lentes, tantas como as áreas do conhecimento existentes; do contrário, facilmente os resultados seriam afetados pelas deformações impostas pela seletividade das perspectivas de análise às quais se recorre (Santomé 1998, p.44).

No que se refere ao ensino integrado, também Frigotto (2018) ressalta suas peculiaridades:

Não [se trata] apenas de uma forma de oferta da educação profissional de nível médio; o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, que não se satisfaz com a socialização de fragmentos da cultura sistematizada e que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo, inclusive escolar, que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais (Frigotto, 2018, p. 249).

Santomé (1998) considera que os projetos curriculares integrados, por permitirem maior liberdade e condição de compreensão da realidade, podem conduzir os alunos a uma elaboração própria de revisão e superação de conceitos na compreensão da realidade cotidiana, por meio do desenvolvimento de novos modelos explicativos que sejam mais adequados e válidos pela confrontação de suas subjetividades. Considerando as perspectivas sociológicas, Santomé (1998) destaca a integração como sendo:

uma forma de educação que 'propicia visões da realidade nas quais as pessoas aparecem como sujeitos da história, como as peças-chaves para entender o mundo; conseqüentemente como uma boa estratégia para estimular o compromisso de alunos e alunas com sua realidade e para obrigar-se a uma participação mais ativa, responsável, crítica e eficiente na mesma (Santomé, 1998, p.118).

Essa educação proporcionada por programas integrados, abrangendo o contexto emancipador, deve ser aquela capaz de “possibilitar uma maior autonomia do sujeito (aluno) no sentido deste se apropriar dos conhecimentos científicos socialmente válidos e relacioná-los com a realidade social”, como propõe Onofre (2017), constituindo, nesse sentido, uma interação entre a dialética e a prática social (Onofre, 2017, p.244). Assim, considerando o ser humano como inacabado, Freire (2022) reforça que, ainda que as condições diversas que permeiam a existência imponham barreiras na tarefa de mudar o mundo, é preciso ter consciência de que os obstáculos não se eternizam, o que conduz as pessoas a um permanente processo social de busca sendo “na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente” (Freire, 2022, p.57).

Cunha *et al* (2020) apontam alguns desafios na elaboração e implantação do currículo integrado, dentro da perspectiva de formação humana integral, em dois aspectos, interno e externo às instituições organizacionais, ao referenciar vários trabalhos acerca do tema. Entre os fatores internos têm-se as bases conceituais necessárias, o engajamento dos profissionais, a permanência dos currículos de propostas conteudistas e até mesmo cursos reconhecidos como ensino médio

integrado que, na prática, proporcionam formação geral e profissional de forma fragmentada, sem sincronia entre os conteúdos dessas formações. Há ainda a questão de formação de professores, considerando o desconhecimento da concepção de trabalho como princípio educativo, sendo necessário promover uma formação docente baseada na omnilateralidade, em contraposição à formação regida pelo capitalismo, que direciona para o mercado de trabalho.

Quanto aos fatores externos evidenciados por Cunha *et al* (2020), há o próprio sistema capitalista, em que “pensar de maneira diversa requer uma desconstrução dos saberes que sua realidade apresentou durante toda sua vida” (Cunha *et al*, 2020, p.70); as bases contraditórias em que se dão as orientações que dizem apoiar a formação integrada mas, que ao mesmo tempo, buscam oferecer formação aligeirada para atender a demanda do mercado de trabalho; e, ainda, a proposta da Base Nacional Comum Curricular criada pela Lei 13.415/2017, que cria um currículo mínimo, vinculado a uma especialização prematura, atendendo a modelos de competências requeridos pelo mercado de trabalho, em detrimento da possibilidade do direito de todos ao conhecimento (Brasil, 2017a).

Diante disso, a educação para a emancipação é uma tarefa a ser realizada, cujo caráter de mudança que ela exige torna desafiador o processo de sua inserção no contexto educacional atual, que também é regido pela lógica do capital. Nesse sentido, Mészáros (2008), aponta:

a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo, e vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas (Mészáros 2008, p.27).

O citado autor ainda enfatiza que essa mudança na educação deve visar, por meio de todos os mecanismos disponíveis, a ruptura do controle exercido pelo capital e ainda, que tal ação deva ocorrer de maneira planejada e consistente, admitindo que a educação formal, por si só, não é capaz de proporcionar uma emancipação radical. Essa deve ser uma tarefa da totalidade de práticas educacionais na sociedade estabelecida. No que se refere à condição de emancipação, Marx (2010) defende que

“toda emancipação é a recondução do mundo humano, das relações, ao próprio homem” (Marx, 2010, p.54).

Ao se referenciar à historicidade do ser humano, Freire (2022) insere a necessidade de “viver a história como tempo de possibilidade e não de determinação” Freire (2022, p.73), discorrendo sobre a convicção de que a mudança é possível, trazendo a dinâmica de que o mundo não é, está sendo, e, dessa forma, é possível intervir não para se adaptar e, sim, para mudar, constatando que “nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptarmos a ela” (Freire, 2022, p.75).

A educação é, portanto, uma forma de intervenção no mundo que se coloca em constante embate entre a reprodução da ideologia dominante e sua superação, posicionamento que se reforça em Mészáros (2008), quando esse autor explicita a educação para além do capital, como aquela que insere o sujeito como agente político, com capacidade de pensar e agir para transformar o atual modelo econômico, sendo, assim, libertadora.

No intuito de evidenciar o risco que se corre em utilizar o termo emancipação de maneira retórica, esvaziando-o de sua importância fundamental e urgente para a delimitação de uma nova ordem social que traga consciência e criticidade, Adorno (2023) esclarece

Aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo - a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que este não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nessa medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação (Adorno 2023, p.164).

O pensamento de Adorno (2023), tal como o de Freire (2022), enfatiza que toda ação ocorre a partir da sua compreensão. A maneira como ela acontece será refletida na ação do sujeito. Assim, para que os indivíduos tenham atitudes críticas, é necessário que tenham compreendido também de maneira crítica e que quanto menos criticidade, mais superficialmente as ações são tomadas, deixando na periferia do que foi tratado.

Adorno (2023) ressalta ainda que diante da condição social heterônoma em que vivemos, estamos todos restritos a existir dentro de um contexto em que se absorve e se aceita o que sociedade determina, por meio de canais e instâncias mediadoras, cerceando as próprias determinações. O autor aponta dois fatores que ele considera como enormes dificuldades para a consecução de uma proposta de emancipação. Um deles seria a atual organização de mundo vivenciada atualmente, que, com sua ideologia, supera a educação e pressiona as pessoas, levando-as a uma ausência de consciência. Para ele, “seria efetivamente idealista no sentido ideológico se quiséssemos combater o conceito de emancipação sem levar em conta o peso imensurável do obscurecimento da consciência pelo existente” (Adorno, 2023, p.156). Ele complementa, ainda, que o segundo fator de dificuldade trata da condição de continuidade em que deve estar inserida a emancipação, pois sendo dialética, precisa ser inserida no pensamento e na prática educacional.

O posicionamento crítico e a constituição de atitude reflexiva dentro da sociedade, em contraposição à aceitação do que está posto como condição irrefutável, evidencia a necessidade de uma educação para emancipação. Freire (2022) traz essa dinâmica da reflexão constante para a mudança ao propor que:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar(...) constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela (Freire, 2022, p.74).

Essa educação para a emancipação requer a constituição do indivíduo omnilateral, crítico da realidade na qual está inserido, capaz de tomar decisões autônomas e conscientes, com conhecimentos estabelecidos para interpretar a realidade como resultado de um processo histórico social. É necessário, portanto, a busca pelo desenvolvimento de formas sociais que proporcionem a capacidade de construção de sentidos humanos que o possibilitem enxergar o mundo de maneira que faça sentido para ele, de forma real e universal.

Sobre o homem omnilateral, Manacorda (2017) considera que “frente à realidade da alienação humana (...) está a exigência da omnilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e

das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação” (Manacorda, 2017, p.88).

O conceito de omnilateralidade, segundo Fonte (2018), diz respeito a uma formação humana que abarca a condição de integração de todas as dimensões do ser humano, buscando seu pleno desenvolvimento, considerando sua historicidade, em contraposição à formação unilateral das formas de produção assumidas no sistema capitalista, “em contraste com o ser humano fraturado pela divisão social do trabalho, coloca-se o ser humano total, omnilateral, em todas as suas capacidades e faculdades” (Fonte, 2018, p.14).

Caldart *et al* (2012), no que se refere à condição de educação omnilateral, coloca como desafio a necessidade de direcionar esforços para que essa educação se concretize:

A tarefa do desenvolvimento humano omnilateral e dos processos educativos que a ele se articulam direciona-se num sentido antagônico ao ideário neoliberal. O desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas. Esta, todavia, é a tarefa para aqueles que buscam abolir estas relações sociais (Caldart *et al*, 2012, p.272).

Inserido nesse contexto, na nova forma de concepção e integração, o ser humano será capaz de estabelecer novas relações sociais e se tornará consciente de sua importância e responsabilidade na construção histórica de realidades. E ainda, “como resultado de um processo histórico de autocriação, o homem se apresenta como uma totalidade de disponibilidades” (Manacorda, 2017, p.92).

Isto posto, tem-se, na constituição do ser humano omnilateral e na educação emancipatória, conceitos que se alinham e se sustentam, sendo necessário construir uma travessia para a Educação Profissional Tecnológica no Ensino Médio Integrado que tenha esses conceitos como balizadores.

2.2 Educação financeira

O Relatório de Estabilidade Financeira divulgado pelo Banco Central do Brasil em maio de 2023, relativo ao endividamento das famílias, mostra que “a renda está mais comprometida com modalidades de maior risco e com taxas de juros mais elevadas, em especial o cartão de crédito (consideradas nessa métrica apenas as

operações rotativadas ou parceladas com juros) ” (BACEN, 2023, p.28). Essa realidade evidencia, sobretudo, a necessidade de educar financeiramente os indivíduos para o fortalecimento da sua autonomia.

Em nível governamental, um fator relevante do letramento em Educação Financeira está direcionado à condição na qual a participação do cidadão contribua para um Sistema Financeiro Nacional (SFN) sólido e eficiente, de acordo com informações do Banco Central (BACEN, 2019). As ações governamentais para proporcionar tal letramento estão inseridas no contexto da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), que busca estabelecer critérios para a disseminação da Educação Financeira, reforçando o fortalecimento do SFN.

Nessa perspectiva, o Banco Central do Brasil e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) desenvolveram o Índice de Saúde Financeira do Brasileiro I-SFB (2024) com os objetivos de, em nível micro, fazer um diagnóstico individual de saúde financeira para identificar lacunas e personalizar estratégias de educação financeira; já em nível macro, objetiva permitir uma análise agregada dos brasileiros para contribuir no aperfeiçoamento de políticas públicas e da ação privada em prol da saúde financeira. Alguns dados revelados na pesquisa I-SFB 2024 mostram que 32,8% gastam mais do que ganham; para 58,6% sobra algum dinheiro no final do mês com alguma regularidade, e apenas 32,4% conseguiriam arcar com uma despesa inesperada grande; ainda, 48,4% sentem algum aperto financeiro e 67,2% não têm segurança sobre seu futuro financeiro.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira do Banco Central vem reforçar a necessidade da construção de uma Educação Financeira das pessoas ao relatar que:

uma gama crescente de produtos financeiros (empréstimos, poupanças, investimentos, seguros e planos de pensão) oferecidos aos consumidores veio acompanhada de mais responsabilidade em suas escolhas. Essa complexidade torna as decisões mais difíceis, já que é necessário comparar características de cada opção para fazer escolhas conscientes (BACEN, 2015, p.2).

A Educação Financeira é um tema amplamente pesquisado, dado sua importância no mundo atual em que, a todo momento, o mercado envia às pessoas estímulos para o consumo inconsciente e, como explicitado por Bauman (2010), a vida a crédito está cada vez mais presente na sociedade de consumidores.

Faz-se necessário ressaltar alguns aspectos da Educação Financeira dentro de um contexto de desigualdade e exclusão. Conforme aponta Soares (2017), frente

à ausência do Estado, a financeirização da vida doméstica se consolida, tanto mediante ao endividamento das famílias de um lado, quanto à renda de outro, em que parte dos rendimentos das famílias passam a vir de operações financeiras como tentativa de suprir a referida ausência do Estado, a exemplo do comprometimento da renda com previdência privada e seguros, entre outros.

As transformações sociais ocorridas paralelamente ao processo de financeirização acarretaram o “início de uma era de crescente desigualdade de patrimônio em diversas economias, declínio de salários, ondas de consumismo amparadas pelo crédito e ganância por parte dos investidores”, de acordo com Soares (2017, p.138). Essa abordagem sobre o “homem endividado” traz dois prismas de análises sobre o assunto, sendo um referente à necessidade de cobertura de uma diferença entre a renda e as despesas advindas, de um lado, do baixo crescimento dos salários e, por outro lado, pela necessidade de prover um estilo de vida cujos direitos básicos de saúde, educação e moradia, um dever do Estado, muitas vezes são suprimidos e entregues ao mercado, que passa a ter o direito de provê-los.

Neste contexto, Bauman (2010) ao se referir ao Estado como aquele que deveria promover o bem-estar social, ressalta que ele agora se entregou ao domínio do mercado. Dessa forma, o que anteriormente o provimento era de responsabilidade do Estado, atualmente está no campo das responsabilidades individuais, em que é necessário que os indivíduos utilizem seus próprios recursos na busca de soluções individualizadas para problemas socialmente produzidos.

Sob outro prisma, Soares (2017) destaca que o consumismo e o anseio por aumentar o nível de riqueza e um padrão de vida não condizente com a renda familiar, baseado em uma cultura que valoriza as pessoas pelo quanto e o que consomem, geram pressão para que a sociedade de consumidores permaneça ativa e o crédito seja seu elemento propulsor. Segundo o citado autor, a excessiva geração de crédito se caracteriza como um processo de expropriação financeira, transferindo a renda pessoal para os lucros das instituições financeiras, cabendo ao mercado, estimulado pelo Estado neoliberal, a oferta de crédito fundada na prerrogativa de continuidade da condição de consumo das famílias e de desenvolvimento da economia. Dessa forma, o Estado passa a “garantir a disponibilidade de crédito e a habilitação permanente dos consumidores para que tenham acesso a ele. É o avanço do mercado e, notadamente, dos mercados financeiros sobre a vida doméstica” (Soares 2017, p.156).

Esse movimento de ausência do Estado acontece de maneira desigual, pois imputa às pessoas com menor renda maior ônus na aquisição de bens e serviços essenciais. Essa camada da população com menor renda sofre também com a exclusão financeira pois, em uma sociedade de consumidores, o que define o status de cidadão é a capacidade de consumir. Bauman (2008) enfatiza a diferença entre ser pobre em uma sociedade de produtores e de consumidores, uma vez que tal *status* é acentuado enormemente na sociedade de consumidores.

De acordo com Soares (2017) nesse tipo de sociedade “os projetos de vida estão ligados à escolha dos consumidores, e não mais ao trabalho” (Soares, 2017, p. 223). O autor destaca, ainda, a desigualdade e a exclusão no quadro brasileiro vinculada à inaceitável lógica do merecimento individual, em que “a frustração percebida e vivenciada, muitas vezes, não vem da injustiça social, no olhar de muitos, mas sim do fracasso individual” (Soares, 2017, p.229).

Ainda de acordo com Bauman (2022), na sociedade de consumidores os pobres tornam-se desnecessários, indesejados, desamparados, excluídos da comunidade humana e do pensamento público. A questão da pobreza é colocada, então, como uma escolha pessoal, por não fazer o necessário para atingir certos objetivos, argumento que legitima a negativa a essas pessoas do direito de reclamar prejuízos ou fazer acusações. Dessa forma, conforme afirma o autor, sair dessa condição de pobreza também é imputado aos indivíduos como sendo uma questão de escolha:

na sociedade de consumidores, os consumidores falhos seriam um agregado composto de vítimas individuais, de escolhas individuais erradas, e tomadas como prova tangível da natureza pessoal das catástrofes e derrotas da vida, sempre um resultado de opções pessoais incompetentes (Bauman, 2022, p. 174).

Fraga (2020), utilizando a Teoria de Capitais de Bourdieu, apresenta uma ampla análise que remete ao fato de que a pobreza não se define exclusivamente pela ausência de capital econômico, embora esse seja de fundamental importância para a aquisição e conversão dos demais capitais. Assim, pessoas em situação de pobreza priorizam o trabalho como fonte de capital econômico para, a partir daí, buscarem a incorporação de outros capitais, entre eles o capital cultural institucionalizado, como a educação. Nesse contexto, a quebra do ciclo geracional, proporcionado pela educação é vista como primordial para uma melhor condição de vida. A autora relata a dedicação e o empenho dos provedores das famílias em propiciar condições de

estudos para seus filhos, por considerarem a educação como condição de melhor renda futura e maior possibilidade de agregar os diversos capitais.

Fraga (2020) enfatiza a dependência do capital econômico como instrumento estruturante para se obter uma melhor condição de vida, em que “o Ter e o Ser econômico promovem a distinção social aflorando as diferentes oportunidades e condições de moradias, educação, saúde, segurança, mobilidade, condição sanitárias – saneamento básico, entre outros” (Fraga, 2020, p.128). Como forma de mobilização de capital econômico, destaca-se a prática de trabalhos diversificados, evidenciando a necessidade de empreender para sobreviver, resultando em pouco tempo livre para relações sociais.

Neste contexto de desemprego, o empreender se relaciona mais ao sobreviver, pois ter um negócio está relacionado não ao interesse de ser empresário, mas a uma forma de obtenção de recurso econômico: “O trabalho ou o serviço em excesso, precários e de diversos tipos ocupam o tempo sem direito a pensar em ociosidade para convivência” (Fraga, 2020, p.58). Trata-se, portanto, de uma alternativa para suprir a ausência de emprego formal, uma necessidade de que se impõe para a sobrevivência cujas “práticas são realizadas com o intuito de ter e fazer dinheiro para satisfazer necessidades básicas” (Fraga, 2020, p.129).

Citando Souza (2012) *apud* Fraga (2020), aponta a necessidade de oportunidades para que as pessoas em situação de pobreza possam promover o acúmulo de capitais. Contudo, a ausência do Estado, evidenciada na precariedade das políticas e dos recursos públicos deficitários, induz as pessoas às ações individuais para sobreviver uma vez que “Ter recursos revela o Ser perante a sociedade” (Fraga, 2020, p.56).

Neste contexto, a sociedade de consumo, conforme destaca Bauman (2022), exige de todos a vocação para ser um consumidor, não havendo distinção de gênero, classe ou localização. Dessa forma, às pessoas em situação de pobreza ainda é imputada a ordem de consumo que muitas vezes não faz sentido diante de suas necessidades, mas que os coloca em movimento nessa sociedade, pois caso não correspondam de forma adequada aos apelos dos mercados de bens de consumo, tornam-se desnecessários à sociedade de consumidores estando sujeitos à humilhação social e ridicularização. São definidos como consumidores falhos, pois não cumprem o princípio básico da sociedade de consumidores: ser comprador ativo e efetivo dos bens oferecidos pelo mercado. Assim, o pobre se depara entre o estigma

da exclusão, se não adota o modelo do consumismo, ou à intensificação da pobreza, caso se entregue à insaciável demanda consumista.

Portanto, evidencia-se a importância de uma educação financeira que abarque a compreensão do modelo de sociedade em que todos estamos inseridos, bem como mecanismos possíveis de promoção da autonomia e rompimento com esse modelo, visando à formação voltada para a cidadania, e que proporcione o conhecimento necessário para capacitar o gerenciamento dos recursos financeiros, da melhor forma possível.

A Educação Financeira no Brasil foi instituída pelo Decreto 7.397, de 22 de dezembro de 2010, por meio da Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Sua finalidade era de “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (Brasil, 2010). Nota-se, portanto, que naquele momento havia a preocupação em disseminar um conhecimento em Educação Financeira que fosse capaz de proporcionar atitudes autônomas e seguras em relação ao tema.

Revogado pelo Decreto 10.393, de 09 de junho de 2020, a finalidade da ENEF passa a ser a de “promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País” (Brasil, 2020, [s/p]). O referido decreto criou o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF, cuja competência, dentre outras, é a de implementar e estabelecer os princípios da ENEF. O Comunicado FBEF nº. 3, de 30 de maio de 2022 divulga o Relatório Anual do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF):

O Relatório constitui-se, portanto, em um documento que, além de dar transparência às atividades realizadas pelo Fórum e por seus membros, atualiza o Plano de Ação do FBEF com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no contexto da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e, assim, contribuir para a melhoria da saúde financeira da população brasileira (Brasil, 2022).

Para além dessa ação governamental, a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 (Brasil, 2017b), institui e orienta a implantação da BNCC (Brasil, 2016a) em todo o percurso da educação básica, tendo sido homologados em 2017 os documentos da BNCC (Brasil, 2016a) referentes às etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. No que tange ao Ensino Médio, essa modalidade foi reformulada ao longo de 2018 e aprovado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) em 4 de dezembro de 2018. Em sua versão final, contemplando a inclusão do Ensino Médio,

a BNCC (Brasil, 2018) traz a necessidade de incorporação aos currículos de temas contemporâneos, entre eles a Educação Financeira:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2018, p.19).

Embora importante, o tema não tem sido tratado de forma abrangente dentro do contexto escolar, conforme demonstram pesquisas realizadas, a exemplo de Gonçalves e Neves (2021), Sousa, Lobão e Freitas (2023), entre outras. Diante do exposto, torna-se de suma importância integrar os mecanismos pelos quais seja possível compreender e estabelecer uma conexão entre conhecimento e prática em relação ao assunto em questão. Perissé (2014), ao tratar a Educação Financeira sob a ótica da transversalidade, traz uma contribuição significativa sobre como é possível dialogar com o tema dentro da perspectiva das diversas disciplinas, a exemplo do contexto histórico, em que ele aborda como o dinheiro evoluiu ao longo da história, impactando o estilo de vida das pessoas. O autor argumenta que ele deve ser visto como uma ferramenta que para “erguer coisas belas, deve integrar-se a um sistema de valores humanos, e ocupar o seu devido lugar na história da humanidade. Caso contrário, esta força, descontrolada, desintegra sociedades e indivíduos, subjuga sistemas e instituições” (Perissé, 2014, p.19).

Também Batista (2019) apresenta um conceito de Educação Financeira em um intuito emancipatório, conforme proposto a seguir, sendo:

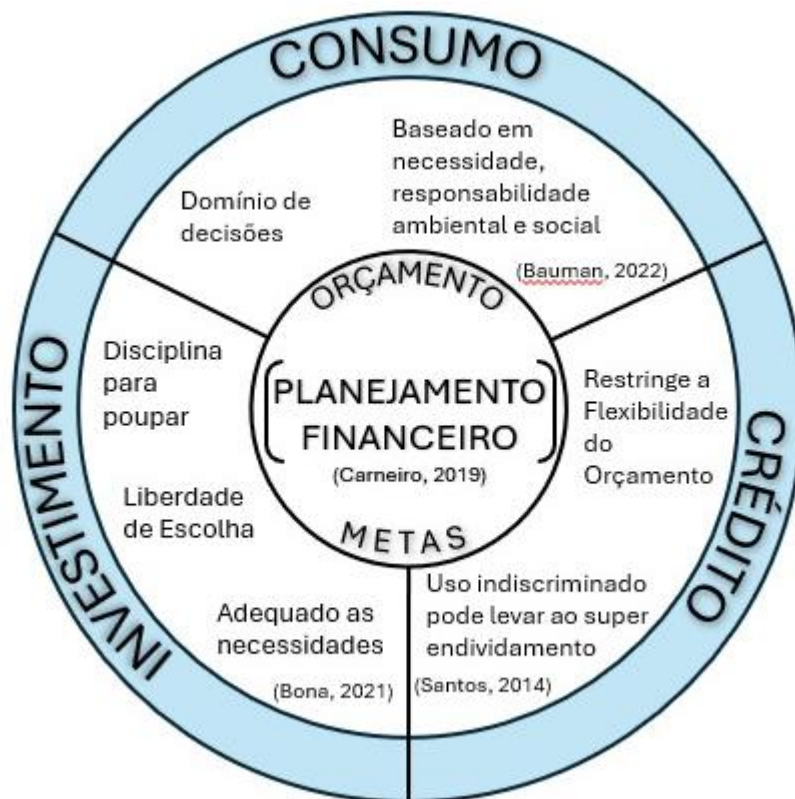
o meio pelo qual as pessoas podem compreender a sociedade de consumo e não se submeter às suas determinações, procurando utilizar os seus recursos financeiros de maneira a atender suas necessidades, evitando serem conduzidas a uma situação de endividamento que venha a prejudicar as suas vidas (Batista, 2019, p.22).

A Educação Financeira deve ser abordada além da aplicação da matemática financeira, não se resumindo tampouco ao conhecimento de produtos financeiros, pois no contexto emancipatório ela envolve consciência individual e consciência coletiva no que diz respeito à vivência em sociedade, sendo necessário compreender o tema em suas múltiplas dimensões. Em Losano (2013) apresenta-se a busca por uma Educação Financeira como sendo aquela que:

não contempla a formação de consumidores de produtos financeiros, não busca o enriquecimento pessoal, não vislumbra a formação de investidores, não se limita a finanças pessoais, mas se preocupa com a formação de um cidadão consciente de seus deveres e direitos, crítico na tomada de decisões financeiras, autônomo no controle de seus gastos (Losano 2013, p.114).

Assim, pretende-se, por meio do alinhamento do conhecimento dos conceitos de consumo, de crédito e de investimentos, Figura 1, dentro da prática do planejamento financeiro, evidenciar mecanismos possíveis para a consecução de uma proposta de Educação Financeira emancipatória.

Figura 1 - Bases para planejamento financeiro



Fonte: Bauman 2021, Bona 2021, Santos 2014.

Nota: Autoria própria

Os desafios são muitos, e estão postos, desde a questão estrutural e econômica da sociedade brasileira, perpassando pela questão educacional, em que a proposta de interdisciplinaridade ainda não se apresenta consolidada na prática. Paralelamente aos desafios, as possibilidades também estão postas, sendo pela estrutura que os Institutos Federais possuem, e que podem promover a construção de um conhecimento sólido para os estudantes; pelas pesquisas que buscam trazer a

educação financeira emancipatória para uma discussão capaz de ampliar o conhecimento sobre onde estamos e onde pretendemos realmente estar em relação a esse tema, como também pelo que se espera haver de interesse dos estudantes em alavancar o conhecimento na área.

2.2.1 Planejamento financeiro

Integrando as possibilidades de investimento para a constituição de reserva, as decisões de tomada de crédito e o consumo, há no planejamento financeiro a condição de estabelecimento da autonomia nas decisões e fortalecimento de atitudes financeiras saudáveis. Dentro do planejamento financeiro, o orçamento possui relevância significativa para a sua organização. Dessa forma, o conceito de orçamento será utilizado como sendo uma projeção das receitas e das despesas, familiar ou pessoal, dentro de um determinado período. Sobre a importância do orçamento, Carneiro (2019) evidencia que:

o orçamento familiar é um instrumento (um meio), que pertence à ciência das finanças pessoais, que visa fazer com que as famílias façam a gestão de seus recursos financeiros de modo mais eficaz, ou seja, fazendo com que atinjam seus objetivos econômico-financeiros (Carneiro, 2019, p. 15).

Para as pessoas atingirem seus objetivos torna-se primordial o planejamento e o estabelecimento de estratégias, podendo-se considerar o planejamento financeiro como uma ferramenta para balizar as decisões estratégicas de uma educação financeira salutar. Essas estratégias quando levadas à termo podem contribuir, de forma decisiva, para a saúde financeira das pessoas. Para tal, a disciplina e o exercício diário de conscientização sobre a importância de manter o equilíbrio financeiro são pontos-chave para a prática saudável da educação financeira que promova o bem-estar das pessoas. A princípio, trata-se de uma tarefa árdua; pode ser transformado em sentimento de satisfação pelo objetivo alcançado, qual seja, a educação financeira para a verdadeira liberdade, pois conforme propõe Frankenberg (1999) “quando as pessoas são muito conscientes e determinadas, fica mais fácil para elas planejar e seguir uma certa conduta, o que amplia bastante as possibilidades de concretizar esse sonho” (Frankenberg, 1999, p.31), referindo-se ao sonho da tranquilidade econômico-financeira.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a importância de um conceito matemático que pode tanto favorecer quanto prejudicar o planejamento financeiro: os juros compostos, mecanismo utilizado tanto para rentabilidade de investimentos quanto para operações de crédito. No sistema de juros compostos, ocorre, a cada período, a incorporação dos juros ao capital, gerando nova base de cálculo para o período seguinte, estabelecendo uma relação exponencial com o tempo, dada pela seguinte fórmula:

Equação 1 - Cálculo dos juros compostos

$$M = C(1 + i)^t$$

Em que:

- M é o montante final;
- C é o capital inicial;
- i é a taxa de juros por período (expressa em forma decimal);
- t é o número de períodos de capitalização (BACEN, 2024).

Fonte: BACEN, 2024.

Sendo assim, os investimentos tendem a ser mais vantajosos quanto maior o período de aplicação, e a tomada de crédito tende a ser mais onerosa quanto maior for o tempo contratado para pagamento

Assim, Bona (2021) discorre sobre como a relação com os juros é positiva para os investidores e negativa para os tomadores de crédito. Como forma de auxiliar aqueles que não têm conhecimento ou habilidade em cálculos matemáticos, e visando dar maior autonomia na tomada de decisão, o Banco Central do Brasil disponibiliza em seu site ou aplicativo a 'calculadora do cidadão', que consiste em "uma ferramenta interativa que possibilita a realização de cálculos financeiros simples com o objetivo de auxiliar o cidadão em suas necessidades financeiras cotidianas".

O planejamento financeiro segundo Santos (2014) permite adequar gastos, controlar investimentos e reserva futura, evitar endividamento e realizar projetos de vida, e pode proporcionar, ainda, maior tranquilidade em situações de problemas eventuais. Ele pode ser considerado como uma ferramenta capaz de traduzir a condição de 'onde estou e aonde quero chegar', por meio do controle das receitas e das despesas, da identificação de gastos desnecessários, bem como da capacidade de estabelecer metas de poupança e investimento para os objetivos de curto, médio e longo prazo. Segundo Bona (2021):

Metas são fundamentais porque colocam você em confronto com seu íntimo na descoberta do que realmente entende que são seus objetivos e se realmente está comprometido em priorizá-los. Assim, as metas vão levá-lo a fazer escolhas financeiras do dia a dia que sejam adequadas ao alcance de seus resultados (Bona, 2021, p.39).

Tendo evidenciado a importância do planejamento financeiro, aborda-se as seções 2.2.2, 2.2.3 e 2.2.4 três pontos fundamentais já citados anteriormente na construção de uma educação financeira emancipatória, quais sejam: consumo, crédito e investimento. Inicialmente será tratado o item relacionado ao consumo, considerando a relevância que ele ocupa em nossa sociedade.

2.2.2 Consumo

Muito se tem discutido sobre o comportamento das pessoas no processo de tomada de decisão. No que tange ao pensamento econômico clássico, neoclássico e marginalista, o comportamento de consumo do indivíduo seria traduzido em modelos matemáticos capazes de aferir racionalidade excluindo do cenário de tomada de decisão quaisquer critérios não sistematizados (Mira; Diniz, 2022, p. 759).

Oliveira (2011), ao discorrer sobre a Teoria do Consumidor, apresenta os termos de utilidade total e marginal, curva de demanda, excedente de demanda, curva de indiferença, taxa marginal de substituição, restrição orçamentária e como componentes matemáticos capazes de justificar e entender o comportamento do consumidor. São modelos importantes, porém não delimitam todo o percurso da tomada de decisão, pois como trazido à discussão pelos economistas comportamentais, tal percurso é impactado por aspectos cognitivos.

Esse debate ganhou destaque a partir das pesquisas de Kahneman (2012) e Thaler (2017), psicólogos que receberam o prêmio Nobel de Economia em 2002 e 2017 respectivamente. Em seus estudos sobre tomada de decisão, ficou evidenciado o quanto os indivíduos estão expostos a influências, a exemplo dos estereótipos, que podem interferir na capacidade de agir com clareza. Dessa forma, um simples preconceito pode fazer com que se perca a perspectiva racional e se faça uma escolha que pode ser prejudicial. Essa perspectiva comportamental, no que diz respeito à educação financeira, tem sua relevância ao inserir no contexto do planejamento financeiro um componente além da racionalidade, o que traz para o processo de

tomada de decisão visões que não se baseiam exclusivamente em fórmulas e modelos pré-estabelecidos.

Atualmente, todos são impelidos, a todo momento, ao consumismo. Perissé (2014) pontua o fato de estarmos inseridos em um sistema integrado que nos pressiona e pelo qual somos influenciados e nele também influenciados, estando sujeito às pressões externas; por isto, é necessária uma pressão interna no sentido de um posicionamento equilibrado que proporcione proteção frente a esse sistema agressivo, no qual todos estão mergulhados, sendo as atitudes, diante do todo, um ponto de destaque:

A resiliência financeira não procede do dinheiro, mas das atitudes que a pessoa possa despertar em si, ampliando sua visão da realidade. Se somos uma partícula, digamos assim, de um todo, vislumbrar melhor esse todo é determinante para que a partícula não se perca (Perissé, 2014, p.52).

Propagandas, *posts*, aplicativos, mídias sociais, são vetores que nos orientam ao consumo irracional, que pode ser determinante para o fracasso do planejamento financeiro. Pessoas que consomem racionalmente, planejam suas ações financeiras a fim de alcançarem uma condição de tranquilidade. Já aquelas que consomem de maneira irracional estão propensas a enfrentar situações de descontrole financeiro. De acordo com Santos (2014):

no consumo irracional destacam-se a propensão desordenada ao consumo e a inexistência de planejamento das compras, que contribuem significativamente para o aumento do endividamento oneroso das famílias, principalmente nas modalidades de crédito rotativo (ex: cheque especial e cartão de crédito) (Santos, 2014, p.25).

Bauman (2013), ao tratar da cultura na modernidade, insere o conceito de cultura da modernidade líquida, cuja função “não é satisfazer necessidades existentes, mas criar outras – ao mesmo tempo que mantém as necessidades já entranhadas ou permanentemente irrealizadas” (Bauman, 2013, p.21). Reforçando a ideia de que o intuito do capitalismo é maximizar o desejo e não a necessidade, pois esta pode ser satisfeita, enquanto o desejo, não. Nesse sentido, Moreira (2021a) destaca que “uma economia que incentiva lucros focará exclusivamente em desejos, esse pote sem fundo, impossível de ser preenchido, ao passo que se focasse nas necessidades, jamais maximizaria seus lucros” (Moreira, 2021a, p.45).

Essa incompletude na satisfação dos desejos sociais é o que mantém a lógica do consumo inconsciente. A intenção de criar novas necessidades está presente na

obsolescência que imputa a regra de descarte de bens e produtos apenas por torná-los midiaticamente fora do padrão ditado pelo mercado. O que se evidencia, segundo Bauman (2011), é que “a economia consumista vive da rotatividade de mercadorias, e sua fase de ouro é quando mais dinheiro muda de mãos. E o dinheiro muda de mãos sempre que produtos de consumo são lançados ao lixo como entulho” (Bauman, 2011, p.162).

A rotatividade de mercadorias implica em outros aspectos de relevância impostos pelo consumismo, relacionados ao meio ambiente. Amaral, Arantes e Bernardes (2020) relatam a importância de se conhecer os impactos causados ao meio ambiente em virtude do consumismo, tal como o descarte excessivo de produtos provocado pelo consumo exagerado, que traz consequências no que tange ao gerenciamento do lixo gerado. Ao jogar o lixo fora, é preciso estar atento ao fato de que ele será jogado fora das residências, porém ainda dentro do planeta. A utilização exagerada dos recursos naturais é um outro aspecto de impacto, uma vez que, para produzir mais, mais recursos são necessários. Os autores chamam a atenção para a questão de que “o consumo da população deve ser pensado e realizado de forma responsável, de modo a não exaurir os recursos disponíveis na Terra” (Amaral; Arantes; Bernardes, 2020, p.48).

É importante também ressaltar as consequências inevitáveis da poluição, como propõem os autores, que afirmam que “o planeta não suportará a pressão resultante do crescimento econômico, visto que, por detrás dos benefícios tecnológicos, podemos nos deparar, com o descaso e a degradação ambiental” (Amaral; Arantes; Bernardes, 2020, p.52). Nesse sentido, torna-se imperativo a abdicação do consumo inconsciente, que degrada o meio ambiente, e o redirecionamento ao consumo consciente, tido pelos autores como aquele capaz de produzir o menor impacto ambiental possível, proporcionando benefícios à sociedade na medida em que mantém o desenvolvimento econômico aliado a patamares compatíveis com a estabilidade ambiental.

Ter consciência desse mecanismo de consumo inconsciente e manter uma vigilância crítica são atitudes fundamentais para se romper com essa lógica hegemônica de consumismo imposta pelo capitalismo. Atentos às questões relacionadas ao consumo, no que tange à Educação Financeira, torna-se também imprescindível o conhecimento das formas que nos propiciam o consumo, entre elas crédito e investimento.

2.2.3 Crédito

No que diz respeito ao crédito, fica evidenciado que seu uso indiscriminado é fator que pode imputar descontrole financeiro e até mesmo superendividamento, resultando em incapacidade de honrar compromissos assumidos. No que se refere à inadimplência, um dos fatores apontados por Santos (2014) deve-se à “deficiente educação financeira de parte dos tomadores que passaram a usar cada vez mais créditos onerosos como complemento de renda para financiar a aquisição de várias modalidades de bens e serviços” (Santos, 2014, p.143).

Paralelamente à deficiente educação financeira, está também o aspecto comportamental inserido na tomada de decisão. De acordo com Mette (2016), decidir intuitivamente sobre uma compra a crédito significa, muitas vezes, não ter usado o conhecimento financeiro, de maneira otimizada, sob o ponto de vista econômico. Outros fatores como comportamento, condição econômica ou cultural ou a decisão temporal do imediatismo, podem apresentar maior relevância na tomada de decisão. O autor propõe, no entanto, que a combinação dos fatores de alto conhecimento financeiro e orientação temporal para o futuro podem influenciar na tomada de decisão, por meio da qual o indivíduo tenderia a se planejar e não se comprometer com dívidas, de maneira a reduzir o interesse pela compra a prazo. Nessa proposição, quanto maior o conhecimento financeiro e o direcionamento temporal para o futuro, menor a interferência de outros fatores na tomada de decisão, o que levaria o indivíduo a parcelar menos suas compras.

As opções mais comuns de tomada de crédito são os cartões de crédito, cheque especial, crédito direto ao consumidor (CDC), crédito imobiliário e crédito veículo. Considerando o crédito nas modalidades de cartão de crédito, de cheque especial e CDC como as mais onerosas em função da elevada taxa de juros, Santos (2014) sugere que somente sejam utilizadas como um mecanismo para atender necessidades temporárias e imprevistas, úteis para controlar *déficits* momentâneos. Porém, o que ocorre atualmente em relação ao crédito é que ele se tornou uma maneira de antecipar a realização de desejos sociais, e não uma ferramenta para solucionar imprevistos momentâneos. Bauman (2010) critica essa inversão na lógica do consumo para a necessidade e do consumo para o prazer. O autor alerta para os riscos do consumo para o prazer, em que os cartões de crédito que se apresentam

como solução perfeita para ter agora e pagar depois, pois em algum momento, esse depois se tornará agora:

com um cartão de crédito, é possível inverter a ordem dos fatores: desfrute agora e pague depois! Com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando desejar, não quando ganhar o suficiente para obtê-las (Bauman, 2010, p.29).

Nesse sentido a contratação de crédito para esse fim, o de atendimento de desejos imediatos, gera o compromisso de pagamento das parcelas mensais, o que compromete o orçamento e restringe a capacidade de consumo futuro. Ainda conforme Bauman (2010), “não pensar no depois significa, como sempre, acumular problemas. Quem não se preocupa com o futuro, faz isso por sua própria conta e risco. E certamente pagará um preço pesado” (Bauman, 2010, p.29).

Sobre a tecnologia da informação, a comunicação e sua relação com a Educação Financeira, Perissé (2014) ressalta o cuidado necessário ao ter que lidar com o universo da tecnologia. No que tange à disponibilidade e imediatismo a que a tecnologia conduz as atitudes das pessoas, com mensagens facilitadas por um clique, torna-se primordial o senso crítico para afastar as atitudes impulsivas. Nessa perspectiva, o autor destaca que:

precisamos aprender a não nos deixarmos fascinar por essa tecnologia que oferece tantas soluções. Mensagens como “dinheiro agora, clique aqui”; “crédito fácil, sem burocracia”; “dinheiro rápido, ligue agora” e expressões similares devem ser vistas como de fato são: perigosos estímulos à impulsividade (Perissé, 2014, p.129).

A decisão por tomada de crédito deve ser cuidadosamente avaliada, pois “quando se trata de empréstimos, as fraquezas humanas podem provocar problemas graves e até um desastre” (Thaler, 2017, p.156). Especialmente no caso de crédito com incidência de juros, faz-se necessário uma avaliação criteriosa, como aponta Bona (2021), uma vez que os juros elevam o custo financeiro e reduzem a disponibilidade no orçamento. Considerando que os juros sobre financiamentos e empréstimos são na modalidade de juros compostos, caso seja inevitável contratar o crédito deve-se optar pelo menor prazo que o orçamento comporte, para que haja menor impacto possível no custo financeiro.

Feitas essas considerações em relação ao uso do crédito e os efeitos do endividamento na saúde financeira das pessoas, na sequência será tratado sobre o mecanismo de investimento para constituição de reserva financeira.

2.2.4 Investimento

Investir diz respeito a manter uma disciplina de poupar no presente para executar projetos no futuro. Ao constituir uma reserva financeira é importante ter em mente a sua finalidade. Domingos (2011) propõe que ter essa consciência pode levar o indivíduo a um maior comprometimento com o objetivo estabelecido, pois “poupar é guardar hoje para ter amanhã. Balancear os desejos imediatos e os sonhos remotos... Respeitar o dinheiro, guardando uma parte dele para a realização dos seus sonhos de curto, de médio e de longo prazos” (Domingos, 2011, p.80).

Perissé (2014) traz uma analogia de plantas e árvores que absorvem nutrientes para o futuro com a necessidade do ser humano em guardar recursos para situações futuras, especialmente as relacionadas à longevidade, afirmando que “não é comportamento instintivo ou inato, mas demanda reflexão, critério e determinação. Envolve sempre uma visão com relação à passagem do tempo” (Perissé, 2014, p.69).

Os juros compostos, prejudiciais à saúde financeira na tomada de crédito, aqui se revelam como aliados na jornada do investidor. Nesse contexto, como propõe Bona 2021, assim como o mercado financeiro utiliza os juros compostos, as aplicações financeiras podem se beneficiar do efeito de crescimento acelerado, podendo tornarem-se decisivos na jornada financeira do investidor.

Da mesma forma que o comportamento se deriva em intuitivo e racional dentro do consumo e do crédito, também nas decisões de investimento tal comportamento se faz presente. Assaf Neto (2007), ao discorrer sobre a Teoria do Investidor, aponta seus modelos matemáticos de curva da fronteira eficiente, relação risco X retorno, desvio padrão, covariância, correlação, portfólio, entre tantos outros, como cálculos capazes de demonstrar as probabilidades de desempenho dos investimentos. No entanto, aqui também as decisões se dão para além dos modelos matemáticos e estão permeadas, como propõe Kahneman (2012), por heurísticas que representam comportamentos não racionais que os investidores apresentam em diversas situações, de acordo com suas crenças e valores.

Thaler (2017) aponta que, por vezes, as pessoas adotam práticas por acreditar que a maioria das pessoas aprova, e essa conformidade social pode gerar um comportamento aparentemente impensável. Trata-se, portanto, de caminhar ao lado da racionalidade, conhecendo também os processos cognitivos que interferem nas decisões.

A pesquisa intitulada Raio X do Investidor Brasileiro, realizada pela ANBIMA em 2023, aponta que 37% dos brasileiros investem em produtos financeiros e que o principal objetivo do investimento para 33% dos participantes é a aquisição da casa própria; 19,6% mantem dinheiro aplicado por segurança, 10,3% para viagem e lazer, 10,3% para aquisição de veículo, 8,9% para aposentadoria. Já 8,2% desses investidores aplicam para iniciar um negócio próprio. Outros objetivos como educação, reforma de casa e deixar para os filhos também foram elencados.

No que diz respeito aos investimentos financeiros, eles podem ser divididos em dois grandes grupos: renda fixa e renda variável. Os ativos de renda fixa “são investimentos em que o investidor já sabe, no momento da aplicação, quanto receberá ao fim de um período” (Bona, 2021, p.3). Em relação ao tipo de rentabilidade, esses podem ser classificados como prefixados ou pós-fixados. Como sugere o prefixo, no caso de ativos prefixados, a rentabilidade será conhecida no momento da aplicação; já no caso dos ativos pós-fixados, somente após a aplicação do índice de referência, indicado no momento da compra do ativo.

Assim sendo, a depender do cenário econômico, ora pode ser vantajoso o ativo prefixado, ora o pós-fixado. Dentro do grupo de ativos de renda fixa, há o CDB, certificado de depósito bancário; LCA, letra de crédito de agronegócio; LCI, letra de crédito imobiliária, poupança e títulos do Tesouro Nacional, entre outros. “Estes investimentos atuam como empréstimos entre investidores e tomadores de crédito, portanto a relação entre investidor e tomador é uma relação de credor e devedor” (Bona, 2021, p. 44).

No quadro 1 a seguir, são elencados alguns exemplos de investimentos e suas regras em termos de rentabilidade, carência e incidência de impostos.

Quadro 1 - Tipos de investimentos prefixados e pós-fixados

	PÓS FIXADO	PREFIXADO	RENTABILIDADE	CARÊNCIA PARA RESGATE	IMPOSTO DE RENDA	IOF
POUPANÇA	TR	6% a.a	Mensal/data base	Não há carência	Não incide	Não incide
CDB/RDB	CDI	*****	Diária	Pactuada no momento da aplicação	Incide sobre o rendimento	Não incide após 29 dias de aplicação
CDB/RDB	*****	Taxa pactuada no momento da aplicação	Diária	Pactuada no momento da aplicação	Incide sobre o rendimento	Não incide após 29 dias de aplicação
LCI/LCA	CDI	*****	Diária	No mínimo 6 meses	Não incide	Não incide
LCI/LCA	*****	Taxa pactuada no momento da aplicação	Diária	No mínimo 6 meses	Não incide	Não incide

Fonte: Oliveira e Pacheco, 2017

Nota: autoria própria

O Tesouro Direto é uma modalidade de investimento em Renda Fixa por meio da qual o investidor adquire títulos do Tesouro Nacional, que podem ser prefixados, a exemplo da Nota do Tesouro Nacional-Série F (NTN-F) e Letra do Tesouro Nacional (LTN); já os pós-fixados, a exemplo da Letra Financeira do Tesouro (LFT) também conhecido como Tesouro Selic ou híbridos, a exemplo da Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) também conhecido como IPCA+, composta de uma parte prefixada (juros) e outra pós fixada (IPCA). Todos os títulos públicos, são tributados em imposto de renda e IOF, conforme demonstra o quadro 2 a seguir.

Quadro 2- Modalidades de Investimento em Renda Fixa

Título	Tipo	Rentabilidade	Fluxo de pagamento
Tesouro Prefixado (LTN)	Prefixado	Definida no momento da compra (Taxa Contratada)	No vencimento
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F)	Prefixado	Definida no momento da compra (Taxa Contratada)	10% ao ano, pagos semestralmente
Tesouro IPCA (NTN-B Principal)	Indexação à inflação	Vinculada à variação da inflação (IPCA) (Taxa Contratada)	Não tem
Tesouro IPCA com Juros Semestrais (NTN-B)	Indexação à inflação	Vinculada à variação da inflação (IPCA) (Taxa Contratada)	6% ao ano, pagos semestralmente
Tesouro Selic (LFT)	Flutuante	Vinculada à variação de juros (SELIC)	Não tem

Fonte: Bona, 2021

Nota: autoria própria

Os ativos de renda variável têm seu valor determinado em função do mercado. A precificação deles se dá em virtude de suas negociações no mercado de capitais, em ambiente da bolsa de valores. São ativos muito voláteis, ou seja, tendem a perder ou ganhar valor de forma expressiva, refletindo as oscilações do mercado financeiro. Nesse grupo de ativos estão inseridas as ações, dentre outras. Diferentemente da renda fixa, não há relação credor e devedor e não é possível saber qual será o retorno (Bona, 2021).

Esses ativos sofrem tributação de 15% de imposto de renda sobre o rendimento, com exceção de operações de compra e venda realizadas no mesmo dia, conhecidas como *Day Trade*, em que a incidência de imposto de renda é de 20%. Não são tributados em IOF. Ao adquirir, por exemplo, ação de uma empresa o investidor está se tornando 'sócio' dessa empresa e poderá participar de seu lucro ou ser impactado por seu prejuízo. "Nesse caso, a empresa não tem uma dívida para com o investidor, porque ele passa a ser também um proprietário dela" (Bona, 2021, p. 44).

Outra modalidade de investimento bastante conhecida são os fundos de investimento. Eles são classificados em quatro grandes grupos: renda fixa, ações, cambial e multimercado. Para cada classe, há uma regra específica para alocação dos recursos investidos no fundo. Para os fundos de renda fixa, nessa modalidade de investimento não há relação credor/devedor e nem relação 'sócio'. Ao investir em um fundo, o investidor adquire cotas daquele fundo que serão rentabilizadas conforme a política de investimento efetuada pelo gestor do fundo; são essas "equipes de gestores que acompanham e analisam o mercado diariamente em busca de boas oportunidades de investimento" (Santos, 2014, p.112).

A Comissão de Valores Mobiliários – CVM, órgão responsável por regular, entre outros, o mercado de Fundos de Investimento, estabelece 4 classificações para os Fundos de Investimento: Renda Fixa, Ações, Cambiais e Multimercados. Essa classificação é importante para a tomada de decisão ao investir, uma vez que ela direciona a política de investimento do fundo, ou seja, em quais ativos o gestor do fundo poderá investir os recursos nele aportados.

Renda fixa	Ações	Cambiais	Multimercados
<p>Apresentam como principal fator de risco de sua carteira a variação da taxa de juros, de índice de preços, ou ambos.</p> <p>Devem ter pelo menos 80% da sua carteira investida em ativos que estejam relacionados a esses fatores de risco.</p>	<p>Têm como principal fator de risco a variação de preços de ações admitidas à negociação no mercado organizado.</p> <p>Devem investir no mínimo 67% do seu patrimônio em ações</p>	<p>O principal fator de risco da carteira é a flutuação do preço da moeda estrangeira</p> <p>Devem manter, no mínimo, 80% de seu patrimônio investido em ativos que sejam relacionados a esses fatores de risco.</p>	<p>Possuem política de investimento que envolve vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial.</p> <p>caso apresente significativa concentração em ativos financeiros de poucos emissores tal condição deve constar no regulamento e</p>

Fonte: Oliveira e Pacheco, 2017

Nota: autoria própria

A previdência complementar é um investimento que, embora seja constituída também por fundos de investimento, está regulada por meio de regras específicas e vantagens de longo prazo que outros investimentos não proporcionam. E entre elas “pode oferecer benefícios fiscais, auxilia no planejamento sucessório e proporciona proteção patrimonial para você e sua família” (Santos, 2014, p.122). Na pesquisa da ANBIMA realizada em 2023, intitulada Raio X do Investidor Brasileiro, embora os participantes tenham idade média de 43 anos e tenham declarado intenção de aposentadoria aos 58,8 anos, apenas 18,8 % já investem em previdência privada, 23,3% não investem e não pretendem investir e 57,9% não investem, mas pretendem investir.

O universo dos investimentos é amplo, sendo elencadas nesta seção apenas algumas modalidades. Devido à diversidade de opções, torna-se necessário o conhecimento de suas regras para a escolha do investimento adequado ao objetivo ao qual se tenha interesse de alcançar na constituição de reserva financeira.

Apresentados os autores e temas que deram o suporte teórico à realização deste estudo, são elencados, no próximo capítulo, a metodologia utilizada na pesquisa para a execução dos seus objetivos.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa na área da educação certamente apresenta características singulares e requer do pesquisador um olhar amplo para os fenômenos, buscando a compreensão de seus múltiplos aspectos. Corroborando essa perspectiva, André e Lüdke (2012) afirmam que “em educação as coisas acontecem de maneira tão inextrincável que fica difícil isolar as variáveis envolvidas e mais ainda apontar claramente quais são os responsáveis por determinado efeito” (Lüdke, 2012, p.3). Essas autoras salientam que, em decorrência da especificidade deste tipo pesquisa, novos métodos de investigação e diferentes abordagens começaram a surgir, como opção de superação aos mecanismos até então utilizados e considerados insuficientes para abarcar as demandas específicas da pesquisa em educação.

Nesse contexto, acredita-se que a presente investigação pode trazer contribuições para os estudantes, relativas aos conhecimentos necessários à prática de uma educação financeira que os prepare para um presente e um futuro com maior previsibilidade, equilíbrio e saúde financeira.

A pesquisa para este trabalho é classificada quanto ao tipo, à natureza, à abordagem e às técnicas necessárias à sua execução. Ainda, como o estudo realizado é oriundo de um mestrado profissional, ao seu final precisa apresentar, como resultado, um produto educacional que auxilie a solucionar um problema existente na realidade prática dos sistemas de educação profissional. Esta pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais IFMG *Campus* Ouro Branco, sendo tal escolha direcionada a essa instituição por se tratar de um local acessível a esta pesquisadora, possibilitando estabelecer um contato próximo com os protagonistas da investigação em tela, devido a uma maior facilidade e conveniência de realização das entrevistas com o público-alvo da investigação.

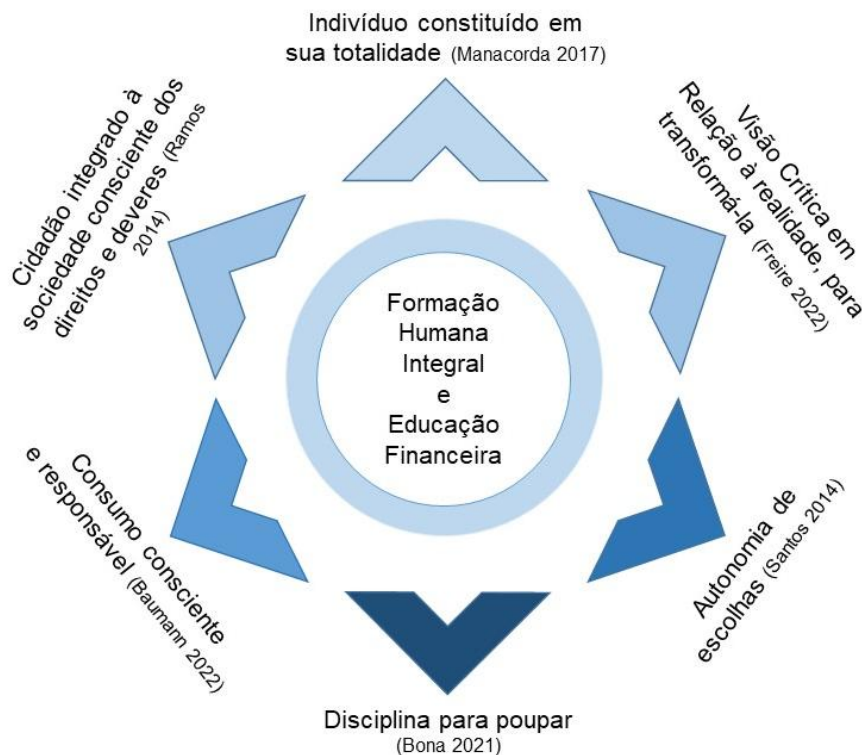
3.1 Classificação da pesquisa

Para a consecução dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa aplicada, de natureza descritiva, com abordagem qualitativa e coleta de dados em duas etapas, constando de aplicação de questionário e de entrevista semiestruturada. Quanto ao tipo, a escolha aplicada se justifica, uma vez que, tratando-se de mestrado profissional, há uma finalidade prática que visa à solução de problema exposto, como

destaca Brasileiro (2013) “com o objetivo de resolver um problema concreto, o pesquisador apresenta uma proposta, coloca-a em prática e observa as reações e resultados do fenômeno” (Brasileiro, 2013, p.45).

Com o foco desse estudo centrado em investigar os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco, a natureza descritiva revela-se adequada. Brasileiro (2013) enfatiza que essa natureza abarca “uma pesquisa cujo fim é expor e caracterizar um fenômeno ou uma determinada população (...) no intuito de descrever os acontecimentos e estabelecer relações entre as variáveis” (Brasileiro, 2013, p.45).

Figura 2 - Educação financeira sob a perspectiva da formação humana integral



Fonte: Bauman, 2021; Bona, 2021; Freire, 2022; Manacorda, 2017; Ramos, 2014; Santos, 2014

Nota: Autoria própria.

A escolha da abordagem qualitativa diz respeito à sua capacidade de demonstrar visões e perspectivas dos participantes, como propõe Yin (2016), quando aponta que “os eventos e ideias oriundos da pesquisa qualitativa podem representar

os significados dados a fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciam, não os valores, pressuposições ou significados mantidos por pesquisadores” Yin (2016, p.7).

Desta forma, entendeu-se que a pesquisa qualitativa era a abordagem adequada para trazer resultados mais completos acerca do objeto de estudo, pois ela trata de responder a questões muito particulares dentro do universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes como aponta Minayo (2015), levando, assim, a uma compreensão mais ampla do fenômeno, extrapolando a simples categorização ou ordenação de conceitos. Ao utilizar essa abordagem, buscou-se identificar os conhecimentos, no contexto atual, que os estudantes do EMI do IFMG *Campus* Ouro Branco, possuem acerca do tema Educação Financeira.

3.2 Participantes da pesquisa

A pesquisa teve como recorte de participação os estudantes do EMI do IFMG *Campus* Ouro Branco dos terceiros anos dos cursos: Técnico em Administração, Técnico em Informática e Técnico em Metalurgia. Esta escolha deve-se ao fato de que esses estudantes estão prestes a se inserir no contexto do mundo do trabalho e torna-se fundamental que tenham consolidado a educação financeira como prática para uma vida financeira saudável.

O questionário foi aplicado a uma população de 123 estudantes dos cursos mencionados, dos quais 87 responderam; já a entrevista semiestruturada foi aplicada a oito estudantes, sendo dois de cada turma, e que foram selecionados de forma aleatória dentre aqueles que manifestaram, no questionário, o interesse em participar da entrevista. O total de oito estudantes entrevistados deveu-se ao fato de o curso Técnico em Administração possuir duas turmas.

A lista contendo a relação nominal e os respectivos e-mails dos estudantes do Ensino Médio Integrado foi fornecida pelo Setor de Controle e Registro Acadêmico do IFMG, após assinatura do Termo de Autorização de Coleta de Dados pelo responsável do respectivo Setor, bem como assinatura no Termo de Compromisso de Utilização de Dados pela pesquisadora. O convite de participação foi encaminhado para todos os estudantes (com cópia para os pais e/ou responsáveis legais) dos terceiros anos dos cursos Técnicos Integrados do *campus* Ouro Branco.

3.3 Aspectos Éticos

Por meio da Resolução 510 de 07 de abril de 2016, o Plenário do Conselho Nacional de Saúde estabeleceu os critérios para a ética em pesquisa na ciências humanas e sociais que utilizem dados de participantes ou informações identificáveis, tendo em vista “a importância de se construir um marco normativo claro, preciso e plenamente compreensível por todos os envolvidos nas atividades de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais” (Brasil, 2016); e ainda, dentre várias considerações, que a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais “para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Idem).

A metodologia desta pesquisa envolveu a aplicação de questionário *online* contendo 20 perguntas e a realização de uma entrevista semiestruturada contendo um roteiro com cinco tópicos, aplicada a oito estudantes; foi realizada de forma presencial, individualizada, em sala fechada do IFMG *Campus* Ouro Branco, com duração de até 30 minutos, com gravação de voz e transcrita na íntegra. Cada entrevista ocorreu após a assinatura no Termo de Autorização de Gravação de voz e no documento TCLE e/ou TALE - a depender da faixa etária do participante.

O Termo de Autorização de Gravação de voz abrange o uso de voz, conforme acima mencionado, em todo o território nacional e no exterior, das seguintes formas: gravação de voz e transcrição da entrevista de forma completa, tendo sido utilizada durante a análise de dados da pesquisa. A gravação foi excluída após a devida transcrição. A transcrição foi encaminhada, na íntegra, para cada participante e será guardada por 05 (cinco) anos, sob responsabilidade e sigilo da pesquisadora.

Essa transcrição subsidiou a análise de dados desta pesquisa e, por isso, a gravação de voz se justifica, visto que a transcrição é uma tarefa importante de investigação e análise de dados, mais especificamente em estudos qualitativos; a transcrição também auxiliou na percepção e na garantia da fidedignidade da veracidade das informações fornecidas. A entrevista foi agendada previamente via e-mail, pela pesquisadora, de acordo com a disponibilidade do (a) participante, em sala discreta, sigilosa e confortável no IFMG *Campus* Ouro Branco. Essas informações

constam também nos documentos TCLE e TALE. A análise de dados foi realizada utilizando o método análise de conteúdo no texto da dissertação. Apenas a pesquisadora teve acesso à transcrição na íntegra, e a análise foi divulgada considerando apenas trechos, quando necessários, resguardando o sigilo e anonimato de cada participante.

Como benefícios desta pesquisa pode-se elencar aspectos como o fato de que os participantes terão acesso ao fortalecimento do conhecimento da educação financeira como possibilidade de formação humana integral, bem como poderão ampliar sua prática, o que pode contribuir para que eles se tornem cidadãos críticos e conscientes. Ainda, os resultados obtidos na pesquisa também poderão contribuir com a literatura sobre o tema, proporcionando uma fonte de informação válida e significativa dentro do conceito de fortalecimento do conhecimento da Educação Financeira como formação humana integral na EPT.

Outra possibilidade de benefício para os estudantes é permitir a ocorrência de uma reflexão crítica a respeito do que seja a Educação Financeira para a emancipação. Ressalte-se o compromisso desta pesquisadora na divulgação dos resultados da pesquisa, de forma acessível ao grupo que foi pesquisado, como também a outros públicos interessados. Por fim, mas não menos importante, a pesquisa trouxe como benefício a elaboração de um produto educacional disponibilizado no Repositório Institucional do IFMG, no formato de Guia Educativo, cujo conteúdo contempla os conceitos e propostas identificados como mais importantes nas entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa.

3.4 Instrumentos de produção de dados

Como instrumentos de produção de dados, foram utilizados questionário e entrevista conforme explicado em tópico anterior. A entrevista, complementar ao questionário, visou obter dados que forneçam informações necessárias à identificação dos conhecimentos em educação financeira relevantes para a perspectiva de formação humana integral, presente na missão dos Institutos Federais como característica essencial na educação profissional e tecnológica.

Como citado anteriormente e, por se tratar de uma pesquisa com pessoas, ao participante foi informado, antes do início de sua participação na pesquisa, seus direitos em relação ao sigilo das informações fornecidas, assim como todas as

questões inerentes à sua participação e que pudessem envolver até mesmo sua desistência, a qualquer momento, conforme constante no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), para os maiores de 18 anos; Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os responsáveis pelos menores de 18 anos; e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido(TALE) para os menores de 18 anos. Todos os termos constam nos Apêndices A, B e C, respectivamente.

O questionário tem o intuito de fornecer uma visão geral dos estudantes em relação ao tema; já a escolha da entrevista semiestruturada, deve-se ao fato de apresentar vantagens como maior profundidade nos dados coletados e respostas mais diversas em relação a outros instrumentos de pesquisa. Em André e Lüdke (2012), no que tange às entrevistas não totalmente estruturadas, “o entrevistado discorre sobre o tema proposto com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista.” (André; Lüdke, 2012, p.33-34).

Nessa perspectiva, por meio das entrevistas buscou-se, de maneira mais ampla e aprofundada, identificar quais são os conhecimentos em educação financeira que os estudantes possuem, bem como aqueles mais relevantes, considerados necessários à formação humana integral. A identidade do participante não será revelada nos dados, pois os dados só serão armazenados de forma anônima (isto é, os dados não terão identificação), utilizando mecanismos que impeçam a possibilidade de associação, direta ou indireta com o participante. O questionário está descrito no Apêndice E e o roteiro da entrevista no Apêndice J.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

A análise de conteúdo foi realizada de acordo com as premissas apresentadas por Bardin (2016), que conceitua esta modalidade como:

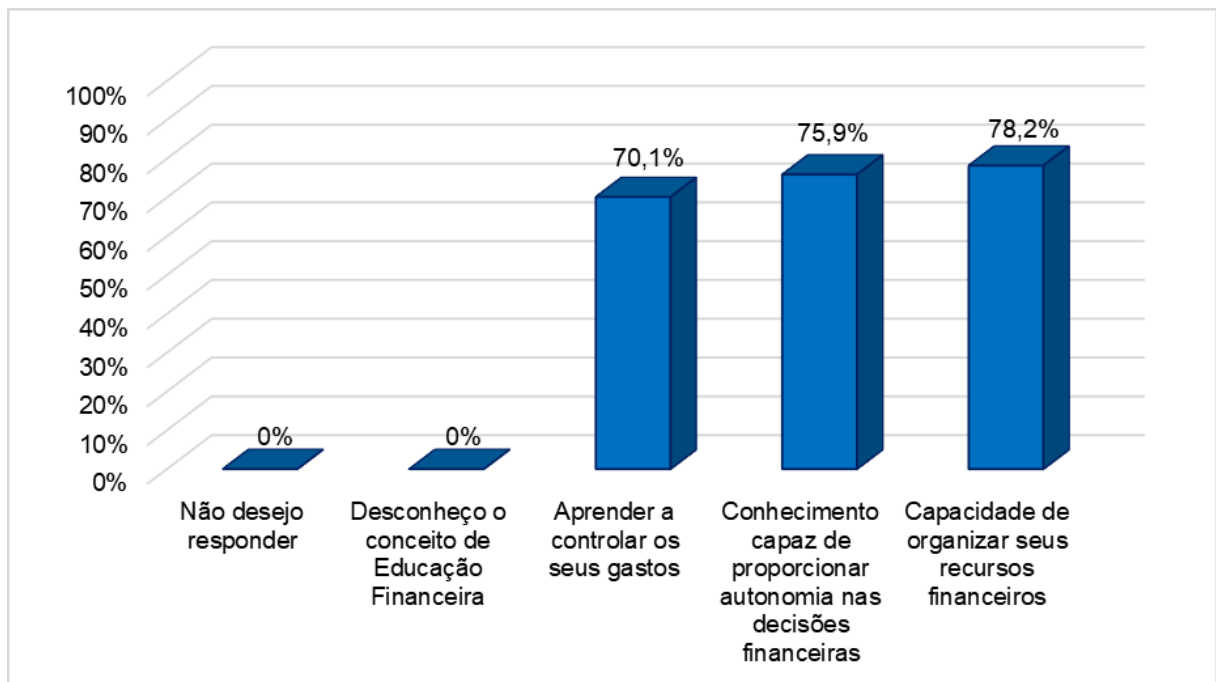
Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Como propõe Bardin, a análise de conteúdo de pesquisa ocorre em três etapas. A primeira é a pré-análise, realizada por meio de leitura flutuante que proporciona um contato inicial com o material e uma primeira categorização visando a análise temática. A segunda etapa concentra-se na exploração do material, codificando, classificando e categorizando os dados. A terceira etapa é inferência e interpretação dos dados, através da retomada de relações com a fundamentação teórica da pesquisa, garantindo, dessa forma, sentido significativo da interpretação para o estudo. Dessa maneira, respeitando esses processos, foi possível evidenciar, na visão dos estudantes, os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, como também a percepção dos estudantes no que diz respeito ao planejamento financeiro sob a perspectiva do consumo, do crédito e do investimento.

Considerando o perfil dos respondentes, acerca da **faixa etária**, 57,5% têm 17 anos, 39,1% têm 18 anos e 3,4% não responderam. Em relação ao **gênero**, 52,9 são mulheres cisgênero, 46% homens cisgênero e 1,1% pessoa não binária. Os estudantes que cursam **Técnico em Administração** representam 47,1% e estão divididos em duas turmas, A e B; **Técnico em Informática** detém 27,6% e **Técnico em Metalurgia** 25,3%. No que tange à **renda própria**, mesada, bolsa ou estágio, 64,4% não recebem nenhuma remuneração, 21,8% têm renda proveniente de trabalho, estágio ou bolsa e 13,8% recebem mesada. A **renda familiar** de até dois salários mínimos representa 33,3%, sendo 8% até um e 25,3% de um a dois salários mínimos. 31% têm renda de três a seis salários mínimos, 6,9% de seis a 10, 3,4% acima de 10 salários mínimos e 25,3% não responderam. 93,1% dos estudantes **residem** com os pais; o grupo familiar, além do estudante, é composto por mais três pessoas em 40,2%, duas pessoas em 26,4%, quatro pessoas em 18,4%, uma pessoa em 10,3%, cinco ou mais pessoas em 2,3% e não responderam 2,3%.

Ao questionamento sobre o conceito de educação financeira, as respostas revelaram uma equiparação entre controlar gastos, autonomia de decisões financeiras e organizar recursos financeiros (Gráfico 1). Considerando que neste tópico foi disponibilizada a possibilidade de marcar mais de uma opção, 47,12% dos estudantes marcaram as três opções anteriormente citadas, o que reforça o posicionamento de Losano (2013), em que a educação financeira deve estar baseada na formação do cidadão consciente, crítico e autônomo no controle de seus gastos.

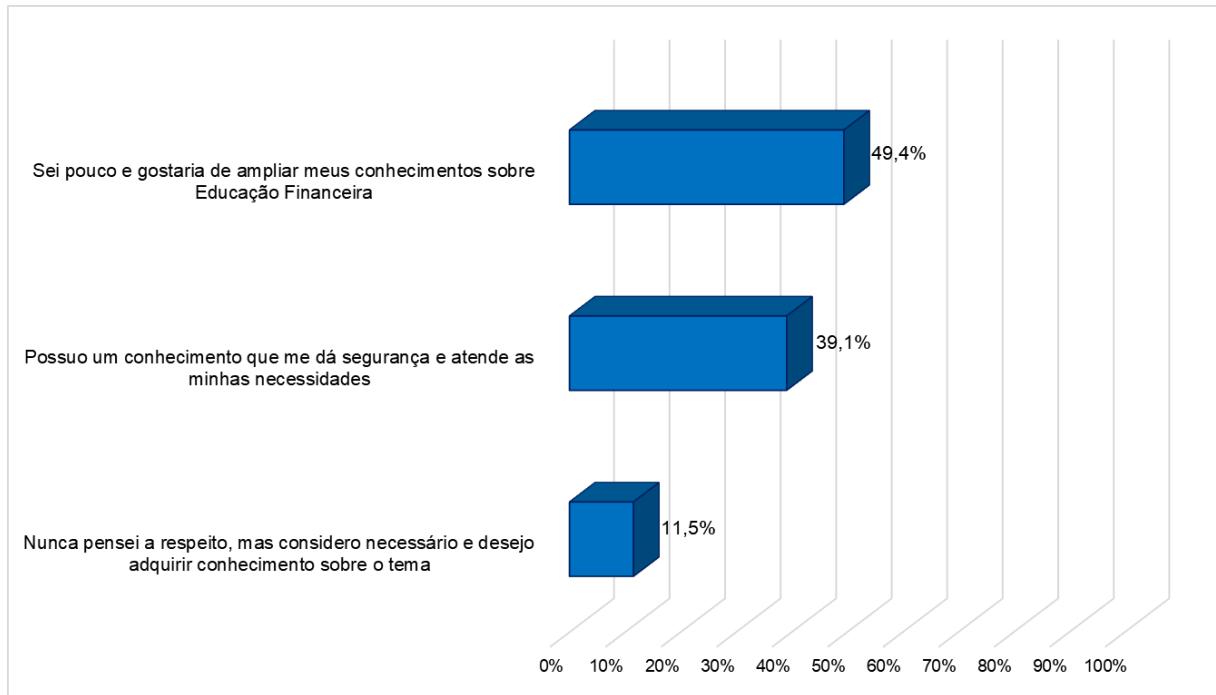
Gráfico 1- Conceito de educação financeira na visão dos estudantes



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Em referência ao conhecimento que possuem para gerenciar seus recursos financeiros (Gráfico 2), 49,4% dos estudantes consideram ser necessário ampliar tais conhecimentos, o que vem ao encontro do proposto em Gonçalves e Neves (2021), ao afirmarem que os estudantes consideraram importante a inclusão da Educação Financeira na escola, que demonstraram interesse em aprofundar o conhecimento sobre o tema. Há ainda o posicionamento de 11,5% dos estudantes que informaram reconhecer a importância do tema, mas nunca terem pensado a respeito dele. Tal percentual de 60,9% de estudantes que manifestaram conhecimento insuficiente, reforça a necessidade de inserção da educação financeira na escola.

Gráfico 2- Conhecimento que os estudantes declaram possuir para gerenciar seu próprio dinheiro ou ajudar no controle do dinheiro de sua família



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No que diz respeito à origem do conhecimento adquirido (Gráfico 3), ressalta-se que nos cursos Técnico em Informática e Técnico em Metalurgia apenas 11,49% dos estudantes responderam ter estudado em disciplinas ou outras atividades desenvolvidas na escola. Porém, ao incluirmos os estudantes do curso de Técnico em Administração, esse número atinge 56,32% dos estudantes. Muito embora os estudantes do curso de administração declarem ter tido acesso ao conhecimento por meio da escola, 48,78% deles consideram saber pouco e 51,21% consideram possuir conhecimento que lhes dá segurança.

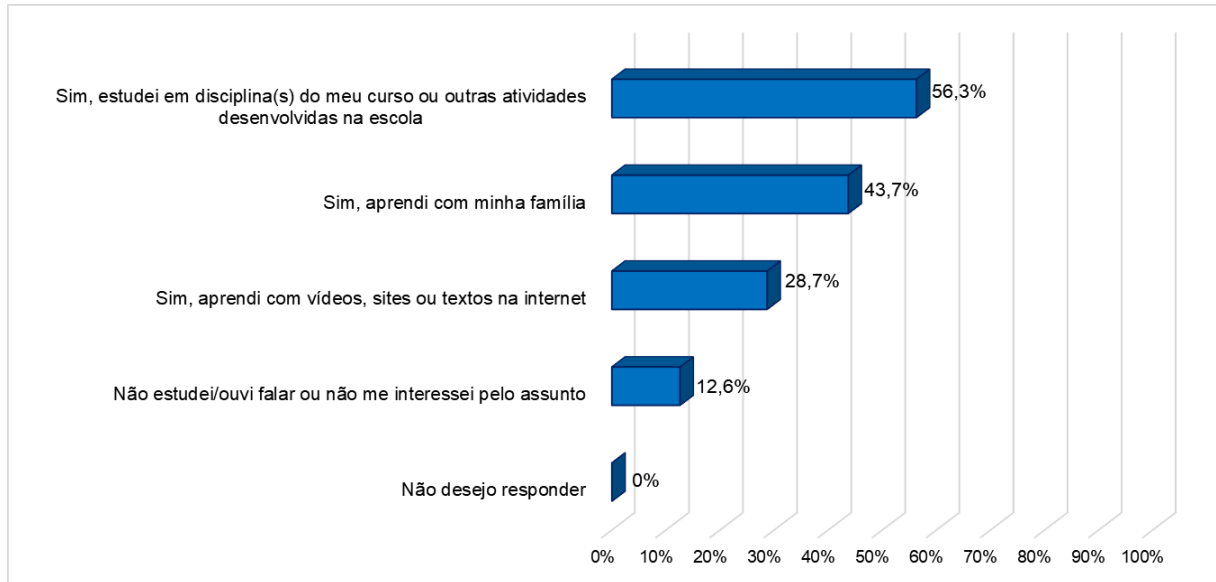
Quanto aos estudantes do curso Técnico em Metalurgia, 50% declararam possuir conhecimento que dá segurança, 31,8% declararam saber pouco e 18,2% declararam nunca ter pensado a respeito, mas consideram importante.

Dos estudantes do curso Técnico em Informática, 66,67% responderam saber pouco, 8,33% possuem conhecimento que dá segurança e 25% responderam nunca ter pensado a respeito, mas consideram importante.

Tal correlação de respostas, entre o conhecimento que os estudantes declaram possuir e a origem desse conhecimento, nos leva a crer que o conhecimento adquirido na escola se apresenta como insuficiente (Gráfico 2). Nesse sentido reforça-se, como observaram Sousa, Lobão e Freitas (2023), há uma ausência de participação em

projetos ou outras atividades de ensino que integrem a educação financeira no âmbito do ensino médio integrado.

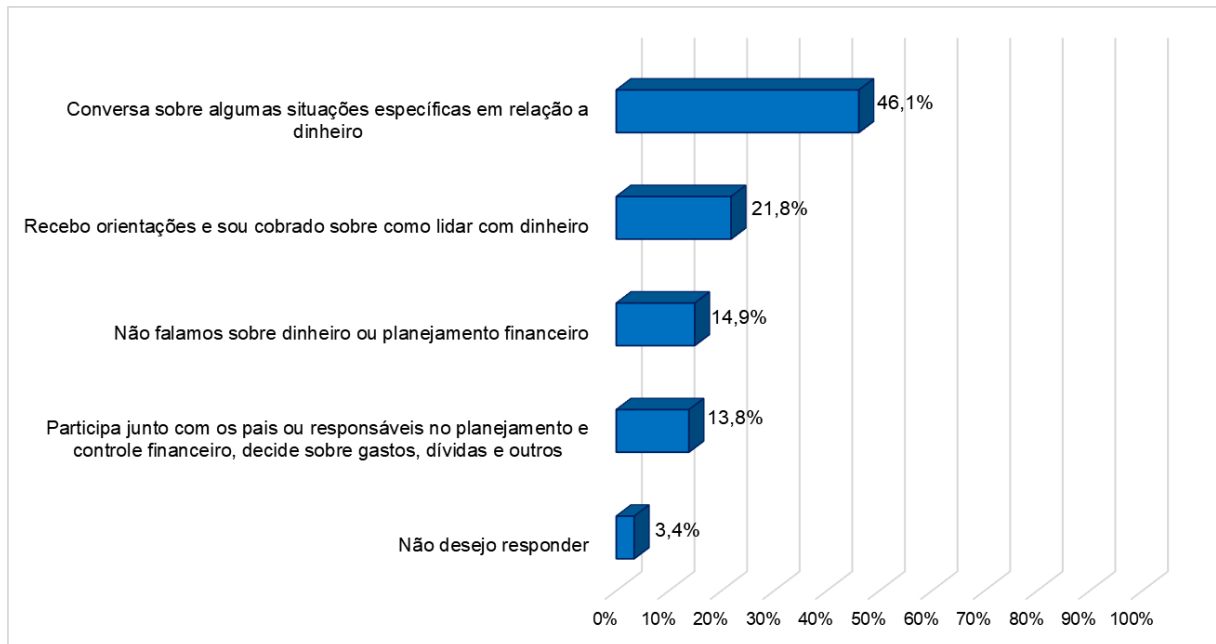
Gráfico 3- Origem do conhecimento adquirido em educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Sob a perspectiva do ambiente familiar (Gráfico 4), a maioria dos estudantes conversa sobre o tema, ou recebe orientações em relação ao dinheiro, corroborando a resposta sobre a origem do conhecimento em educação financeira, em que 43,68% dos estudantes informaram ter aprendido com a família. Ainda assim, conforme destacam Ferreira e Castro (2020), embora a família seja a base inicial da Educação Financeira dos estudantes, na maioria das vezes ela não detém suficiente conhecimento sobre o assunto para repassar aos filhos, uma vez que a maioria dos estudantes declara saber pouco a respeito de educação financeira, caracterizando uma lacuna de conhecimento.

Gráfico 4- A educação financeira sob a perspectiva do ambiente familiar



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No que tange ao consumo (Gráfico 5), 71,2% dos estudantes declararam reconhecer a pressão do apelo midiático ao consumo e, ainda assim, consomem itens desnecessários ou por impulso, o que reforça Perissé (2014) ao pontuar o fato de estarmos inseridos em um sistema integrado que nos pressiona e pelo qual somos influenciados e nele também influenciados, estando sujeito às pressões externas. Portanto, é necessário haver uma pressão interna no sentido de um posicionamento equilibrado, que proporcione proteção frente a esse sistema de incentivo ao consumo, no qual todos estão mergulhados. As entrevistas, no entanto, revelaram um posicionamento oposto, pois ao serem questionados sobre a importância de se questionarem sobre a real necessidade de adquirir algum produto, parte dos estudantes responderam que consideram importante essa avaliação.

Se todo mundo refletisse sobre se realmente esse produto é necessário para ela, iria tomar uma decisão mais consciente para não ficar juntando tralha (Estudante 1).

É questão de necessidade, eu só consumo por necessidade (Estudante 3).

Acho que é importante pensar antes, tipo é necessário mesmo? Hoje em dia a gente tá muito no consumismo (Estudante 4).

Fazendo esse julgamento, eu posso ver, ah, realmente preciso desse produto? Melhoraria meu método consumista (Estudante 8).

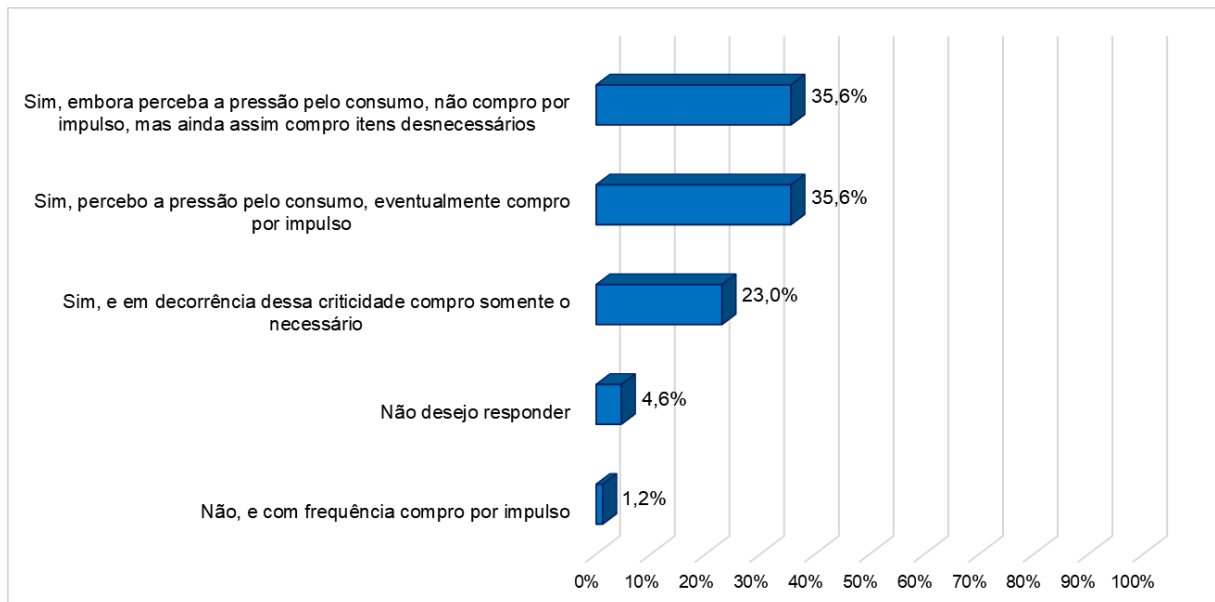
Esse posicionamento foi reforçado na resposta ao questionamento sobre a aquisição de um novo modelo de celular apenas para aproveitar o desconto ou ter um celular melhor. Nesse ponto, sete estudantes disseram que só fariam a troca em caso de necessidade. Parte das respostas estão relatadas a seguir:

Não trocaria apenas pelo desconto ou para ter um mais novo (Estudante 1).

Ah, tá barato mas não compraria se eu não tivesse precisando sabe (Estudante 2).

Ah, assim, meu celular estando ok, eu não trocaria (Estudante 5).

Gráfico 5- A criticidade do estudante frente ao apelo midiático de incentivo ao consumo

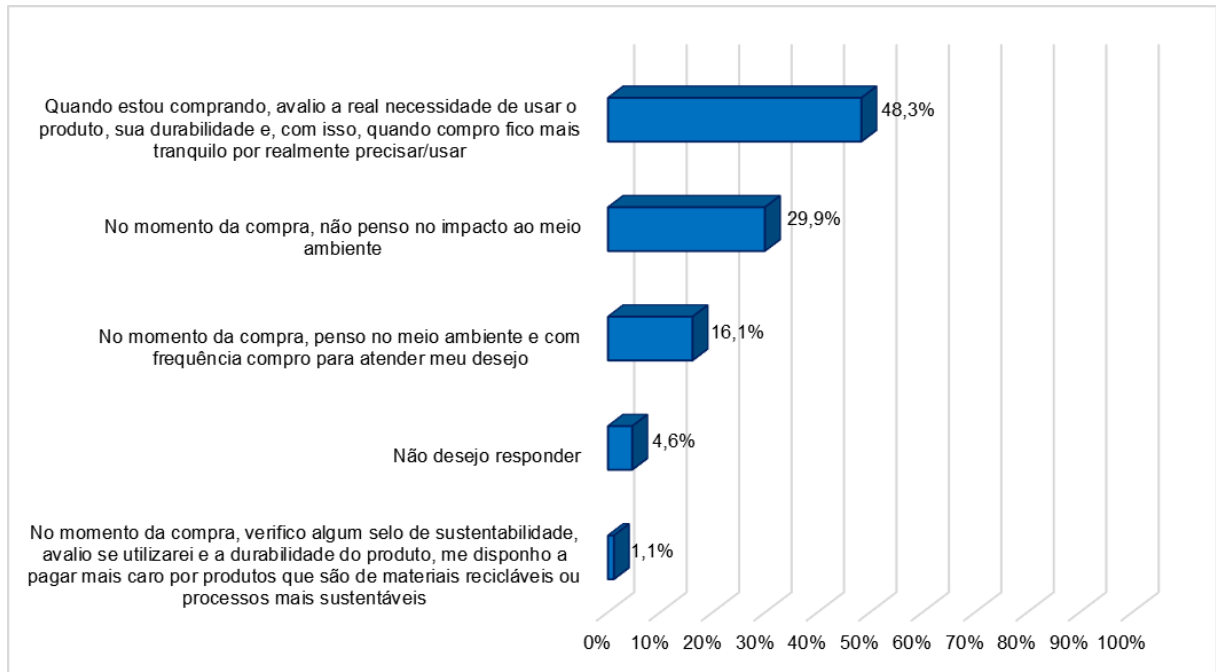


Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Quanto ao comportamento de consumo em relação ao meio ambiente (Gráfico 6), apenas um estudante respondeu verificar selos de sustentabilidade e disponibilidade de pagar mais caro por itens sustentáveis; mas, por outro lado, a maioria dos estudantes alegou avaliar a real necessidade de compra e, por isso, se sentiria mais tranquilo relativo ao fato de comprar por necessidade. Essa resposta, no entanto, conflita com a resposta de consumo mediante ao apelo midiático, em que a maioria dos estudantes respondeu que ainda compra itens desnecessários ou por impulso. Nesse sentido, o apelo de Amaral, Arantes e Bernardes (2020), à tomada de consciência da relação entre consumo e meio ambiente se justifica, tendo em vista a proposição de que “o consumo da população deve ser pensado e realizado de forma

responsável, de modo a não exaurir os recursos disponíveis na Terra” (Amaral; Arantes; Bernardes, 2020, p.48).

Gráfico 6- O comportamento de consumo do estudante e o meio ambiente



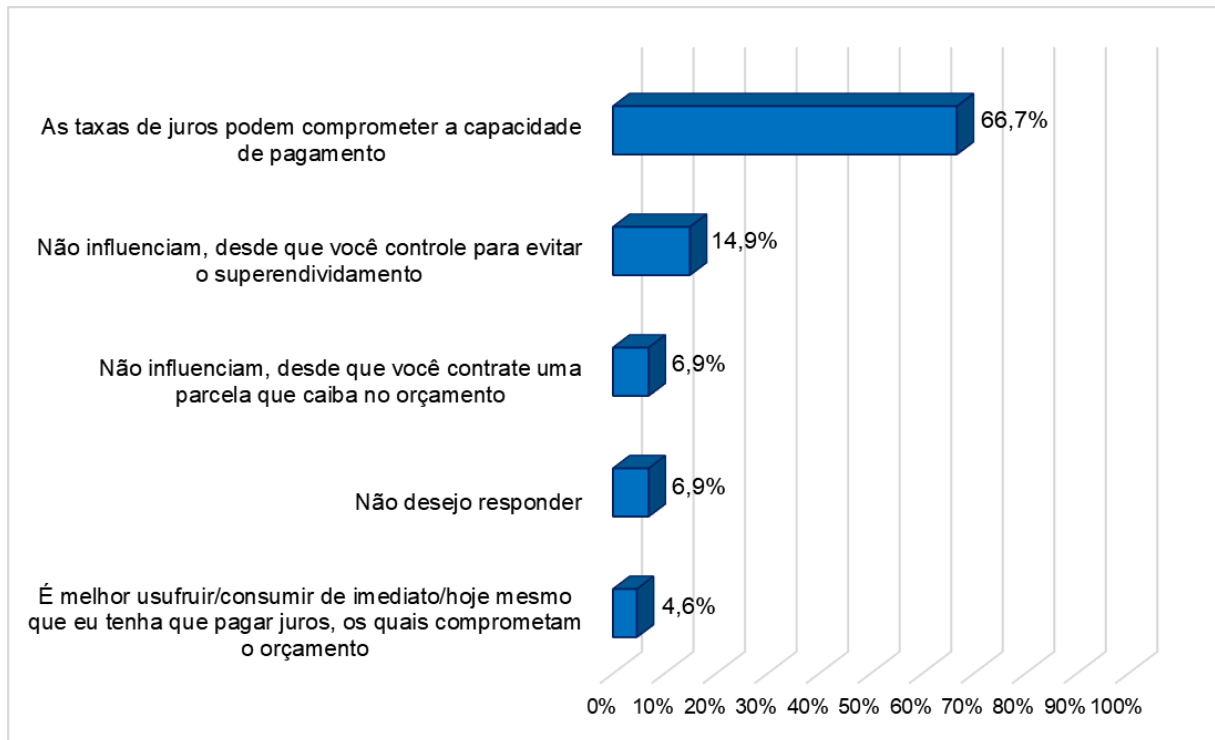
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os estudantes, em sua maioria (48,3%), entendem que as taxas de juros podem comprometer a capacidade de pagamento das pessoas, indicando, assim, que há uma preocupação em relação ao endividamento (Gráfico 7). Essa preocupação também esteve presente nas repostas ao questionamento sobre como poderiam utilizar o planejamento financeiro em sua vida, em que a maioria dos estudantes citou que utilizaria o planejamento para controlar gastos e evitar endividamento, validando o proposto por Bona (2021), uma vez que os juros elevam o custo financeiro e reduzem a disponibilidade no orçamento. As entrevistas também reforçaram esse ponto de vista. Ao analisar um modelo de comprovante de renda em que havia desconto de parcelas de crédito consignado, os estudantes comentaram:

O empréstimo que ela tá pagando assim come bem do dinheiro dela (Estudante 6).

Impactaria bastante; ela não teria alguma renda extra para lazer e algumas coisas que ela queira comprar; ela não teria muito poder de decisão (Estudante 8).

Gráfico 7- A influência das taxas de juros no orçamento das pessoas



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

O entendimento do impacto de juros e endividamento no orçamento também pode ser validado pelas respostas à questão referente ao comportamento de compra, se à vista ou a prazo, com juros ou não, em que a maioria dos estudantes responderam que planejam a aquisição, reservando um valor mensal até terem a disponibilidade para aquisição à vista, conforme demonstra o Gráfico 8 abaixo.

Sob essa ótica, os estudantes demonstram estar conscientes dos impactos negativos da vida a crédito, validando Mette (2016) ao propor que a combinação dos fatores de alto conhecimento financeiro e orientação temporal para o futuro podem influenciar na tomada de decisão, por meio da qual o indivíduo tenderia a se planejar e não se comprometer com dívidas, de maneira a reduzir o interesse pela compra a prazo. Nessa proposição, quanto maior o conhecimento financeiro e o direcionamento temporal para o futuro, menor a interferência de outros fatores como comportamento, condição econômica ou cultural ou a decisão temporal do imediatismo na tomada de decisão, o que levaria o indivíduo a parcelar menos suas compras.

As entrevistas validaram esse posicionamento, ao avaliarem sobre a aquisição à vista ou à prazo:

Eu acho que aí não compensa tanto assim você comprar parcelada (Estudante 2).

À vista tá mais barata, né?! Eu entendo que as parcelas não têm juros, mas o valor total foi acrescido (Estudante 4).

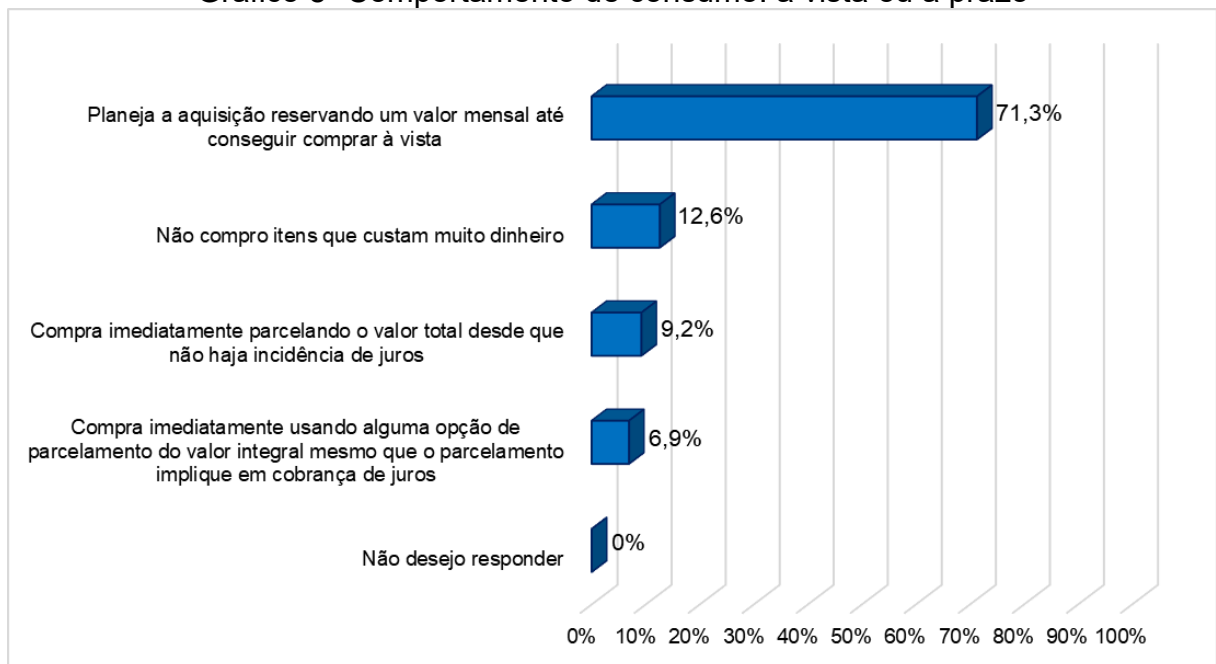
Mesmo quando sobre o parcelamento não incide juros, há o comprometimento da renda futura, o que foi validado nas entrevistas, quando os estudantes compararam duas faturas de cartão de crédito, em que a primeira delas apresenta consumo utilizando menos parcelas e itens mais necessários, e a segunda parcelando em prazos maiores e itens supérfluos.

A primeira tem um aproveitamento melhor da renda a segunda se endivida muito mais do que a primeira (Estudante 3).

Para pagar essas contas a segunda vai demorar muito mais do que o primeiro (Estudante 4).

Essa segunda pessoa além disso ela ainda vai precisar ir no mercado ela vai precisar ir comprar as outras coisas necessárias E aí vai ficar maior esse valor (Estudante 7).

Gráfico 8- Comportamento de consumo: à vista ou à prazo



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

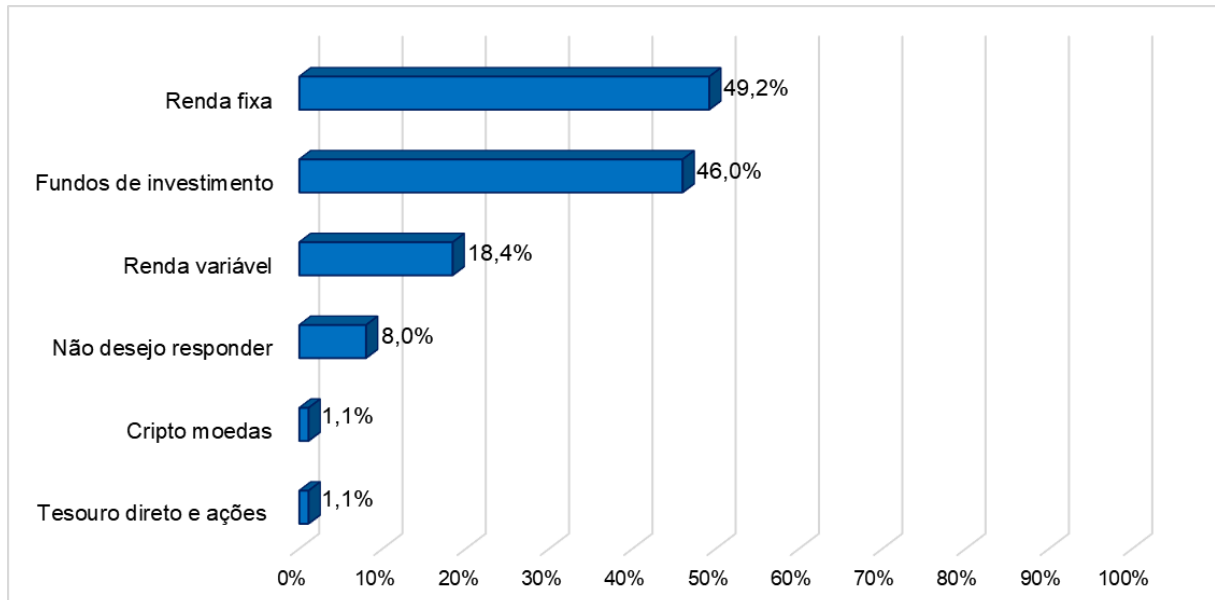
Em relação às modalidades de investimento, renda fixa e fundo de investimento (Gráfico 9), evidenciam-se como os mais disseminados no conhecimento dos estudantes. Por meio das entrevistas, esse conhecimento mostrou-se insuficiente, uma vez que os estudantes não conheciam as regras desses investimentos, o que fica evidenciado nos relatos:

Eu deixo o meu dinheiro no picpay e ele rende porcentagem do CDI, mas não sei muito não (Estudante 4).

Eu sei algumas por alto, assim, de renda fixa; igual o CDB, CDI, sempre ouço falar, mas não sei bem como funciona (Estudante 5).

Eu gosto de colocar no Inter, que ele tem aqueles porquinhos (Estudante 7).

Gráfico 9- O conhecimento do estudante sobre algumas modalidades de investimento



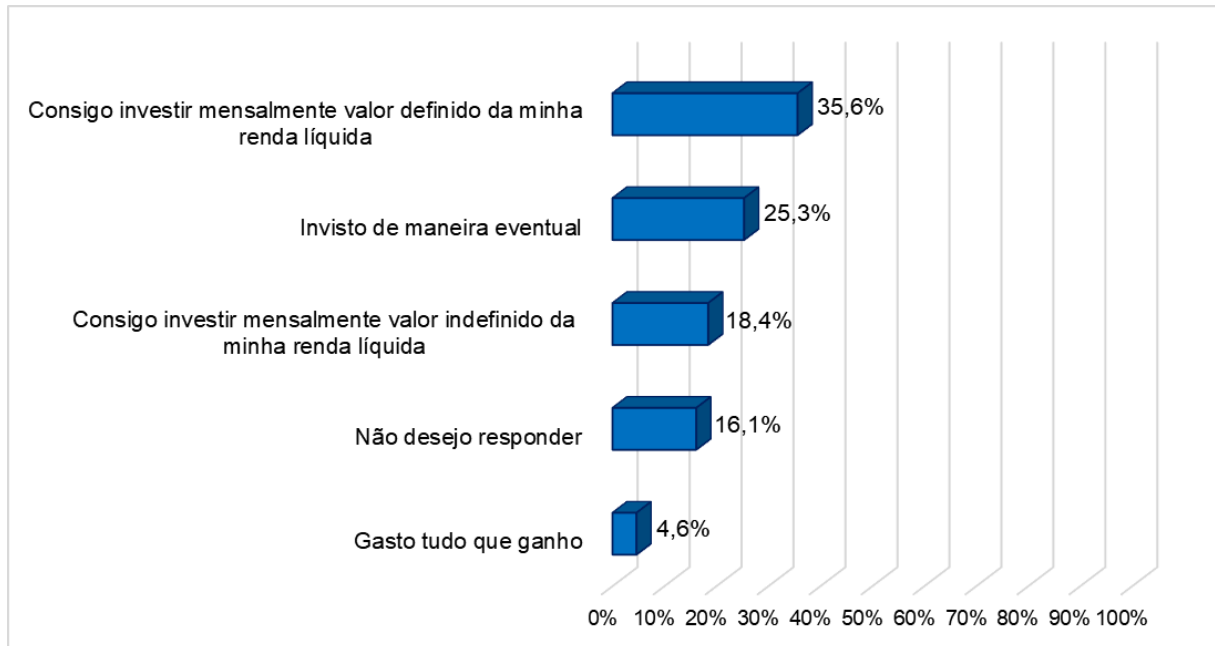
Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Conforme representado no Gráfico 10, no que tange à atitude de investir, 70,30% dos estudantes responderam que investem; desses, 35,6% de maneira consistente, mensalmente e valor definido, 25,3% de maneira aleatória e 18,4% mensalmente, porém valores indefinidos. Esse posicionamento foi validado nas entrevistas, em que os estudantes demonstraram entender que, em virtude da incidência de rentabilidade na forma de juros compostos sobre os valores investidos, a regularidade de investimento interfere no valor final acumulado. Dessa forma, validou-se o posicionamento de Bona (2021), ao considerar que os juros compostos podem se tornar amigos inseparáveis na jornada financeira de um poupador.

Melhor colocar mensal então, né, porque eu coloco um mês rende, coloco o outro, rende... (Estudante 6)

Se você colocar certinho, você vai ter um valor, e se você colocar, por exemplo, R\$100,00 hoje, aí vai render um pouquinho; aí, depois, vai colocar R\$300,00... Só que aí, esse tempo, se você tivesse colocado os R\$300,00 antes, poderia ter rendido mais... (Estudante 7).

Gráfico 10 - Comportamento do estudante na constituição de investimentos, como meta para realização de projetos futuros



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Nas entrevistas, os estudantes também relataram como conhecimentos necessários a uma educação financeira integral, a importância de estabelecer prioridades para uma vida financeira saudável, a consciência de consumir por necessidade, evitar o endividamento e ter o conhecimento para investir. Acerca do tema abordado no quesito referente ao conhecimento demonstrado pelos estudantes sobre controle e gestão do próprio dinheiro e de seus gastos, durante a entrevista foram relatadas as percepções elencadas a seguir, que corroboram a perspectiva de educação financeira e formação humana integral.

Eu acho que é muito importante saber investir e guardar o seu dinheiro, porque isso é o principal para você ter uma vida financeira saudável, porque é, tipo assim, tem que ter uma reserva de emergência para caso aconteça alguma coisa com você no futuro; e se a pessoa já estiver bem tranquila, ela não vai passar por nenhuma necessidade básica, porque ela guardou o dinheiro no passado para agora usar (Estudante1).

Eu acho importante ele saber administrar o dinheiro, acho importante não gastar o dinheiro à toa, para não ficar zerado em emergência e você não ter dinheiro para nada; então, acho importante ter conhecimento de educação financeira por exemplo, para esses casos (Estudante 2)

É saber o quanto ela recebe, saber o quanto ela gasta em média e saber que ela não pode gastar além do que ela recebe; então, manter os gastos baixos,

ter saldo positivo e ter isso na ponta da caneta, tá... Então, é importante ter isso na ponta da caneta (Estudante 3).

Hoje em dia, todo mundo fala muito de investimento na bolsa e não sei o quê; e a gente não tem muito estudo sobre isso, então eu acho legal esse tipo de ensino, aprender como investir o dinheiro para ele não ficar parado e desvalorizar e como dividir a emergência, o tanto de porcentagem, coisas assim (Estudante 4).

Olha, eu acho importante você estabelecer prioridades, acho importante isso dentro da educação financeira, para você ter as suas prioridades, pra não exceder nada com algo que não seja prioridade e que te afete depois. E já começamos a administrar as nossas finanças e, principalmente, depois do ensino médio que, provavelmente, quando sair de casa, já tá garantido um emprego. Então, assim, acho importante falar mais sobre isso durante o ensino médio (Estudante 5).

Ah, é saber praticamente lidar com o dinheiro, né? Tipo, quando eu recebo, saber o que que vou fazer com ele. Muita gente, claro, a primeira coisa que pensa é pagar dívida. Às vezes, a conta da internet, conta de luz, às vezes igual eu [a mim], que ainda não tenho minha casa própria, então ajudo em casa comprando um gás, [pagando] uma luz. Mas tem o dinheiro que sobra, e aí é bom tentar guardar ele, né? Às vezes, alguma coisa que eu vou precisar no futuro, então é nunca pensar em sair jogando dinheiro fora, rasgando dinheiro. É isso que eu penso (Estudante 6).

Sobre educação financeira, né? Como uma pessoa pode controlar o dinheiro dela e tal. E aí, o que eu acho importante das pessoas saberem é pesar isso de juros, que eu acho que todo mundo deve saber como funciona e como a pessoa pode guardar o dinheiro dela, onde pode investir também, o que seria interessante todo mundo já sair [da escola] sabendo (Estudante 7).

É importante saber, ter a consciência do que gastar e como gastar, né? Nada muito consumista, tendo bastante controle na questão financeira; e muita gente que não recebe salário vai sair daqui com algum trabalho fixo, específico. Muita gente depende dos pais ou até de uma bolsa escolar, então é [preciso] saber investir, saber administrar bem o dinheiro; mas a questão é essa, administrar o dinheiro para que não falte e não haja dívidas depois, posteriormente, e que conscientemente você consiga investir e, com juros e tal, você conseguir [algo] elevando seu potencial financeiro daqui a cinco ou 10 anos, a longo prazo (Estudante 8).

No que diz respeito aos conhecimentos necessários em educação financeira, os entrevistados manifestaram a importância de saber investir e guardar dinheiro para uma vida financeira saudável, saber administrar o dinheiro, não gastar mais do que ganha, estabelecer prioridades, não 'jogar dinheiro fora' com gastos desnecessários, não ser consumista. A preocupação em constituir reserva financeira e não se endividar está presente na fala de todos os entrevistados.

A abordagem referente ao planejamento financeiro demonstrou que os estudantes possuem conhecimento de conceitos como despesas, receitas, orçamento e metas, necessários à execução de um bom planejamento financeiro. Os estudantes

foram capazes de alocar dentro do orçamento alguns itens apresentados, distribuindo-os entre receitas, despesas e metas, com facilidade e clareza.

Dessa forma, ficou evidenciado que o planejamento financeiro, a partir da utilização do orçamento e o estabelecimento de metas, são conceitos consolidados para os estudantes entrevistados. Os relatos feitos nas entrevistas reforçaram as respostas apresentadas à pergunta 18 do questionário, sobre como os estudantes poderiam utilizar o planejamento financeiro em suas vidas. Neste quesito, apontou-se que ele poderá auxiliar no controle de gastos e na constituição de reserva financeira, o que corrobora a proposição de Santos (2014) de que o planejamento financeiro permite adequar gastos, controlar investimentos e reserva futura, evitar endividamento e realizar projetos de vida, bem como pode proporcionar, ainda, maior tranquilidade em situações de problemas eventuais.

Ainda nas entrevistas, quando questionados sobre a utilização de método para tomada de decisão de consumo, 62,5% alegaram que avaliam a necessidade da compra, e os outros 37,5%, embora não tenham elencado a necessidade de consumo como método de decisão, quando questionados a respeito da importância de refletir sobre a necessidade de consumo como possibilidade de melhor decisão de compra, concordam que a reflexão pode melhorar a decisão de compra, tendo sido este o entendimento da totalidade dos estudantes entrevistados.

Ao responderem sobre o anúncio de promoção, 50% dos estudantes entrevistados consideraram o desconto muito chamativo, mas ainda assim, somente 12,5% dos estudantes manifestaram a intenção de comprar para aproveitar o desconto e 'pegar' um celular melhor. Quanto ao parcelamento, ficou evidente o entendimento dos estudantes em não haver juros no preço a prazo, mas que há diferença de valor entre o preço a prazo e o preço à vista. Em relação a opção de comprar à vista ou parcelado, 62,5% estudantes disseram que prefeririam comprar à vista, 25% deles consideraram não ser problema comprar a prazo, caso não houvesse disponibilidade para comprar à vista, e 12,5% dos estudantes compraria a prazo, considerando que poderia investir o dinheiro e ter rentabilidade superior ao custo de parcelar.

Já para a situação do parcelamento com incidência de juros sobre item de pequeno valor, 50% dos estudantes entrevistados consideraram que devido ao valor baixo e prazo pequeno, fariam a aquisição a prazo. Os outros 50% fariam a aquisição

à vista. Somente 12,5% dos estudantes alertaram para o fato de que embora o valor da diferença em dinheiro fosse pequena, em termos percentuais, tratava-se de uma diferença elevada.

A análise das parcelas de empréstimo descritas no contracheque apresentado foi considerada por todos os estudantes entrevistados uma situação de risco, tendo em vista o prazo e valor elevado das parcelas, o que poderia comprometer a estabilidade financeira e reduzir o poder de decisão. Os estudantes informaram não conhecer a modalidade de empréstimo apresentada, mas ao serem informados tratar-se de crédito consignado, 87,5% deles disseram que já ouviram falar sobre, mas não sabem como funciona.

Quanto ao uso do cartão de crédito, os estudantes consideraram que, no primeiro exemplo, as utilizações são mais necessárias que no segundo, e que o impacto no orçamento seria diferente uma vez que o segundo exemplo tem parcelas que vão limitar a liberdade de escolha por muitos meses.

Ainda, os estudantes se consideram aptos a fazer cálculos matemáticos de juros caso tenham acesso à fórmula para tal.

Ao serem questionados sobre a possibilidade de um aumento real de 10% em sua renda e como destinariam esse aumento, 62,5% dos estudantes entrevistados disseram que dividiram o valor em investimento e gastos, em percentuais variados, e 37,5% dos estudantes destinariam todo o aumento para um investimento.

Ficou evidente pelas respostas à pergunta sobre como aplicariam dois mil reais, que os estudantes entrevistados não têm conhecimento das opções de investimento e suas regras. Até mesmo os que já fazem algum tipo de investimento não conhecem as regras do produto, e ficaram surpresos quando precisaram resgatar. Um deles informou ter escolhido entre dois CDBs, sendo um com IOF e outro sem IOF, optando por esse último, e que ao tentar o resgate do valor aplicado, descobriu que somente seria possível resgatar após três meses. Outro estudante informou que resgatou o investimento e verificou que o valor creditado em sua conta corrente foi menor que o saldo apresentado, e somente então foi informado de tratar-se de imposto de renda sobre rendimento.

Outro estudante disse que aplica nos “porquinhos do Inter”, mas não sabe qual é esse investimento. Ainda, outro estudante disse que aplica no CDB do Picpay, que rende um percentual do CDI, mas que não sabe o que é CDI. Com exceção de um estudante, os demais relataram não conhecer opções de investimento, porém

gostariam muito de saber como e o que fazer para investir. No sentido de identificar o entendimento sobre a interferência da constância ao investir, os estudantes percebem que investir de maneira constante, em vez de forma aleatória, pode trazer benefícios em termos de rentabilidade e de controle financeiro.

Na seção seguinte, é abordado o produto educacional que foi desenvolvido nesta pesquisa, estabelecido a partir dos dados encontrados, visando contribuir para o fortalecimento do conhecimento em EF e de sua importância na formação humana integral dos estudantes.

5 PRODUTO EDUCACIONAL

Como parte integrante do programa de pós-graduação *Stricto-Sensu* – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFMG, a CAPES indica como produção para obtenção do título de mestre a elaboração da dissertação, bem como a apresentação de um produto educacional como objeto de aprendizagem. O produto, desenvolvido durante o processo de pesquisa, visa, assim, contribuir com fortalecimento do conhecimento dos estudantes no que diz respeito à educação financeira.

Dessa forma, de acordo com Freire *et al* (2017), o produto educacional apresenta-se, portanto, como uma forma de tornar pública a pesquisa realizada durante o mestrado profissional, caracterizando-se como um recurso com estratégias educacionais que favorecem a prática pedagógica. A elaboração do produto pedagógico implica um processo formativo contínuo, no qual a pesquisa é o alicerce.

5.1 Apresentação do problema e objetivo do produto educacional

O produto educacional desenvolvido nessa pesquisa trata-se de um *Guia Educativo*, interativo, sobre educação financeira, a ser disponibilizado no Repositório Institucional do IFMG, cujo conteúdo contempla os conceitos e propostas identificados como mais importantes nas entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa.

A metodologia empregada para o desenvolvimento do *Guia Educativo* incluiu uma pesquisa aplicada e descritiva, com abordagem qualitativa. Os dados coletados em questionários e entrevistas semiestruturadas com estudantes do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco, formaram a base empírica do *Guia Educativo*. Como forma de agradecimento pela disponibilidade de participação nesta pesquisa, disponibilizamos, aos participantes que demonstraram interesse, uma cópia física ou digital do produto, de acordo com a preferência do participante. E ainda, como oportunidade de conhecerem o resultado da pesquisa, o produto educacional é disponibilizado em formato digital a todos os estudantes do terceiro ano do EMI IFMG *Campus* Ouro Branco.

Como proposição à reflexão sobre a relevância do produto educacional, Pagán (1995) aborda a importância de se levar em consideração que nenhum produto é um fim em si mesmo e, por isso, é importante que não somente materialize uma sequência

de atividades, ou um vídeo, ou ainda um *software*, mas que traga consigo a proposta concreta de contribuição com o público a ser investigado, subjacente ao que se apresenta de forma explícita no produto. Dessa forma, ainda utilizando as ideias do autor, é importante reconhecer duas formas distintas de caracterizar um Produto Educacional: 1) a sua função didática e metodologias utilizadas para atingir esse fim; 2) o conjunto de meios, recursos ou instrumentos utilizados para materializá-lo.

O *Guia Educativo 'Sem Aperto: Guia para Educação Financeira'*, é um compêndio de estratégias, práticas e recursos destinados a apoiar a tarefa de disseminar o conhecimento e a prática de educação financeira aos estudantes do Ensino Médio Integrado. Com o *Guia Educativo*, pretende-se ressaltar a importância da educação financeira como conhecimento necessário para promover hábitos financeiros saudáveis, visando a formação humana integral dos estudantes.

O *Guia Educativo* aborda os desafios e possibilidades da Educação Financeira, com foco na promoção do indivíduo omnilateral, combinando teoria e prática para um entendimento abrangente do tema. Os desafios que se colocam dizem respeito àqueles estabelecidos pela sociedade consumista e pela dificuldade de integração curricular, ainda que prevista pelo modelo da EPT. As possibilidades estão inseridas no contexto da disseminação do conhecimento, objetivando sua prática, e ainda que a integração curricular seja um desafio, ela também se coloca como possibilidade, uma vez que está inserida na essência da EPT, sendo necessário, portanto, envidar os esforços possíveis para que tal integração se consolide dentro dos IFs.

Por meio dos questionários aplicados foi possível realizar uma avaliação geral dos conceitos conhecidos pelos estudantes, no que tange ao planejamento financeiro, ao consumo, ao crédito e ao investimento. Tal avaliação foi aprofundada por meio das entrevistas, o que proporcionou maior capacidade de análise. Dessa forma, cumpriu-se o atendimento do objetivo geral de investigar os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco. Atendeu-se, ainda, aos objetivos específicos no que tange à busca da compreensão dos conceitos elementares de orçamento e metas no planejamento financeiro na concepção dos estudantes, e à identificação dessa concepção acerca dos conhecimentos de educação financeira, considerando consumo, crédito e investimento. A elaboração do produto educacional, em si, cumpre o atingimento do terceiro objetivo específico.

5.2 Descrição do contexto de desenvolvimento e validação do produto educacional

O conteúdo do *Guia Educativo* está estruturado em abas. A aba Guia Sem Aperto contém a capa do guia. Quem somos, apresenta uma introdução sobre o tema Educação Financeira e direciona para o início da jornada de conhecimento.

Na aba “Na prática” foram tratados os quatro temas: planejamento financeiro, consumo, crédito e investimento. O planejamento financeiro aborda a importância do orçamento e do estabelecimento de metas. O consumo traz abordagem de maneira crítica, colocando em questionamento o consumismo e seus impactos na vida financeira das pessoas, no ambiente e na realização de objetivos pessoais. Trata-se, dessa forma, de tentar despertar a atenção para as implicações negativas do modelo de consumo inconsciente preconizado pelo capitalismo, bem como de buscar um novo posicionamento diante da sociedade consumista, no intuito de oposição à ordem hegemônica vigente. O crédito é abordado sob a ótica do cuidado e da atenção que a ele devem ser destinados diante da possibilidade de endividamento, como também suas consequências na saúde financeira das pessoas. A abordagem traz uma visão crítica da vida a crédito existente atualmente, necessária para sustentar o consumismo na sociedade atual e como os juros compostos são prejudiciais nesse contexto. Em investimento, são apresentadas algumas modalidades, e suas principais características e como os juros compostos são importantes para a constituição. Ressalta-se aqui que este foi o tema de maior interesse de conhecimento apontado pelos estudantes.

A aba Ferramentas, reúne uma ferramenta para elaboração de meta – Meta SMART, uma para elaboração de orçamento – Ferramenta Sem Aperto e uma para acesso ao Quiz, que tem o intuito de identificar conhecimentos elementares para a educação financeira. A aba Conceitos traz a abordagem da educação financeira e a perspectiva de formação humana integral.

Em Glossário foram agrupados vários termos utilizados no mercado financeiro. Em Aprenda Mais, disponibilizamos as principais referências utilizadas para a elaboração dos conceitos. A próxima aba é sobre “Dicas” com sugestões de filmes, documentários e livros que podem auxiliar na construção de um pensamento crítico a respeito da nossa relação com a educação financeira e sua integração com todos os

aspectos de nossa vida. As duas últimas abas referem-se aos autores e créditos, respectivamente.

O produto educacional foi editado em mídia digital (como editor de textos publicitários *on-line*, *Canva* e *photoshop*) seguindo as mesmas características e padronizações desse tipo de arquivo. A proposta segue uma estrutura que conta com os elementos extratextuais, pré-textuais, textuais e pós-textuais. A elaboração do *Guia Educativo* foi pensada no público-alvo a quem se destina, que no caso em questão, é a comunidade escolar dos Institutos Federais, sobretudo os discentes. A riqueza da proposta é exatamente essa: materializar as contribuições que foram coletadas em um produto que circule pelas diferentes unidades dos Institutos Federais de Minas Gerais.

O produto educacional, ao final de sua elaboração, foi encaminhado aos estudantes participantes da pesquisa por *e-mail* para que eles pudessem conhecer e avaliar o resultado final da pesquisa: o produto educacional. A avaliação visou identificar a relevância do material desenvolvido para o apoio e a disseminação da educação financeira, como também buscar sugestões de melhorias que pudessem agregar ainda mais valor ao *Guia Educativo*. A avaliação se deu por meio de formulário *Google Forms*.

5.3 Lente teórica: principais conceitos que embasaram o tema do produto educacional

A lente teórica do *Guia Educativo* está embasada na formação humana integral e na Educação financeira. Em formação humana integral, baseamos a abordagem por meio dos autores Ramos (2014), Manacorda (2017), Freire (2022), entre outros. Para a Educação Financeira, foram abordados conceitos de planejamento financeiro, consumo, crédito e investimento utilizando os autores Bauman (2022), Bona (2021), Santos (2014), entre outros.

A educação profissional e tecnológica preconizada dentro dos critérios de constituição dos Institutos Federais abarca a proposta de formação humana integral, que promove a possibilidade de existência do indivíduo omnilateral, ou seja, constituído em todas as suas dimensões, condição essencial para a emancipação. Apresenta-se ainda como desafio e como possibilidade de construção da travessia do ser humano 'máquina produtiva' para o ser humano integrado ao trabalho como

princípio educativo. “Não se trata de uma tarefa fácil e que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas. Esta, todavia, é tarefa para aqueles que buscam abolir estas relações sociais” (Caldart *et al*, 2012, p.272). Diante da realidade da alienação humana “está a exigência da omnilateralidade, de um desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade de sua satisfação” (Manacorda, 2017, p. 88).

No intuito de promover o desenvolvimento do indivíduo omnilateral, torna-se primordial a inserção da integração curricular, abrangendo dessa forma a completude de ambientes e situações que exponham o estudante ao aprender a ler a realidade com outras lentes, diferentes daquelas prontamente disponíveis, que não permitem autonomia e criticidade. O currículo representa mecanismo de poder na constituição do conhecimento e, dessa forma, sua utilização de forma crítica, aliando base científica, reflexão filosófica, expressão artística e literária é essencial para o atingimento do objetivo de formação humana integral, pois “somente assim será possível além de qualificar para o trabalho, promover igualmente o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania” (Saviani, 2016, p.83).

Paraíso (2010) destaca a ‘fome’ que o currículo tem, e que ele gosta “de corpos marcados, demarcados, organizados, hierarquizados, conhecidos e reconhecidos, obedientes, dóceis, úteis [...] demonstra verdadeiro pavor de corpos a serem completados, de corpos difíceis de serem classificados” (Paraíso, 2010, p.132). E salienta que essa fome por normalização pode tornar difícil a possibilidade de aprender, uma vez que imputa aos diferentes, raciocínio de falta ou falha sobre si mesmos.

Já Onofre (2017) coloca como imprescindível a necessidade de reinvenção do currículo, tomando por base as demandas dos sujeitos, considerando suas vivências e sensibilidades, o que corrobora a necessidade de revisão de práticas pedagógicas, metodologias de ensino e conteúdos de docência.

Um currículo que proporcione essa condição deve ser aquele capaz de “possibilitar uma maior autonomia do sujeito (aluno) no sentido deste se apropriar dos conhecimentos científicos socialmente válidos e relacioná-los com a realidade social”, como propõe Onofre (2017, p.244), constituindo nesse sentido uma interação entre a dialética e a prática social.

Assim, considerando o ser humano como inacabado, Freire (2022) reforça que ainda que as condições diversas que permeiam nossa existência nos imponham barreiras em nossa tarefa de mudar o mundo, é necessário ter consciência de que os obstáculos não se eternizam, o que nos conduz a um permanente processo social de busca sendo “na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente” (Freire, 2022, p.57).

Diante do exposto, reafirma-se a importância do respeito ao indivíduo em sua leitura do mundo, instigando-o a assumir seu papel de sujeito na construção do conhecimento e na produção de sua inteligência. Essa é a proposta de formação humana integral sobre a qual a EPT deve se debruçar. Dessa forma, ao trazer para a discussão a educação financeira sob a ótica da criticidade e da autonomia, corrobora-se o intuito de uma educação voltada para a constituição do indivíduo omnilateral que, pautado em seus múltiplos aspectos, se faz capaz de avaliar as condições postas, questioná-las e transformá-las, a partir de sua ação consciente, prática e balizada em conhecimentos autônomos.

Como propõe Lozano (2013), essa educação financeira não se insere no contexto de formação de consumidores de produtos bancários ou enriquecimento pessoal, e não se limita a finanças pessoais, mas sim trata da formação do cidadão consciente de seus deveres e direitos, crítico na tomada de decisões financeiras, autônomo no controle de seus gastos.

Dessa forma, buscamos trazer para o *Guia Educativo Sem Aperto: Guia para Educação Financeira*, uma discussão que possa estabelecer uma nova base para a tomada de decisão em relação ao gerenciamento dos recursos financeiros, sob a ótica do planejamento financeiro, dentro da análise do consumo, do crédito e do investimento. Ou seja, um planejamento financeiro que possa proporcionar atingimento de objetivos e tranquilidade no controle da vida financeira. Demonstra-se o consumo como determinante de saúde financeira, uma vez que o consumismo, além de causar enorme impacto ambiental, pode levar o indivíduo ao endividamento e impedir a constituição de reserva financeira para o futuro. Dessa forma, a tomada de crédito é vista com cautela, uma vez que interfere substancialmente na capacidade e liberdade de escolha futura. O investimento é trazido como condição estabelecida no planejamento financeiro para proporcionar maior tranquilidade e autonomia nas decisões financeiras. Isto posto, resta-nos evidenciar os eixos estruturais trabalhados para a elaboração do *Guia Educativo*.

5.4 Eixos estruturais do Guia

O *Guia Educativo* é estruturado em torno de três eixos fundamentais: Conceitual, Pedagógico e Comunicacional.

5.4.1 Eixo Conceitual

O eixo conceitual do *Guia Educativo Sem aperto: guia para Educação financeira*, se concentra no fornecimento de conhecimento teórico e prático sobre educação financeira. Isso inclui:

- a) **Fundamentos de Educação Financeira:** Exploração de temas como planejamento financeiro, consumo responsável, crédito e investimento.
- b) **Desenvolvimento de Habilidades Financeiras:** Abordagem do componente técnico-financeiro e comportamental das habilidades financeiras.
- c) **Contextualização Socioeconômica:** Discussão sobre o impacto do capitalismo no comportamento de consumo e a importância da autonomia financeira.

5.4.2 Eixo Pedagógico

O eixo pedagógico do *Guia Educativo* é projetado para capacitar educadores a ensinar efetivamente conceitos financeiros aos estudantes do ensino médio técnico:

- a) **Metodologias de Ensino:** Estratégias e abordagens pedagógicas inovadoras para engajar estudantes em educação financeira.
- b) **Desenvolvimento de Material Didático:** Criação de recursos educacionais, como jogos e estudos de caso, que facilitam o aprendizado ativo.
- c) **Avaliação e Feedback:** Métodos para avaliar o entendimento dos estudantes e fornecer feedback construtivo.

5.4.3 Eixo Comunicacional

O eixo comunicacional enfoca a apresentação e a disseminação eficaz das informações do *Guia Educativo*:

- a) **Clareza e Acessibilidade:** Uso de linguagem clara e acessível para garantir a compreensão dos conceitos por todos os educandos.

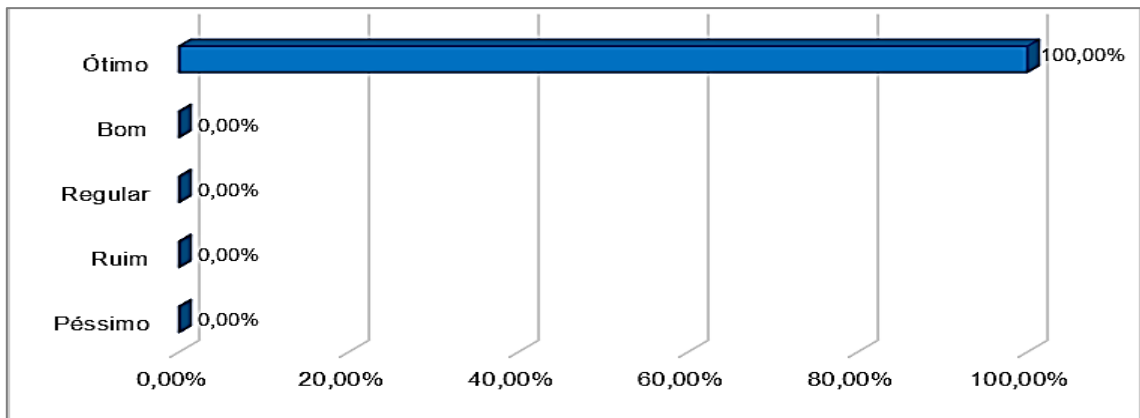
- b) Materiais Interativos e Engajadores:** Utilização de ferramentas interativas, como jogos e simulações, para tornar o aprendizado mais atraente e eficaz.
- c) Divulgação e Conscientização:** Estratégias para promover o guia e conscientizar sobre a importância da educação financeira sob a perspectiva da formação humana integral.

5.6 Avaliação do produto educacional

O produto educacional: Sem Aperto: Guia para Educação Financeira foi disponibilizado, por e-mail juntamente com um questionário eletrônico de avaliação, via *Google Forms*, aos estudantes que participaram das entrevistas, contemplando os terceiros anos dos cursos de Administração, Informática e Metalurgia do Ensino Médio do IFMG *Campus* Ouro Branco. O questionário eletrônico de avaliação do *Guia Educativo* considerou como critérios para avaliação o conteúdo, *layout*, linguagem, diagramação e relevância do material. A escolha pelos estudantes aqui se justifica devido ao recorte metodológico escolhido no início da coleta de dados, com os instrumentos aplicados mediante entrevista semiestruturada. A estrutura do questionário para a avaliação do produto educacional foi dividida em categorias, usando a escala *Likert*, valoradas pelos estudantes escolhidos para a etapa. Em cada categoria foi apresentado um tema central do produto, e logo em seguida, cinco proposições para serem pontuadas, sendo 1 (discordo totalmente); 2 (discordo parcialmente); 3 (nem concordo/nem discordo – neutro); 4 (concordo); 5 (concordo totalmente). Utilizamos também os critérios 1 (péssimo), 2 (ruim), 3 (regular), 4 (bom) e 5 (ótimo). O questionário inclui também uma pergunta sobre qual o tema de interesse em aprender mais. Por fim, ao participante da avaliação, foi disponibilizado registrar alguma observação, comentário ou contribuição acerca do *Guia Educativo* que considerasse relevante, e que pudesse não ter sido contemplada nos temas centrais da avaliação. A proposta de avaliação do produto educacional justifica-se na eficácia e funcionalidade do material produzido para EPT. A seguir apresentamos os resultados e discussões acerca das avaliações.

As avaliações demonstraram que os estudantes tiveram uma percepção positiva do guia. No que tange à qualidade técnica, todos os respondentes consideraram ótimo, atendendo ao critério proposto no eixo comunicacional do guia.

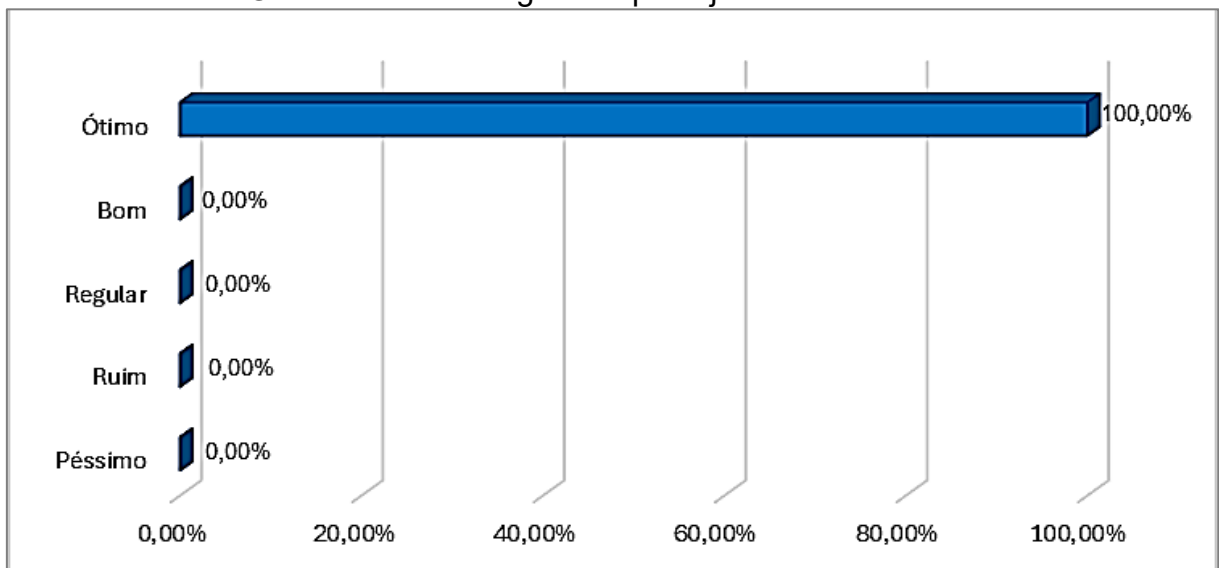
Gráfico 11- Avaliação da qualidade técnica do guia: imagem, elementos gráficos, hiperlinks



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A abordagem do tema planejamento financeiro também foi classificada como ótima por todos os estudantes, atendendo ao eixo conceitual desse tema.

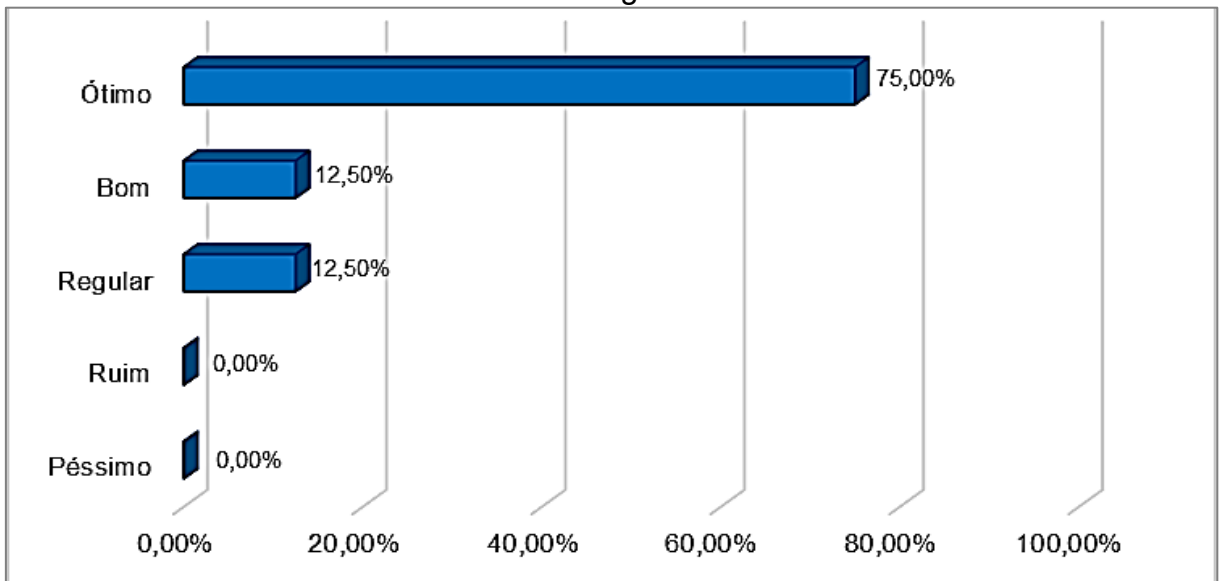
Gráfico 12- Abordagem de planejamento financeiro



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Em relação ao tema consumo, 75% dos estudantes consideraram ótimo, porém, observa-se que há espaço para melhoria do eixo conceitual, uma vez que 12,5% dos estudantes consideraram bom e 12,5% regular.

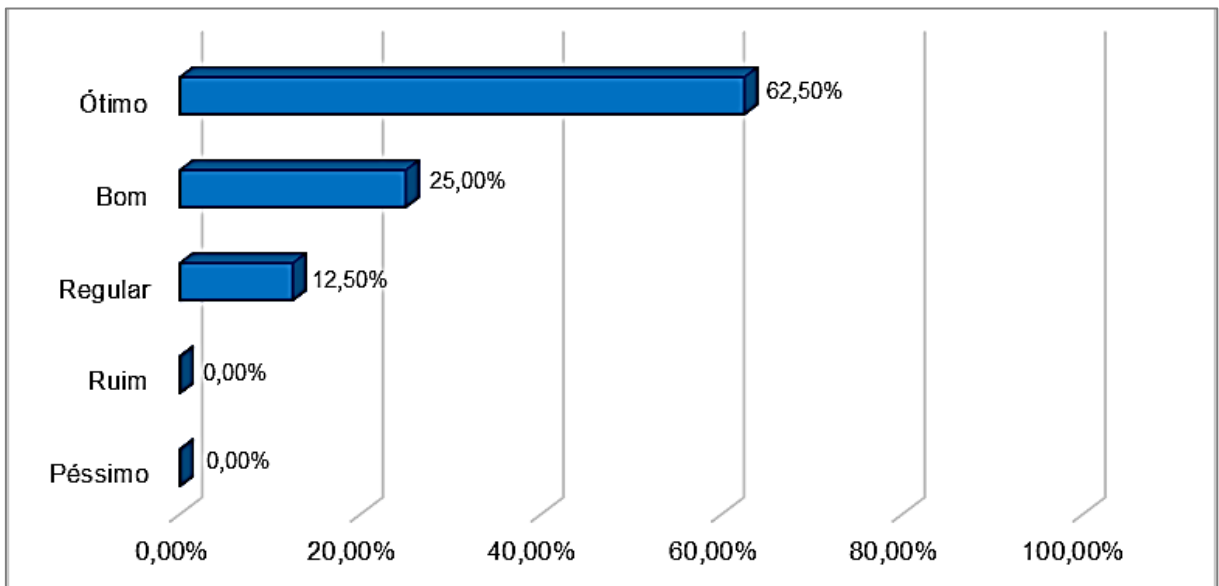
Gráfico 13- Abordagem de consumo



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No que diz respeito à abordagem do tema crédito, 62,5% dos estudantes consideraram ótimo, 25% bom e 12,5% regular, apontando assim, para a possibilidade de melhoria do eixo conceitual.

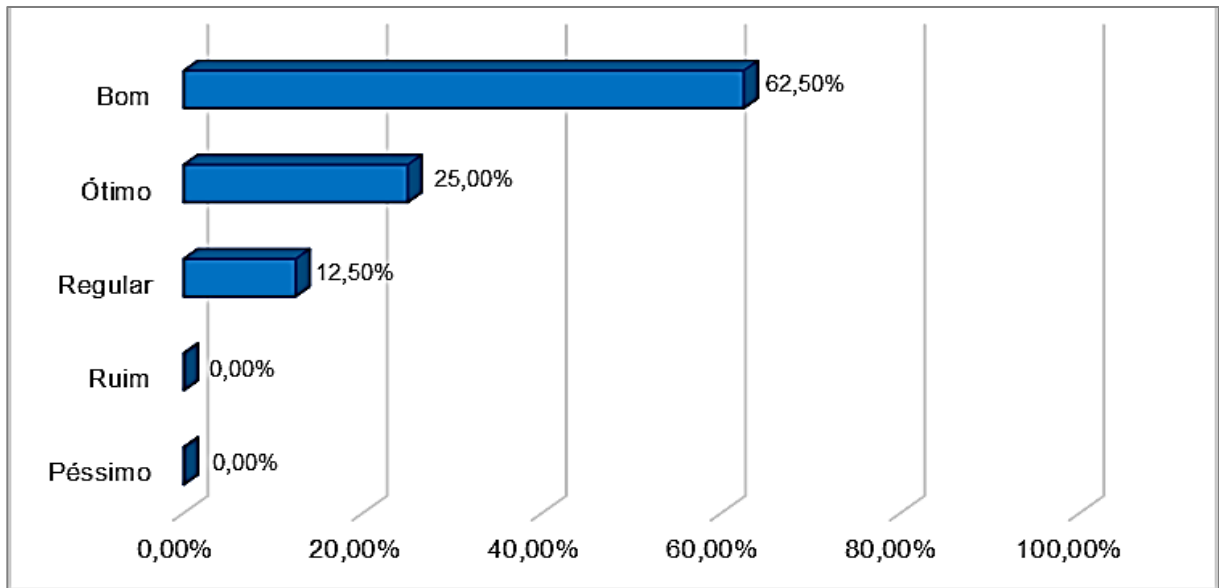
Gráfico 14- Abordagem de crédito



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

No que tange ao tema investimento, 62,5% dos estudantes consideraram ótimo, 25% consideraram bom e 12,5% regular, o que sugere espaço para aperfeiçoamento do eixo conceitual.

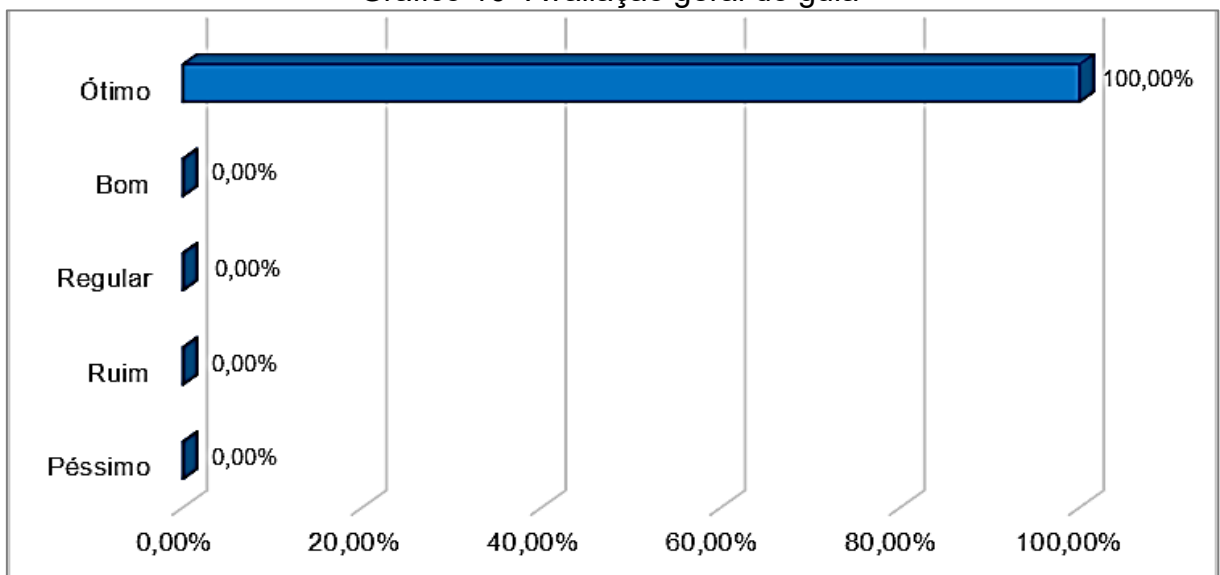
Gráfico 15- Abordagem de investimento



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A avaliação geral do guia foi considerada ótima por todos os estudantes, o que nos capacita de dizer que, embora melhorias possam ser realizadas, o guia apresenta conexão entre os eixos estabelecidos: conceitual, pedagógico e comunicacional.

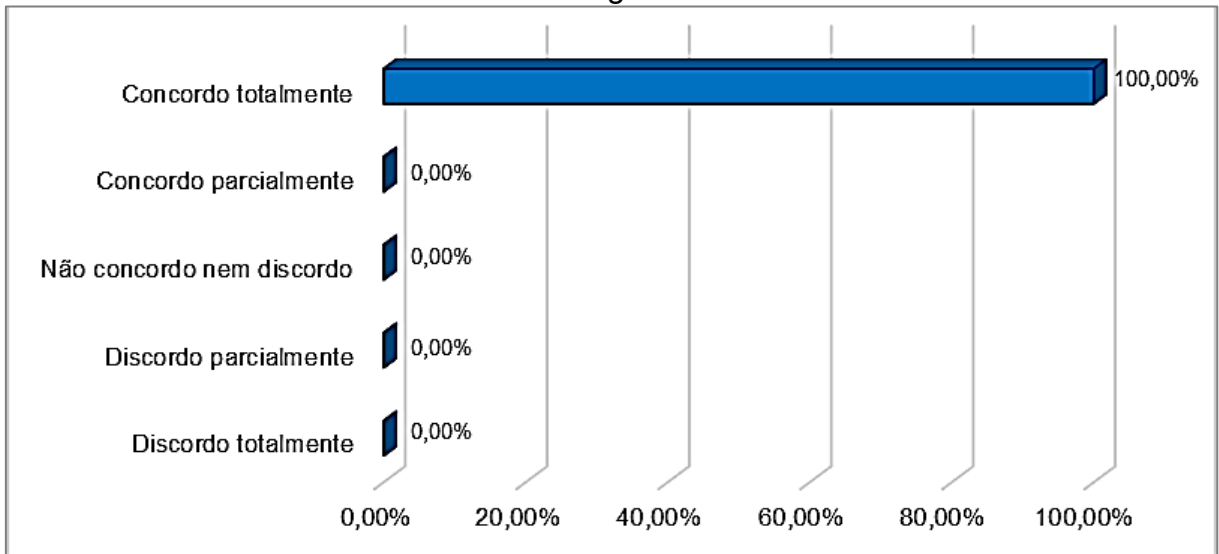
Gráfico 16- Avaliação geral do guia



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Todos os estudantes consideraram a relevância da conexão entre educação financeira e formação humana integral inserido no eixo conceitual do produto.

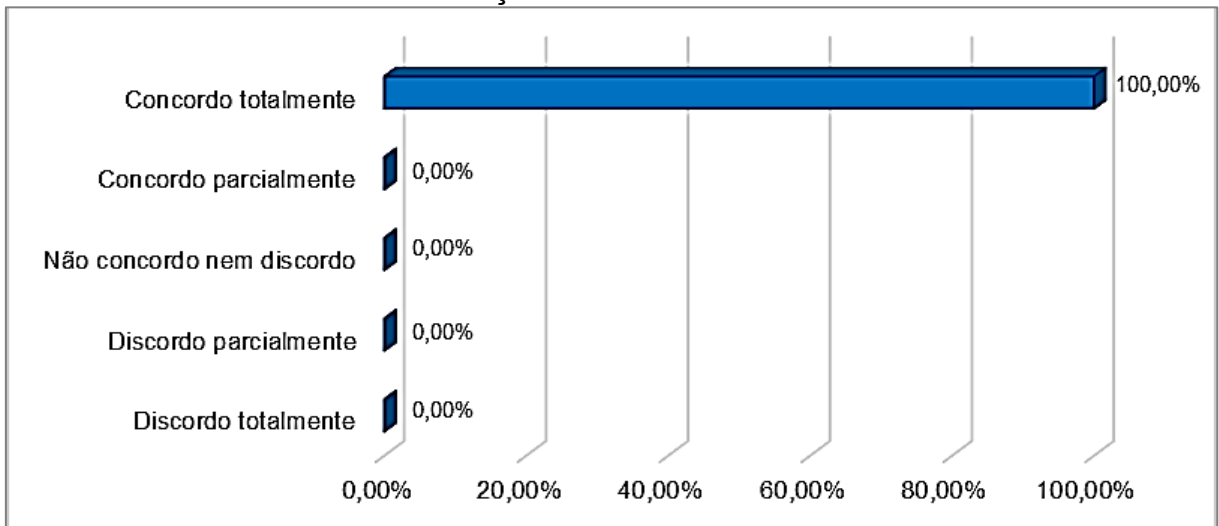
Gráfico 17- Abordagem da relevância da educação financeira e a formação humana integral



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Em relação ao guia como uma possibilidade de fortalecimento em educação financeira, todos os estudantes concordaram totalmente, validando o eixo pedagógico.

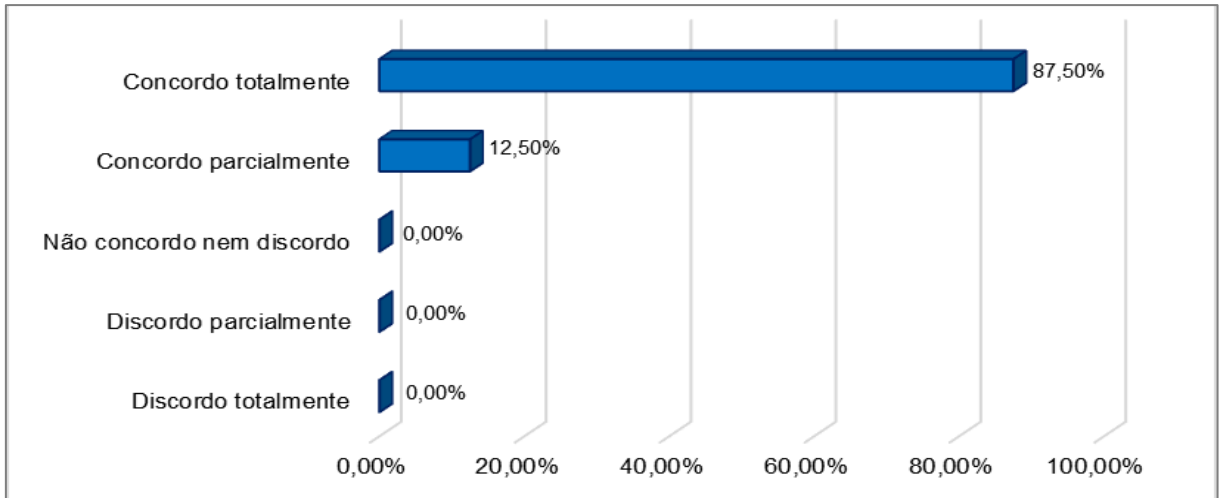
Gráfico 18- O guia como possibilidade de fortalecimento do conhecimento em educação financeira na EPT



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Concordaram totalmente que o guia promove uma compreensão crítica e autônoma em educação financeira, 87,5% dos estudantes, e 12,5% dos estudantes concordaram parcialmente.

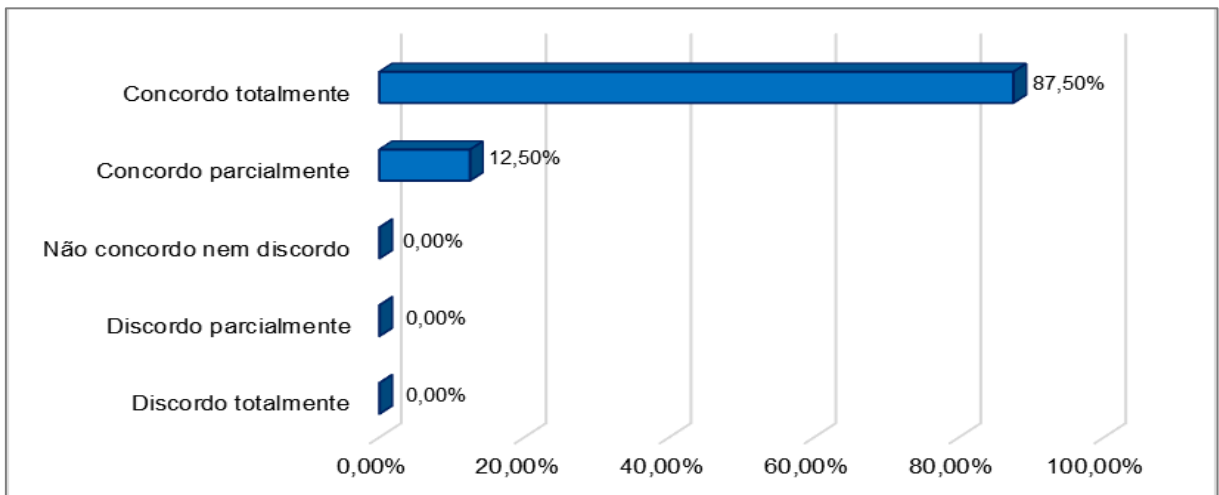
Gráfico 19 - O guia e a compreensão crítica e autônoma em educação financeira



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Em termos facilidade de acesso e navegação do guia, 87,5% dos estudantes concordaram totalmente e 12,5% dos estudante concordaram parcialmente.

Gráfico 20 - Facilidade de acesso navegação do guia



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

A resposta à pergunta: dentre os conceitos abordados, qual você teria interesse em conhecer mais? Ratificou as evidências indicadas nas entrevistas. O tema investimento é o maior interesse de 75% dos estudantes, educação financeira e formação humana integral e calculadora do cidadão foi citado como tema de maior interesse por 12,5% dos estudantes e ciclo do orçamento também por 12,5% dos estudantes. A última abordagem do questionário de avaliação foi de resposta facultativa com a abertura para que os respondentes deixassem seus comentários e

sugestões de melhoria para o guia, contemplando o total de respostas de quatro estudantes. Como citamos abaixo:

O guia é bem elaborado e com uma linguagem acessível para a maioria das pessoas (estudante 6)

Você está de parabéns, abordou diversas áreas importantíssimas dos temas profundamente e eles ficaram ótimos. (estudante 2)

Na parte de investimento, gostaria de que tivesse uma parte detalhada explicando passo a passo como investir, desde a abertura da conta em uma corretora ou instituição financeira até os melhores investimento para iniciantes. Penso que isso poderia guiar os jovens melhor, principalmente aqueles que não sabem nem por onde começar a investir. (estudante 8)

Adorei a forma como ficou o guia, muito bonito, fácil de entender e chamativo. Excelente trabalho! (estudante 5)

Complementarmente, o produto educacional foi encaminhado para docentes do terceiro ano do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco, visto tratar-se de tema interdisciplinar no Ensino Médio Integrado junto à Educação Profissional e Tecnológica, cujas práticas educativas relacionadas à temática devem abranger a maior quantidade possível de disciplinas, podendo, assim, contribuir para o fortalecimento do conhecimento em educação financeira dos estudantes. Dois docentes responderam ao questionário de avaliação colaborando com sugestões de melhorias. Em relação à qualidade técnica e abordagem do tema planejamento financeiro e investimento a avaliação ficou dividida entre os critérios bom e ótimo. Os temas consumo e crédito tiveram avaliação no critério bom e quanto à relevância do conteúdo para a formação humana integral e para o auxílio no fortalecimento do conhecimento e para a promoção de compreensão crítica e autônoma em educação financeira, a avaliação se concentrou no critério concordo totalmente. Já no que diz respeito à facilidade de navegação pelo conteúdo, a avaliação dividida entre concordo parcialmente e discordo parcialmente. De forma geral o *Guia Educativo* foi avaliado como bom. Um dos docentes registrou a percepção de que “o guia está bem planejado” e o outro docente observou que “o site ficou muito fragmentado, precisando abrir muitas novas páginas a cada passo. Mas reconheço que são vários subtemas tratados, o que dificultaria agrupar elementos. Essa foi minha sensação, mas não sei se haveria outro caminho. Parabéns pelo trabalho”

Ao final da análise das avaliações dos estudantes e docentes, concluímos que embora haja espaço para progresso em aspectos relevantes em relação aos conceitos de crédito, de consumo e de investimento entre outros, o *Guia Educativo* se constitui,

no geral, como possibilidade de fortalecimento para a educação financeira dentro da perspectiva de formação humana integral, junto aos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, ao final desta pesquisa, evidenciamos os conhecimentos em educação financeira necessários para a promoção da formação humana integral dos estudantes da EPT, como sendo aqueles capazes de inserir, na vida cotidiana desses estudantes, a condição prática para gerir seus recursos financeiros bem como direcioná-los a uma possibilidade de superação da ordem hegemônica do consumismo capitalista. O planejamento financeiro, gerenciado pelo orçamento e pelo estabelecimento de metas, foi abordado sob a perspectiva do consumo, do crédito e do investimento, como possibilidade de capacitar os educandos a tomarem decisões autônomas e saudáveis, de forma emancipadora. Os questionários e entrevistas aplicados nos proporcionaram as condições de entendimento da percepção dos estudantes, no que diz respeito aos conceitos propostos e de sua relevância para a formação humana integral.

Os resultados apontam, por um lado, para a insuficiência de conhecimento geral sobre educação financeira, e específico em relação a crédito e investimento. No que tange ao consumo, o posicionamento dos estudantes mostra-se atento às pressões impostas pela sociedade consumista, sendo possível observar em suas falas a preocupação em evitar o consumo desnecessário, ainda que as respostas aos questionários demonstrem que eventualmente os estudantes consomem itens desnecessários e por impulso. A importância de constituição de reserva financeira para a autonomia e segurança foi evidenciada nas entrevistas, em que também ficou demonstrada a insuficiência de conhecimentos em investimentos.

A pesquisa realizada validou o pressuposto de que os estudantes não possuem um conhecimento em educação financeira capaz de promover decisões autônomas e críticas, uma vez que declararam saber pouco em relação ao tema, o que pode imputar a eles decisões equivocadas, dada a insuficiência de conhecimento para a tomada de decisão. Esse conhecimento insuficiente está refletido no endividamento da população brasileira, que usa o crédito como forma de inclusão na sociedade de consumo, pois, nessa sociedade, o padrão imposto determina que aquele que não consome deve ficar na periferia da sociedade e, assim, esse modelo imputa a todos que desejam estar incluídos na sociedade, um nível de consumo na maioria das vezes incompatível com a renda, levando ao endividamento e à impossibilidade de

constituição de reserva financeira para realização de objetivos e segurança financeira no futuro.

Os desafios para a educação financeira considerando a constituição do indivíduo omnilateral estão, entre outros, na incapacidade da escola, que ainda não consegue efetivar a proposta do currículo integrado. Iniciativas isoladas, ou conteúdos apresentados em disciplinas específicas do curso de administração apontaram para a insuficiência de resultados no contexto da educação financeira inserida na proposta de formação humana integral. A precarização cada vez maior na renda das famílias também se coloca como fator desafiador.

Ainda assim, as possibilidades se inserem no mesmo contexto, pois a estrutura e a concepção dos IFs estão centradas na proposta de formação omnilateral, que preconiza a inserção do jovem como cidadão pleno e capaz de decisões críticas e autônomas. Se, por um lado, a integralização não acontece, por outro ela é a razão de ser dos IFs. Para que ela ocorra efetivamente, todos os esforços devem ser envidados no intuito de que o passo concreto dado com a criação dos IFs não se transforme apenas em um programa que se prendeu ao texto de sua criação.

Dentro do campo das possibilidades, apontamos também a potência que as pesquisas podem trazer para subsidiar e amparar o desenvolvimento de atividades reflexivas no que tange ao uso dos produtos educacionais como forma de integração. Propomos também que outras pesquisas sejam realizadas no contexto da economia comportamental, para discussão e aprofundamento do conhecimento sobre como os modelos cognitivos interferem na tomada de decisão, quer em relação a consumo, crédito ou investimento.

Buscamos, dessa forma, trazer o incentivo ao conhecimento e à prática da educação financeira, e esperamos que o produto educacional possa apoiar o fortalecimento do aprendizado do referido tema. Faz-se necessário salientar, porém, que o conhecimento em si não determina a sua prática, mas também que não é possível agir em relação a algo que não se conhece. Sendo assim, “a assunção se vai fazendo cada vez mais assunção na medida em que ela engendra novas opções, por isso mesmo em que ela provoca ruptura, decisão e novos compromissos” (Freire, 2022, p. 41). Essa é a proposta de educação financeira que almejamos na constituição do indivíduo omnilateral.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 6. ed. tradução Wolfgang Leo Mar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023

AMARAL, Leandra de Lourdes Rezende; ARANTES, Gabriel Gonçalves; BERNARDES Maria Beatriz Junqueira. Consumo consciente por meio da educação ambiental na escola. **Revista Ensino de Geografia** (Recife) v.3, n. 1, 2020 DOI: <https://doi.org/10.38187/regeo2020.v3n1id244511>.

ANBIMA - **Raio X do Investidor Brasileiro** – ANBIMA. Disponível em: https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-brasileiro.htm?utm_source=page_pesquisas. Acesso em 4 jan.2024.

ANDRÉ, Marli E.D.A; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 2012.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas 2007. **Banco Central do Brasil**. Calculadora do cidadão. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao>. Acesso em 2 maio.2024

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. **Brasil**: implementando a estratégia nacional de educação financeira. 2015. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em 18 set.2023

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. **Comunicado FBEF nº 3, de 30 de maio de 2022**. Divulga Relatório Anual do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). 30/05/2022a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/FBEF-Comunicado-03-2022.pdf. Acesso em 7 jun.2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. **Comunicado nº 34.201 de 12/9/2019**. Divulga princípios para a promoção da Educação Financeira por parte das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. 12 set.2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202210/RELESTAB202210-refPub.pdf>. Acesso em 22 set.2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. **Relatório de Estabilidade Financeira**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202304/RELESTAB202304-refPub.pdf> Acesso em 11 out.2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, João Paulo Monteiro *et al.* **Educação financeira**: contribuições de uma proposta de prática pedagógica integradora para o fortalecimento do ensino médio integrado, 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. A sociedade dos consumidores. In: **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008. Edição em ePub, n.p.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa / Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BONA, André. **O investimento perfeito: como investir em qualquer cenário econômico com segurança**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. 2016a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em: 15 out.2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Ensino Médio versão final**. 11 maio, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em 1º out.2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.393, de 09 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira FNEF . Brasília – DF: Diário Oficial da União. 09 jun.2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 7 jun.2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Criava nas capitais dos estados da República escolas de aprendizes e artífices para o ensino profissional, primário e gratuito. 23 set.1909. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7566&ano=1909&ato=3340zaq1UeNRVT520> Acesso em 8 jun.2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Instituí a Estratégia Nacional de Educação financeira – ENEF, dispunha sobre a sua gestão e dava outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União. 30 maio, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm Acesso em 7 jun.2023.

BRASIL. **Documento orientador de APCN Área 46: Ensino**. Ministério da Educação: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 10 jun.2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União. 29 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 07 jul.2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 16 de fevereiro de 2017a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13415.htm. Acesso em 5 dez.2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 21 de setembro de 2012, Seção 1 páginas 22/24). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192 Acesso em 1º dez.2023.

BRASIL. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016.** Publicada no DOU nº 98, terça-feira, 24 de maio de 2016 b- seção 1, páginas 44, 45, 46. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf> 2016b. Acesso em: 10 jun.2023.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Ministério da Educação, 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 28 nov.2023.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos.** São Paulo: Atlas, 2013.

CALDART, Roseli Salete *et al* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Murilo. **Orçamento familiar:** felicidade e dinheiro podem ser da mesma família. São Paulo: Editora dos Editores, 2019.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC)**. CNC: SESC, SENAC, maio, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/06/peic-endividamento-familias-CNC-maio-2023.pdf>. Acesso em: 1º out.2023.

COSTA, Marcos Antônio Andrade da. **A educação financeira na formação profissional e tecnológica**: uma proposta cognitivo-comportamental. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Anápolis, Goiás, 2022. 159 p.

CUNHA, Jéssica de Almeida *et al.* Politecnicidade e currículo integrado na Rede Federal de Ensino: contextos e desafios na Educação Profissional e Tecnológica de nível médio. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, v. 4, nº especial, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/634/465>. Acesso em: 1º dez.2023.

DOMINGOS, Reinaldo. **Ter dinheiro não tem segredo**: educação financeira para jovens. São Paulo: DSOP, 2011.

FERREIRA, João Batista; CASTRO, Iara Maria. Educação Financeira: nível de conhecimentos dos alunos de uma Instituição de Ensino Superior. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 12, n. 1, p. 134-156, 2020.

FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos). **Índice de Saúde Financeira do Brasileiro 2022 (I - S F B)**: Resultados 2024. Desenvolvido pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), em cooperação técnica com o Banco Central do Brasil e membros do Sistema Financeiro Nacional. Outubro de 2024. Disponível em: https://pefmbddiag.blob.core.windows.net/cdn/downloads/A_Saude_Financeira_do_Brasileiro_2024.pdf. Acesso em: 11 Julho de 2025.

FONTE, Sandra Soares Della. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 6–19, 2018. DOI: 10.36524/profept.v2i2.383. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>. Acesso em: 1º dez.2023.

FRAGA, Marinette Santana. **Pobreza e capitais**: a voz das pessoas em situação de pobreza e suas práticas de mobilização de capitais. Belo Horizonte, 2020.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREIRE, G. G. *et al.* Produtos Educacionais do Mestrado em Ensino da UTFPR – Londrina: estudo preliminar das contribuições. **Polyphonia**, v. 28, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rp.v28i2.52761>. Acesso em 20 dez.2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento.** Rio de Janeiro: UERJ, LLP, 2018.

¹ GUIMARÃES, Maria do Carmo Leite. *Concepções, crenças e conhecimentos: contribuições para a formação de professores.* **Quadrante**, Lisboa, v. 19, n. 1, p. 81–102, 2010. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/11019/1/ConcepCrenConhec_Quadrante_pp81-102.pdf. Acesso em: 16 maio 2025.

GONÇALVES, M.; NEVES, R. F. C. Educação financeira como estratégia na formação integral dos estudantes da educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 20, p. 10019, 2021. DOI: 10.15628/rbept.2021.10019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/10019>. Acesso em: 13 out. 2023.

LOSANO, Luciana Aparecida Borges. **Design de Tarefas de Educação Financeira para o 6º ano do Ensino Fundamental.** 2013. Dissertação de Mestrado profissional em Educação Matemática–Universidade Federal de Juiz de Fora.

KAHNEMAM, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez 2001.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012

MARX, Karl. **Sobre a Questão Judaica.** Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro.** Florianópolis: Insular, 2013.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna.** Campinas: Editora Alínea, 2017.

METTE, Frederike Monica Budiner. **O processo de tomada de decisão de compra a prazo: o efeito das diferenças individuais, do tipo de produto e das condições de pagamento.** Tese Doutorado: Universidade Federal do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós- graduação em Administração, São Leopoldo, 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Bontempo, 2008.

MINAS GERAIS. **Resolução nº 29 de 11 de julho de 2022.** Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG e revogação da Resolução nº 33/2021. Ministério da Educação: Secretaria de Educação profissional e tecnológica Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais Conselho Superior do IFMG. Belo Horizonte, 11 jul.

2022. Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/portal/sobre-o-ifmg/conselho-superior/resolucoes/2021/SEI_1249847_Resolucao_do_Conselho_Superior_29.pdf. Acesso em: 1º out.2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MIRA, E. C.; DINIZ, M. de F. . Os limites da educação financeira sob a perspectiva da economia comportamental. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 756–775, 2022. DOI: 10.7769/gesec.v13i3.1365. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1365>. Acesso em: 10 de abril. 2025

MOREIRA, Eduardo. **Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021a.

MOREIRA, Eduardo. **O que os donos do poder não querem que você saiba**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021b.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integrada? **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013000300010>. Acesso em 8 jun.2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilson Alves de; PACHECO, Marcelo Marques. **Mercado financeiro**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional Ltda, 2017.

OLIVEIRA, Adilson Ribeiro de *et al.* **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis**. Curitiba: CRV, 2020.

OLIVEIRA, Roberto Guena de. A teoria do Consumidor. *In*: GREMAUD, Amaury Patric [*et al.*]; organizadores PINHO, Diva Benevides, VADCONCELOS, Marco Antônio S de e TONETO, Rudnei Jr. **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva 2011.

ONOFRE, Joelson Alves. **Escola, currículo e formação docente: desafios na contemporaneidade**. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/69/78> v. 2, n. 2 (2017). Acesso em 10 dez.2023.

PAGÁN, J. B. Función didáctica de los materiales curriculares. **Pixel Bit. Revista de Medios y Educación**, v. 5, p. 29-46, 1995. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/pixel/article/view/61077>. Acesso em 20 dez.2023.

PARAÍSO, Marlucy Alves. O Currículo entre a busca por “Bom Desempenho” e a garantia das diferenças. *In*: SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão *et al* (orgs.). **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 734p. (Didática e prática de ensino).

PERISSÉ, Gabriel. **Formação Integral: educação financeira como tema transversal**. São Paulo: DSOP, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017 DOI: 10.36524/ept.v1i1.356. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>. Acesso em: 8 jun.2023.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Trad Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1998.

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças Pessoais para todas as idades: um guia prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

SAVIANI, Demerval. Educação escolar, currículo e sociedade. **Movimento Revista de Educação**. Faculdade de Educação: Programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal Fluminense. Ano 3, n.4, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329113714_EDUCACAO_ESCOLAR_CURRICULO_E_SOCIEDADE_o_problema_da_Base_Nacional_Comum_Curricular. Acesso em 1º dez.2023

SERASA. **53% dos brasileiros dizem estar otimistas com as finanças em relação aos últimos anos, revela Serasa**. 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/brasileiros-dizem-estar-otimistas-com-as-financas/>. Acesso em 10 out.2023.

SOARES, Fabricio Pereira. **Os debates sobre a educação financeira em um contexto de financeirização da vida doméstica, desigualdade e exclusão financeira**. Tese de Doutorado Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Sociais, 2017.

SOUSA, R. de A., LOBÃO, M. S. P.; FREITAS, R. G. de A. Educação financeira à luz da BNCC: concepções de docentes do ensino profissional e tecnológico. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 49, e251296, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/StmPNgBPypMGZ7rKQ3WJGdj/>. Acesso em: 13 out.2023.

THALER, Richard H. Nudge: **Como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade**. Casa R Sustein: tradução Angelo Lessa. Rio de Janeiro. Objetiva 2019.

VIEIRA, Jéssica Karolinne; LINS, Raphael Almeida; DA SILVA, Silvano Luiz. A importância da educação financeira para aumento de eficiência no planejamento e controle de finanças pessoais. **Ciência & Mindset: Desafios Contemporâneos** (2020). Disponível em: https://conafasf.fasf.com.br/anais_dir/2020/A1A2.pdf. Acesso em: 7 Jan. 2025.

YIN, Robert k. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre. Penso, 2016.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: Desafios e Possibilidades de Promoção do Indivíduo Omnilateral”. Essa pesquisa se justifica por ser uma oportunidade de fortalecimento do conhecimento da educação financeira como possibilidade de formação humana integral e emancipadora, podendo ampliar sua prática, tornando os cidadãos críticos e conscientes. Intencionamos que os resultados obtidos na pesquisa contribuam com a literatura, proporcionando uma fonte de informação válida e significativa dentro do conceito de fortalecimento do conhecimento da Educação Financeira como formação humana integral na EPT.

O objetivo geral deste projeto será investigar os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes do Terceiro ano do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco. Esta pesquisa também se compromete a compreender os conceitos elementares do planejamento financeiro na concepção dos estudantes e identificar a concepção dos estudantes sobre os conhecimentos de educação financeira, considerando consumo, crédito e investimento. Sua participação na pesquisa consistirá em uma entrevista estruturada, que ocorrerá de forma individual em sala com iluminação e ventilação confortável disponibilizada no campus Ouro Branco, no formato presencial, com realização de gravação de voz e transcrição do conteúdo na íntegra. O tempo estimado para a realização da entrevista é de até 30 (trinta) minutos e será agendada previamente via e-mail, de acordo com a sua disponibilidade.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO, ASSISTÊNCIA, BENEFÍCIOS e RISCOS: O participante será acompanhado pela professora membro da equipe pesquisadora e docente do IFMG, Profa. Gláucia do Carmo Xavier, com vasta experiência em Metodologia de Pesquisa que também poderá te auxiliar durante o processo de entrevista. Estima-se que a pesquisa traga benefícios aos participantes pois os mesmos terão acesso conhecimento da possíveis conclusões sobre as adaptações das práticas educativas visando a inclusão de alunos com deficiência como possibilidade de formação humana integral, e poderão ampliar sua prática, tornando-os cidadãos críticos e conscientes e que os resultados obtidos na pesquisa contribuam com a literatura, proporcionando uma fonte de informação válida e significativa dentro da EPT . Ressaltamos o compromisso dos pesquisadores na divulgação dos resultados da pesquisa de forma acessível ao grupo ou população que foi pesquisada. Por fim, mas não menos importante, a pesquisa trará como benefício a elaboração de um produto educacional disponibilizado no Repositório Institucional, no formato de vídeo, com conteúdo a ser estabelecido a partir dos pontos de fragilidade de conhecimento sobre os conceitos relacionados ao tema identificados por meio das entrevistas realizadas. Não havendo menção direta de frases ou depoimentos apresentados na entrevista. A validação do produto educacional se dará por meio de questionário por Google forms, anônimo a ser respondido pelos participantes após a apresentação do Guia aos participantes. Os questionários serão armazenados em arquivos digitais, em um HD externo com arquivos protegidos com senha por pelo menos 5 anos

Ao participar da entrevista, você poderá se sentir desconfortável com algumas questões, se isso acontecer, você poderá parar o preenchimento ou a resposta, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalidade Esta

pesquisa poderá apresentar possíveis riscos implicados na sua participação, tais como: presença do sentimento de medo de não saber responder as perguntas da entrevista; receio de ser identificado na escrita e divulgação da pesquisa; vergonha ao responder às perguntas; sensação de aborrecimento e/ou impaciência durante a condução da entrevista; constrangimento, emoção ou cansaço físico e mental ao lidar com determinadas perguntas; desconforto ao responder as questões apresentadas na entrevista; medo com as eventuais repercussões que o estudo acarretar.

Pensando nisso, elaboramos algumas medidas para redução de todos esses riscos, tais como: possibilidade de pausa ou interrupção da entrevista, sempre que solicitado; liberdade de recusa, caso você não queira responder alguma (s) pergunta(s) que gerem qualquer tipo de desconforto; em qualquer momento, a gravação da entrevista poderá ser solicitada; realização de escuta atenta de suas respostas. Ainda como ação mitigadora dos riscos, todos os procedimentos terão acompanhamento integral pelo educadora, professora Dra. Gláucia do Carmo Xavier, do quadro efetivo do IFMG, pelo tempo que for necessário, para auxiliar todos os participantes.

ARMAZENAMENTO DE DADOS: toda a entrevista será transcrita e serão armazenadas tanto a transcrição quanto a gravação de voz, em arquivos digitais, em um HD externo com arquivos protegidos com senha por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, todo o material será descartado e durante o prazo de armazenamento somente terão acesso às mesmas o/a pesquisador (a) e seu/sua orientador (a).

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido (a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa ou desistência em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada com os pesquisadores e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei receber ou solicitar novas informações. A pesquisadora Sandra Pereira Santos Miranda certifica-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas, exclusivamente relativas ao projeto, poderei chamar a pesquisadora citada acima nos contatos: sandrapsm_@hotmail.com, telefone 31 988886551 Rua José Joaquim de Queiroz Junior 291 - Pioneiros Ouro Branco Minas Gerais. Ou o CEP/IFMG no endereço: Av. Professor Mário Werneck, 2590, 8º andar, sala 805, Belo Horizonte, MG. Telefone: (31) 2513-5249, E-mail: cepe@ifmg.edu.br.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do participante: _____.

Assinatura do pesquisador: _____.

Ouro Branco MG, _____ de _____ de 20____.

Em caso de dúvida, incômodo, reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG. Esse comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - PARA RESPONSÁVEIS POR PARTICIPANTES MENORES DE 18 ANOS, INCAPAZES, NÃO ALFABETIZADO OU IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Você, responsável pelo (a) _____ que foi convidado (a) para ser voluntário (a) a participar da pesquisa “Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: Desafios e Possibilidades de Promoção do Indivíduo Omnilateral”. Essa pesquisa se justifica ser uma oportunidade de fortalecimento do conhecimento da educação financeira como possibilidade de formação humana integral e emancipadora, podendo ampliar sua prática, tornando os cidadãos críticos e conscientes. Intencionamos que os resultados obtidos na pesquisa contribuam com a literatura, proporcionando uma fonte de informação válida e significativa dentro do conceito de fortalecimento do conhecimento da Educação Financeira como formação humana integral na EPT. O objetivo geral deste projeto será investigar os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes do Terceiro ano do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco. Esta pesquisa também se compromete a compreender os conceitos elementares do planejamento financeiro na concepção dos estudantes e identificar a concepção dos estudantes sobre os conhecimentos de educação financeira, considerando consumo, crédito e investimento

O procedimento de coleta de dados será uma entrevista estruturada, que ocorrerá de forma individual em sala com iluminação e ventilação confortável disponibilizada no campus Ouro Branco, no formato presencial, com realização de gravação de voz e transcrição do conteúdo na íntegra. O tempo estimado para a realização da entrevista é de até 30 (trinta) minutos e será agendada previamente via e-mail, de acordo com a disponibilidade do participante.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA, BENEFÍCIOS E RISCOS: O participante pelo qual você é responsável legal será acompanhado pelo professor Pedro Xavier da Penha membro da equipe pesquisadora e docente do IFMG *Campus* Ouro Branco, com experiência em metodologia de pesquisa que poderá o auxiliar durante o processo de entrevista. Estima-se que a pesquisa traga benefícios aos participantes pois os mesmos terão acesso ao fortalecimento do conhecimento da educação financeira como possibilidade de formação humana integral, e poderão ampliar sua prática, tornando-os cidadãos críticos e conscientes e que os resultados obtidos na pesquisa contribuam com a literatura, proporcionando uma fonte de informação válida e significativa dentro do conceito de fortalecimento do conhecimento da Educação Financeira como formação humana integral na EPT. Outra possibilidade para os estudantes, é uma reflexão crítica a respeito do que seja a Educação Financeira para a emancipação. Ressaltamos o compromisso dos pesquisadores na divulgação dos resultados da pesquisa de forma acessível ao grupo ou população que foi pesquisada. Por fim, mas não menos importante, a pesquisa trará como benefício a elaboração de um produto educacional disponibilizado no Repositório Institucional, no formato de Guia Educativo, com conteúdo a ser estabelecido a partir dos pontos de fragilidade de conhecimento sobre os conceitos relacionados ao tema identificados por meio das entrevistas realizadas, não havendo menção direta de frases ou depoimentos apresentados na entrevista. A validação do produto educacional se dará por meio de questionário por Google forms, anônimo a ser respondido pelos participantes após a apresentação do Guia aos participantes. Os questionários serão

armazenados em arquivos digitais, em um HD externo com arquivos protegidos com senha por pelo menos 5 anos. Ao participar da entrevista, seu (sua) filho (a) poderá se sentir desconfortável com algumas questões, se isso acontecer, seu (sua) filho (a) poderá parar o preenchimento ou a resposta, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalidade. Esta pesquisa poderá apresentar possíveis riscos implicados na participação seu (sua) filho (a), tais como: presença do sentimento de medo de não saber responder as perguntas da entrevista; receio de ser identificado na escrita e divulgação da pesquisa; vergonha ao responder às perguntas; sensação de aborrecimento e/ou impaciência durante a condução da entrevista; constrangimento, emoção ou cansaço físico e mental ao lidar com determinadas perguntas; desconforto ao responder as questões apresentadas na entrevista; medo com as eventuais repercussões que o estudo acarretar.

Pensando nisso, elaboramos algumas medidas para redução de todos esses riscos, tais como: garantia espaço reservado para os momentos da entrevista, em sala fechada, com luz adequada, com oferecimento de água e café, propiciando assim privacidade e conforto para que seu (sua) filho (a) se sinta mais confortável e à vontade para prestar as informações que embasarão o estudo; possibilidade de pausa ou interrupção da entrevista, sempre que solicitado; liberdade de recusa, caso seu (sua) filho (a) não queira responder alguma(s) pergunta(s) que gerem qualquer tipo de desconforto; em qualquer momento, a gravação da entrevista poderá ser solicitada; realização de escuta atenta de suas respostas; Acompanhamento integral pelo educador, professor Pedro Xavier da Penha, do quadro efetivo do IFMG *Campus* Ouro Branco, pelo tempo que for necessário

ARMAZENAMENTO DE DADOS: toda a entrevista será transcrita e serão armazenadas tanto a transcrição quanto a gravação de voz, em arquivos digitais, em um HD externo com arquivos protegidos com senha por pelo menos 5 anos, conforme Resoluções do CNS nº 466/12 e nº 510/16 e, com o fim deste prazo, todo o material será descartado e durante o prazo de armazenamento somente terão acesso às mesmas o/a pesquisador (a) e seu/sua orientador (a).

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você e o participante pelo qual você é responsável, serão esclarecidos (as) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a autorizar a participação, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação é voluntária e a recusa ou desistência em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. O (s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a identidade dos participantes com padrões profissionais de sigilo. O nome ou o material que indique a participação não será liberado sem a sua permissão. Seu filho (sua filha), não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma via deste consentimento será arquivada com os pesquisadores e outra será fornecida a você.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Se houver algum dano, decorrente da pesquisa, você terá direito a buscar indenização, por meio das vias judiciais.

Eu, _____ fui informada (o) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei receber ou solicitar novas informações. A pesquisadora Sandra Pereira Santos Miranda certifica-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas, exclusivamente relativas ao projeto, poderei chamar a pesquisadora citada acima nos contatos: sandrapsm_@hotmail.com; telefone 31.988886551, Rua José Joaquim de Queiroz Júnior 291- Pioneiros – Ouro Branco Minas Gerais. Ou o CEP/IFMG no e-mail cepe@ifmg.edu.br e telefone (31) 2513 5249 Av. Professor Mário Werneck, 2590, 8º andar, sala 805, Buritis, Belo Horizonte, Minas Gerais

Declaro que autorizo a participação do (a) meu (minha) filho (filha) nesse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura do responsável: _____.

Assinatura do pesquisador: _____.

Ouro Branco MG, _____ de _____ de 20____.

Em caso de dúvida, incômodo, reclamação quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFMG. Esse comitê é formado por um grupo de pessoas que têm por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e assim, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas

APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Para participantes de 16 a 17 anos

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa sobre. “Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: Desafios e Possibilidades de Promoção do Indivíduo Omnilateral” O objetivo geral deste projeto será investigar os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes do Terceiro ano do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco. O motivo que leva a fazer esta pesquisa é ser uma oportunidade de fortalecimento do conhecimento da educação financeira como possibilidade de formação humana integral e emancipadora, podendo ampliar sua prática.

Para participar deste estudo você precisará participar de uma entrevista semiestruturada, que ocorrerá de forma individual em sala com iluminação e ventilação confortável disponibilizada no campus Ouro Branco, no formato presencial, com realização de gravação de voz e transcrição do conteúdo na íntegra. O tempo estimado para a realização da entrevista é de até 30 (trinta) minutos e será agendada previamente via e-mail, de acordo com a sua disponibilidade e responder a um questionário por *Google Forms*, anônimo após a apresentação do produto educacional Guia Educativo aos participantes.

Você foi escolhido em participar porque é aluno do Terceiro Ano no IFMG *Campus* Ouro Branco que compõe o foco da pesquisa

Sou a pessoa responsável pelo trabalho de pesquisa, meu nome é Sandra Pereira Santos Miranda. Você será acompanhado pelo professor Pedro Xavier da Penha membro da equipe pesquisadora e docente do IFMG *Campus* Ouro Branco, com experiência em metodologia de pesquisa que poderá te auxiliar durante o processo de entrevista. Nesta pesquisa quero saber quais os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes do Terceiro ano do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco e vou te explicar todas as informações do projeto e o que você precisará fazer. Você pode fazer perguntas que te ajudem a entender a pesquisa e pode desistir de participar a qualquer momento. Você não é obrigado (a) a participar e a responder as perguntas, ou fazer as atividades propostas. Se você ficar incomodado com alguma etapa da pesquisa, você pode falar para um adulto que tenha confiança. Para participar deste estudo, o seu responsável deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você ou o seu responsável poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento.

É possível que aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos como, você poderá se sentir desconfortável com algumas questões, se isso acontecer, você poderá parar o preenchimento ou a resposta, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalidade Esta pesquisa poderá apresentar possíveis riscos implicados na sua participação, tais como: presença do sentimento de medo de não saber responder as perguntas da entrevista; receio de ser identificado na escrita e divulgação da pesquisa; vergonha ao responder às perguntas; sensação de aborrecimento e/ou impaciência durante a condução da entrevista; constrangimento, emoção ou cansaço físico e mental ao lidar com determinadas perguntas; desconforto

ao responder as questões apresentadas na entrevista; medo com as eventuais repercussões que o estudo acarretar.

Pensando nisso, elaboramos algumas medidas para redução de todos esses riscos, tais como: garantia espaço reservado para os momentos da entrevista, em sala fechada, com luz adequada, com oferecimento de água e café, propiciando assim privacidade e conforto para que se sinta mais confortável e à vontade para prestar as informações que embasarão o estudo; possibilidade de pausa ou interrupção da entrevista, sempre que solicitado; liberdade de recusa, caso você não queira responder alguma(s) pergunta(s) que gerem qualquer tipo de desconforto; em qualquer momento, a gravação da entrevista poderá ser solicitada; realização de escuta atenta de suas respostas. Acompanhamento integral pelo educador, professor Pedro Xavier da Penha, do quadro efetivo do IFMG *Campus* Ouro Branco, pelo tempo que for necessário.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão descartados de maneira ecologicamente correta.

Se você tiver alguma dúvida sobre a pesquisa, você pode pedir para seus responsáveis entrarem em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais no telefone (31) 2513-5249, ou pelo e-mail: cepe@ifmg.edu.br.

Você ficará com uma via deste termo, assinada por mim e por você.

Eu, _____ declaro que entendi e concordo em participar.

Assinatura do participante: _____.

Eu, Sandra Pereira Santos Miranda, declaro que forneci, de forma apropriada, todas as informações referentes à pesquisa ao participante.

Assinatura do Pesquisador: _____

Ouro Branco MG, _____ de _____ de 20____.

APÊNDICE D – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PRELIMINAR DE REALIZAÇÃO DE PESQUISA (TAPRP)

O Diretor Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia campus Ouro Branco, Haroldo Lacerda de Brito, autoriza de forma preliminar, a realização do projeto intitulado: Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: Desafios e Possibilidades de Promoção do Indivíduo Omnilateral.

A pesquisa será realizada pelo (a) pesquisador (a) Sandra Pereira Santos Miranda, aluna do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT/IFMG, sob a orientação do Prof. Pedro Xavier da Penha, vinculado ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT/IFMG. Tendo ciência de que a referida pesquisa terá abrangência local.

Ressalto que fui informado (a) pelo(a) pesquisador(a) responsável pelo estudo sobre todas as informações relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa, como também das atividades que serão, especificamente, realizadas na instituição por mim representada. O objetivo principal da pesquisa é investigar os conhecimentos em Educação Financeira necessários à promoção da formação humana integral dos estudantes do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco

Durante o desenvolvimento da pesquisa serão realizadas as seguintes atividades: aplicação de questionário para todos os alunos do Terceiro Ano do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco e dentre os respondentes, seleção aleatória de oito estudantes para entrevista do Ensino Médio Integrado do IFMG *Campus* Ouro Branco, sendo dois estudantes de cada um dos cursos Técnicos de Administração, Informática e Metalurgia.

Declaro que, os pesquisadores, aluno (a) executor(a) e seu (sua) orientador (a) foram informados sobre as regras institucionais e a elas estarão sujeitos, durante toda a realização da pesquisa na instituição. A aquisição de dados, estará sujeita também a Termos de Autorização de Uso de Imagem e Voz (TAUIV), mesmo que a imagem e voz seja utilizada apenas para transcrição prévia dos pesquisadores, bem como a Lei Geral de Proteção de Dados (L13709), atentando-se ao tipo de dado (pessoais e/ou sensíveis) que será obtido ou consultado. Todas as determinações explicitadas devem ser seguidas até o término da pesquisa, sob chancela de possível retirada da autorização, sem a necessidade de um aviso prévio por parte da instituição.

Afirmo ainda ser necessária a apresentação, para início da coleta de dados e emissão do Termo de Autorização Definitivo de Realização de Pesquisa, do parecer consubstanciado APROVADO emitido por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos vinculado à CONEP, e garantia de ciência das Resoluções Éticas determinadas pela legislação brasileira, destacando-se as Resoluções CNS 466/12 e 510/16.

E por fim, declaro que esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição proponente, do projeto de pesquisa relacionado neste termo, e de seus deveres como garantidora de condições mínimas necessárias para a segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa.

Atenciosamente

Ouro Branco, 01 de novembro de 2023.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE MINAS GERAIS – CAMPUS OURO BRANCO**

Prezado participante, ao responder às perguntas desta entrevista você poderá adicionar qualquer comentário mesmo para as questões que possuem opções de respostas indicadas.

Nome do (a) entrevistado (a):

Data:

Local:

Hora:

1 Qual é a sua idade?

17 18 19 20 mais de 20 Não desejo responder

2. Gênero:

- homem cisgênero
- homem transgênero
- mulher cisgênero
- mulher transgênero
- pessoa não binária
- Não desejo responder

3 Está cursando Técnico Integrado em:

- Administração
- Metalurgia
- Informática
- Não desejo responder

4 Você exerce alguma atividade remunerada (trabalho/estágio) ou mesada dos seus pais ou responsáveis?

- sim trabalho/estágio
- sim mesada
- não
- Não desejo responder

5 Renda própria ou familiar:

- até um salário mínimo
- de 1 a 2 salários mínimos
- de 3 a 6 salários mínimos
- de 6 a 10 salários mínimos
- acima de 10 salários mínimos

- Não desejo responder

6 Você reside com seus (você pode marcar mais de uma opção):

- Pais Avós Tios Irmãos sozinho
- Outros: _____
- Não desejo responder

7. Além de você, quantas pessoas mais moram com na sua casa?

- 1 2 3 4 5 Mais de 5 Não desejo responder

8 – O que você considera ser Educação Financeira?

- A Aprender a controlar os seus gastos.
- B capacidade de organizar seus recursos financeiros
- C conhecimento capaz de proporcionar autonomia nas decisões financeiras.
- D Desconheço o conceito de Educação Financeira
- E Não desejo responder

9 – No que diz respeito aos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro ou ajudar no controle do dinheiro de sua família, como você se considera?

- A Nunca pensei a respeito, mas considero necessário e desejo adquirir conhecimentos sobre o tema
- B Nunca pensei a respeito e considero desnecessário aprender sobre o tema
- C Sei pouco e gostaria de ampliar meus conhecimentos sobre Educação Financeira.
- D Possuo um conhecimento que me dá segurança e atende as minhas necessidades.
- E Não desejo responder

10. Sobre a forma de consumo inconsciente imposta pelo apelo midiático, das redes sociais e dos meios de comunicação em geral, você se considera criticamente consciente dessa realidade?

A () sim, percebo a pressão pelo consumo, não compro por impulso mas ainda assim compro itens desnecessários

B () sim, embora perceba a pressão pelo consumo, eventualmente compro por impulso

C () sim, e em decorrência dessa criticidade compro somente o necessário

D () não, e com frequência compro por impulso

E () não desejo responder

11. Você acredita que as taxas de juros podem influenciar no orçamento financeiro das pessoas?

A () As taxas de juros podem comprometer a capacidade de pagamento

B () É melhor usufruir imediatamente do bem ainda que os juros comprometam o orçamento

C () Não, desde que você contrate uma parcela que caiba no orçamento

D () Não, desde que você tenha controle para evitar o superendividamento.

E () Não desejo responder

12. Quando deseja muito possuir algo que custa muito dinheiro, como se organiza para comprá-lo?

A () Compra imediatamente usando alguma opção de parcelamento do valor integral mesmo que o parcelamento implique em cobrança de juros

B () Compra imediatamente parcelando o valor total desde que não haja incidência de juros

C () Planeja a aquisição reservando um valor mensal até conseguir comprar à vista

D () Não compro itens que custam muito dinheiro

E () Não desejo responder

13. Você conhece alguma das formas de investimento financeiro abaixo que você possa utilizar agora ou no futuro? (você poderá responder com mais de uma opção)

A () poupança

B () renda fixa

C () renda variável

D () fundos de investimento

E () Não desejo responder

14. Considerando que ao realizar um investimento financeiro, você está abrindo mão de um consumo imediato para uma condição melhor de consumo futuro, qual atitude você adota:

A () consigo investir mensalmente, valor indefinido da minha renda líquida

B () consigo investir mensalmente, valor definido da minha renda líquida

C () invisto de maneira eventual

D () gasto tudo que ganho

E () Não desejo responder

15. Quando concluir o ensino médio ou assim que possuir renda própria, como você poderá utilizar o planejamento financeiro em sua vida?

16. Você acredita que a educação financeira pode contribuir para uma formação humana integral? Se sim, como?

APÊNDICE F - TERMO DE CIÊNCIA DE QUESTIONÁRIO ANÔNIMO

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Prezado participante, você está convidado (a) a preencher este questionário anônimo que faz parte da etapa de coleta de dados do projeto Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de constituição do indivíduo omnilateral sob responsabilidade do pesquisador Sandra Pereira Santos Miranda disponível no telefone 31 988886551 e e-mail sandrasm_@hotmail.com.

Se você está ciente da participação voluntária na pesquisa e concorde em participar, leia atentamente as informações abaixo:

- a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento e incômodo de qualquer natureza;
- b) você pode deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem precisar apresentar justificativas para isso, como também ter algum prejuízo, punição, constrangimento;
- c) sua identidade será mantida em sigilo em todas as etapas da pesquisa;
- d) caso você queira, poderá ser informado (a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa;
- e) você pode contatar o pesquisador (ou aluno responsável) a qualquer momento, para esclarecer dúvidas, fazer sugestões ou reclamações;
- f) caso sinta-se incomodado quanto à condução da pesquisa, em qualquer etapa, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética do IFMG: Av. Prof. Mário Werneck, 2590, 8º andar, sala 805, Belo Horizonte, Minas Gerais; cepe@ifmg.edu.br; telefone (31) 2513 5249

Esse Projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética com número de protocolo CAAE 75998623.0.0000.0293

Estima-se que a pesquisa traga benefícios aos participantes pois os mesmos terão acesso ao fortalecimento do conhecimento da educação financeira como possibilidade de formação humana integral, e poderão ampliar sua prática, tornando-os cidadãos críticos e conscientes e que os resultados obtidos na pesquisa contribuam com a literatura, proporcionando uma fonte de informação válida e significativa dentro do conceito de fortalecimento do conhecimento da Educação Financeira como formação humana integral na EPT. Outra possibilidade para os estudantes, é uma reflexão crítica a respeito do que seja a Educação Financeira para a emancipação. Ressaltamos o compromisso dos pesquisadores na divulgação dos resultados da pesquisa de forma acessível ao grupo ou população que foi pesquisada. Por fim, mas não menos importante, a pesquisa trará como benefício a elaboração de um produto educacional disponibilizado no Repositório Institucional, no formato de Guia Educativo, com conteúdo a ser estabelecido a partir dos pontos de fragilidade de conhecimento sobre os conceitos relacionados ao tema identificados por meio das entrevistas realizadas não havendo menção direta de frases ou depoimentos apresentados na entrevista. A validação do produto educacional se dará por meio de questionário por Google forms, anônimo a ser respondido pelos participantes após a apresentação do Guia aos participantes. Os questionários serão armazenados em arquivos digitais, em um HD externo com arquivos protegidos com senha por pelo menos 5 anos.

Durante a participação nesta pesquisa você poderá ter receio de ser identificado na escrita e divulgação da pesquisa; vergonha ao responder às perguntas; sensação de aborrecimento e/ou impaciência durante a condução da entrevista; constrangimento, emoção ou cansaço físico e mental ao lidar com determinadas perguntas; desconforto ao responder as questões apresentadas na entrevista; medo com as eventuais repercussões que o estudo acarretar.

Pensando nisso, elaboramos algumas medidas para redução de todos esses riscos, tais como: garantia espaço reservado para os momentos da entrevista, em sala fechada, com luz adequada, com oferecimento de água e café, propiciando assim privacidade e conforto para que você se sinta mais confortável e à vontade para prestar as informações que embasarão o estudo; possibilidade de pausa ou interrupção da entrevista, sempre que solicitado; liberdade de recusa, caso não queira responder alguma(s) pergunta(s) que gerem qualquer tipo de desconforto; em qualquer momento, a gravação da entrevista poderá ser solicitada; realização de escuta atenta de suas respostas; Acompanhamento integral pelo educador, professor Pedro Xavier da Penha, do quadro efetivo do IFMG *Campus* Ouro Branco, pelo tempo que for necessário

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO EDUCACIONAL

1. Como você avalia a qualidade técnica do Guia (imagem, elementos gráficos, hiperlinks):

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

1 2 3 4 5

2. Sobre a abordagem dos conceitos abordados, qual a sua percepção?

2.1 Planejamento financeiro

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

1 2 3 4 5

2.2 consumo

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

1 2 3 4 5

2.3 crédito

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

1 2 3 4 5

2.4 investimento

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

1 2 3 4 5

3. Os conceitos de planejamento financeiro, de consumo, de crédito e de investimento abordados no curso trazem conteúdo relevante para a promoção da formação humana integral dos alunos do Ensino Médio Integrado.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

4. Você acredita que este curso poderá auxiliar no fortalecimento do conhecimento da Educação Financeira dentro da Educação profissional e Tecnológica?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

5- As proposições práticas do guia, amparadas pelas reflexões teóricas, promovem uma compreensão crítica e autônoma no contexto da educação financeira?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

6 - O guia demonstra uma preocupação pedagógica com o seu público-alvo, estruturando o conteúdo de forma acessível e buscando facilitar o itinerário do leitor?

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente

7. De forma geral, como você avalia este Guia?

Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

1 2 3 4 5

8. Dentre os conceitos abordados, qual você teria interesse em conhecer mais?

9. Deixe aqui seus comentários. Se desejar realizar comentários sobre algum dos questionamentos anteriores e sugestões, utilize também este espaço.

APÊNDICE G - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COLETA DE DADOS

Título da Pesquisa: Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral.

Pesquisador Responsável: Sandra Pereira Santos Miranda e Pedro Xavier da Penha

O Setor de Controle e Registro Acadêmico do IFMG Campus Ouro Branco, representado por Lourenço Jerônimo Rezende Vieira (Chefe Substituto do Setor de Controle e Registro Acadêmico, (conforme portaria de designação anexa) declara para os fins necessários, que será cedido aos pesquisadores listados acima neste Termo de Compromisso de Utilização de Dados, o acesso aos dados que foram solicitados para uso exclusivo na referente pesquisa.

Os dados coletados são especificados por: documento em formato .pdf contendo o nome de todos os estudantes matriculados em 2023 no Terceiro Ano do Ensino Médio Integrado nos cursos de Administração, de Informática e de Metalurgia (dados extraídos da plataforma institucional Conecta, de responsabilidade do Setor de Controle e Registro Acadêmico.) Quaisquer dados diferentes dos anteriormente mencionados não poderão ser consultados, obtidos e/ou divulgados.

A presente autorização está vinculada aos previstos na legislação ética vigente, principalmente apresentada pela Resolução 466/12, sendo condicionada ao compromisso do (a) pesquisador (a) em manter os pressupostos éticos, utilizando os dados exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes e/ou das comunidades.

A condição prévia para o início da pesquisa e a coleta de dados arquivados nessa instituição, relaciona-se com a apresentação da Anuência do CEP, por meio do Parecer Consubstanciado aprovado.

Ouro Branco, 07 de novembro de 2023.

APÊNDICE H - TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS (TCUD)

1. Dados do projeto e do grupo de pesquisa:

Título do Projeto: Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral.

a) *Campus*: IFMG Ouro Branco

Pesquisador Responsável: Sandra Pereira Santos Miranda

Nome completo dos membros da equipe de pesquisa	RG	CPF
Sandra Pereira Santos Miranda	MG 5.067.134	881.497.226-53
Pedro Xavier da Penha	M6923772	977.314.396-15

2. Descrição detalhada dos Dados Consultados

A coleta dos dados ocorrerá exclusivamente após a aprovação do projeto de pesquisa ‘Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral’ pelo Comitê de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (CEP/IFMG). O objeto dessa coleta será um Relatório, com dados extraídos da plataforma institucional Conecta, de responsabilidade do Setor de Controle e Registro Acadêmico, em formato .pdf, contendo o nome de todos os estudantes matriculados em 2023 no Terceiro Ano do Ensino Médio Integrado nos cursos de Administração, de Informática e de Metalurgia. Os dados obtidos nessa pesquisa serão utilizados exclusivamente para o projeto aqui citado e em caso de dúvidas, reclamações e demais informações sobre a pesquisa e/ou os aspectos éticos, o pesquisador responsável Sandra Pereira Santos Miranda, telefone, e-mail; e o CEP/IFMG poderão ser consultados. O CEP/IFMG é situado à Av. Professor Mário Werneck, 2590, 8º andar, sala 805, bairro Buritis, Belo Horizonte, Minas Gerais, e-mail: cepe@ifmg.edu.br, telefone: 31 2513 5249.

3. Declaração de responsabilidade dos pesquisadores

De acordo com a legislação ética brasileira vigente, preconizada pelo Conselho Nacional de Saúde na Resolução nº 466/12, e suas complementares, o grupo de pesquisadores participantes do projeto pesquisa “Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral” se comprometem a manter a confidencialidade sobre os dados coletados, mantendo-os nos arquivos originais do banco de dados ou da instituição de coleta, além da privacidade de seus conteúdos.

Nós declaramos a manutenção da integridade das informações, garantimos a confidencialidade dos dados, como também a privacidade dos indivíduos dos quais as informações serão acessadas e estarão sob nossa responsabilidade. Complementarmente, nos comprometemos a não repassar os dados coletados, o banco de dados em sua íntegra, ou parcialmente, ou qualquer outra informação relacionada, a pessoas que não componham a nossa equipe de pesquisa, aqui descrita. Ressaltamos ainda, que os dados obtidos nessa pesquisa serão utilizados apenas no projeto relacionado e citado neste documento. Caso outro uso seja necessário, um novo projeto de pesquisa será submetido à apreciação do CEP/IFMG.

Este Termo de Consentimento de Uso de Banco está assinado por todos nós, frente à impossibilidade de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de todos os sujeitos aos quais os dados pertencem e para garantir a manutenção dos direitos dos participantes.

Ouro Branco, 07 de novembro de 2023.

Nome completo dos membros da equipe da pesquisa	Assinatura
Sandra Pereira Santos Miranda	
Pedro Xavier da Penha (orientador)	

4. Autorização de coleta de dados

O Instituto Federal de Minas Gerais *campus* Ouro Branco, representado por **Lourenço Jerônimo Rezende Vieira**, chefe substituto do Setor de Registro e Controle Acadêmico, declara para os fins necessários, que será cedido aos pesquisadores listados neste Termo de Compromisso de Utilização de Dados, o acesso aos dados que foram solicitados para uso exclusivo na referente pesquisa.

Os dados coletados são especificados por: um Relatório, com dados extraídos da plataforma institucional Conecta, de responsabilidade do Setor de Controle e Registro Acadêmico, em formato .pdf, contendo o nome de todos os estudantes matriculados em 2023 no Terceiro Ano do Ensino Médio Integrado

nos cursos de Administração, de Informática e de Metalurgia. Quaisquer dados diferentes dos anteriormente mencionados não poderão ser consultados, obtidos e/ou divulgados.

A presente autorização está vinculada aos previstos na legislação ética vigente, principalmente apresentada pela Resolução 466/12, sendo condicionada ao compromisso do (a) pesquisador (a) em manter os pressupostos éticos, utilizando os dados exclusivamente para fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes e/ou das comunidades.

A condição prévia para o início da pesquisa e a coleta de dados arquivados nessa instituição, relaciona-se com a apresentação da Anuência do CEP/IFMG, por meio do Parecer Consubstanciado aprovado.

Ouro Branco, 07 de novembro de 2023.

Chefe Substituto do Setor de Registro e Controle Acadêmico do campus Ouro
Branco

APÊNDICE I - TERMO DE CONFIABILIDADE E SIGILO DA EQUIPE DE PESQUISA

De acordo com a legislação ética brasileira vigente, preconizada pelo Conselho Nacional de Saúde na Resolução nº 466/12, e suas complementares, o grupo de pesquisadores Sandra Pereira Santos Miranda e Pedro Xavier da Penha, participantes da pesquisa **“Educação Financeira na Educação Profissional e Tecnológica: desafios e possibilidades de promoção do indivíduo omnilateral”**, se comprometem a manter a confiabilidade e sigilo sobre os dados obtidos, mantendo-os nos arquivos originais do banco de dados ou da instituição de coleta, além da privacidade de seus conteúdos.

Nós declaramos a manutenção da integridade das informações, garantimos a confidencialidade dos dados, como também a privacidade dos indivíduos dos quais as informações serão acessadas e estarão sob nossa responsabilidade. Complementarmente, nos comprometemos a não repassar os dados coletados, o banco de dados em sua íntegra, ou parcialmente, ou qualquer outra informação relacionada, a pessoas que não componham a nossa equipe de pesquisa, aqui descrita. Ressaltamos ainda, que os dados obtidos nessa pesquisa serão utilizados apenas no projeto relacionado e citado neste documento. Caso outro uso seja necessário, um novo projeto de pesquisa será submetido à apreciação do CEP.

Este Termo de Confiabilidade e Sigilo está assinado por todos nós como garantia de manutenção dos direitos dos participantes.

Ouro Branco, 08/11/2023

Sandra Pereira Santos Miranda – pesquisadora responsável

Pedro Xavier da Penha – pesquisador

APÊNDICE J - ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1 - Quais os conhecimentos em educação financeira são importantes para o estudante do ensino médio?

2 – Falando sobre Planejamento Financeiro

Orçamento e Metas

Consegue estabelecer dentro do planejamento financeiro, suas metas de investimento para realização objetivos e planejamento do futuro?

Você conhece as categorias de receitas e despesas do orçamento?

Considerando a hipótese de receitas, despesas e metas, como você classificaria os itens abaixo?

Salário mensal	supermercado
décimo terceiro	farmácia
investimento mensal	aluguel
viagem de fim de ano	presente

3 – Falando sobre consumo

Você utiliza algum método para tomar suas decisões de compra?

Veja essa situação bastante comum nas vendas no comércio e responda:

Smartphone Galaxy A15 5G Tela Super AMOLED FHD de 6,5 polegadas, 50MP Câmera, 5G x Octa-core Processor

R\$1.699,00 - R\$529,90 off / (-31%)

Preço total: R\$1.169,10 à vista

R\$1.299,00 em 18x R\$ 72,16 sem juros

<https://www.samsung.com/br/offer/smartphones/?up-to-2000> 05.12.2024

O que você tem a dizer sobre esse anúncio?

Que elementos chamam sua atenção neste anúncio?

Essas duas opções de pagamentos são equivalentes?

Qual a sua posição diante da afirmação de não haver juros na compra a prazo? Justifique.

Que opção de pagamento você faria para adquirir esse produto? E por quê?

Considerando que no momento você não precisa trocar seu celular, compraria para “aproveitar” a promoção?

Você acha que se questionar sempre ao realizar uma compra, sobre a real necessidade de adquirir um produto, pode melhorar sua qualidade de decisão?

4 – Falando sobre crédito

Você quer comprar uma mochila que custa à vista R\$ 79,80 ou entrada mais 02 parcelas iguais de R\$ 30,59.

Qual o valor do produto a prazo?

Você consegue saber qual a taxa de juro cobrado pela loja?

Qual opção você deveria escolher? Por quê?

Considere o seguinte comprovante de renda:

#NOME?			
NOME		IDENTIDADE	
ENDEREÇO		PERÍODO DE PAGAMENTO	
CPF		DATA DE PAGAMENTO	05.11.2024
RENDIMENTOS			
PAGAMENTO			DESCONTOS
TIPO		Valor	
Regular		3.530,00	
			INSS
			338,81
			VALE TRANSPORTE
			58,98
			Parc 1/60 empréstimo
			0
			Parc 7/48 empréstimo
			847,20
RECEITA BRUTA		3.530,00	TOTAL DESCONTADO
			1.456,81
			TOTAL LÍQUIDO
			2.073,19

Como essa parcela afeta a saúde financeira? Qual seria esse tipo de crédito?

Conhece todas as suas taxas de juros?

Utilizaria seus conhecimentos matemáticos para fazer todos os cálculos desses juros bem como o valor total a ser pago?

<https://www.bcb.gov.br/meubc/calculadoradocidadao>

Considere as seguintes faturas de cartão de crédito

Fatura de cartão de crédito		
uber	07.11	28,37
uber	11.11	27,02
Doce Sabor Restaurante	13.11	98,32
Supermercado	15.11	116,26
Rei do Pneu 1/ 3	20.11	190,25
Ótica 2/3	20.10	128,35
Supermercado	22.11	159,96
uber	25.11	20,63
TOTAL		769,16

Fatura de cartão de crédito		
DE casa decoração 2/10	05.10	110,98
Loja da Moda 3/8	05.09	80,45
Supermercado 1/2	11.11	78,93
Rent a car 1/6	15.11	265,95
Linda viagem 1/10	15.11	232,85
TOTAL		769,16

Quais observações você pode fazer?

Você considera que as duas faturas, por possuírem o valor total igual impactam da mesma forma o orçamento?

5 – Falando sobre investimento

Suponhamos que você tivesse hoje um aumento real e inesperado de 10% em seu salário atual. O que faria com esse dinheiro extra e inesperado

Gastaria somente uma parte ou o total desse dinheiro extra e inesperado, proveniente do aumento?

Economizaria uma parte ou o total desse dinheiro extra e inesperado? Faria algum investimento com essa economia? Qual seria o mesmo?

Você daria alguma prioridade especial ou um destino certo a esse dinheiro extra e inesperado, que iria receber no próximo mês? Qual seria o mesmo?

Você aumentaria proporcionalmente também suas despesas atuais no mesmo índice do aumento de seu salário?

Suponhamos que você tenha um valor de R\$2.000,00 para aplicar:

Qual opção de investimento você escolheria?

Supondo uma escolha entre um CDB rendendo 105% do CDI e uma LCI rendendo 90% do CDI, e considerando as regras desses investimentos, qual opção seria mais vantajosa em termos de rentabilidade?

Você considera que investir um valor mensalmente ou fazê-lo esporadicamente pode proporcionar o mesmo resultado, desde que o capital investido nas duas situações seja o mesmo?